



Relatório da Consulta Pública do PARMIS



A realização do PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS (PARMIS) é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Equipe técnica

Coordenação Geral

Tatiana Walter

DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Patricia Tometich

DOUTORA EM ADMINISTRAÇÃO

Naila de Freitas Takahashi

MESTRA EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO

Docentes

Cristiane Simões Netto Costa

DOUTORA EM ADMINISTRAÇÃO

Gracieli Trentin

DOUTORA EM GEOGRAFIA

Liandra Peres Caldasso

DOUTORA EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO

Marcia Borges Umpierre

DOUTORA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Coordenação técnica

Bianca Moreira Caetano

LICENCIADA EM HISTÓRIA

Juliana Conti Hubner

TECNÓLOGA EM GESTÃO AMBIENTAL

Leon Barreto Gonçalves Rosa

TECNÓLOGO EM GESTÃO AMBIENTAL

Melissa Duarte Orestes

MESTRA EM ADMINISTRAÇÃO

Tanize Dias

MESTRA EM GERENCIAMENTO COSTEIRO

Francieli Frasseto Delolmo Ledesma

TECNÓLOGA EM PRODUÇÃO FONOGRÁFICA

Pesquisadores(as)

Luceni Medeiros Hellebrandt

DOUTORA EM CIÊNCIAS HUMANAS

Raquel de Carvalho Dumith

DOUTORA EM GEOGRAFIA

Juliana Fonseca Oliveira de Melo

DOUTORANDA EM ADMINISTRAÇÃO

Fabiane Fagundes da Fonseca

MESTRA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Indira de Avila dos Santos

MESTRA EM GERENCIAMENTO COSTEIRO

Marília Silva da Costa

MESTRA EM GEOGRAFIA

Maryanna Oliveira Pozenato

MESTRA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Natália Barreto Gonçalves Rosa

MESTRA EM GERENCIAMENTO COSTEIRO

Rafaella Bubolz

MESTRA EM GERENCIAMENTO COSTEIRO

Roberto Caldeira Lopes

MESTRE EM CONTABILIDADE

Júlia Leandro Ribeiro

MESTRANDA EM GEOGRAFIA

Lucas Lins Costa

MESTRANDO EM ARTES

Bianca Kernbeis dos Santos

TECNÓLOGA EM GESTÃO AMBIENTAL

Matthews Rocha Mello

BACHAREL EM OCEANOLOGIA

Vania Pierozan

BACHARELA EM DESIGN GRÁFICO

Venine Oliveira dos Santos

LICENCIADA EM HISTÓRIA

Diego Winter de Freitas

BACHAREL EM JORNALISMO

Adriana Sandini Mioto

GRADUANDA EM AGROECOLOGIA

Giovani Hober Ghiggi

BACHAREL EM ARTES VISUAIS

Gabriel Henrique Silva das Dores

GRADUANDO EM AGROECOLOGIA

Letícia Hanna dos Santos Falcão

GRADUANDA EM AGROECOLOGIA

Nahome Paz Azevedo dos Santos

GRADUANDA EM OCEANOLOGIA

Rayssa Lordelo Fatturi

GRADUANDA EM GESTÃO AMBIENTAL

Suelen de Souza Cadaval

GRADUANDA EM OCEANOLOGIA

Tais Reisderfer

GRADUANDA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

Lista de figuras

Figura 1 - Identidade Visual para o processo de Consulta Pública.	17
Figura 2 - <i>Print</i> da página no <i>site</i> do MARéSS.	17
Figura 3 - <i>Print</i> do <i>feed</i> do perfil do PARMIS no <i>Instagram</i>	18
Figura 4 - <i>Print</i> da página do <i>site</i> do MARéSS, onde está disponível o acesso ao vídeo ...	18
Figura 5 - Perfil de identidade de gênero dos(as) inscritos(as) do “Seminário Virtual”	21
Figura 6 - Perfil de orientação afetivo-sexual dos(as) inscritos(as) do “Seminário Virtual”. ..	22
Figura 7 - Perfil étnico-racial dos(as) inscritos(as) do “Seminário Virtual”	22
Figura 8 - Perfil de escolaridade das pessoas inscritas “Seminário Virtual”	23
Figura 9 - Distribuição de inscrições na etapa virtual	25
Figura 10 - Identidade de gênero das pessoas inscritas “Seminário Presencial”	25
Figura 11 - Orientação afetivo-sexual das pessoas inscritas “Seminário Presencial”.	26
Figura 12 - Perfil étnico-racial das pessoas inscritas “Seminário Presencial”	26
Figura 13 - Perfil de escolaridade das pessoas inscritas do “Seminário Presencial”	27
Figura 14 - Distribuição das inscrições na etapa presencial.....	28

Lista de quadros

Quadro 1 - Cronograma das etapas da Consulta Pública.	9
Quadro 2 - Programação do “Seminário Virtual”.	10
Quadro 3 - Programação do “Seminário Presencial”.	13
Quadro 4 - Representantes dos PEA da área de abrangência do Plano Macro durante o “Seminário Virtual”.	24
Quadro 5 - Classificação das dúvidas sistematizadas ao longo da Consulta Pública	31
Quadro 6 - Classificação das contribuições sistematizadas ao longo da Consulta Pública.	71

Sumario

1.Introdução	7
2.Caracterização da Consulta Pública	8
2.1. Etapas do Processo de Consulta Pública	8
2.2. Divulgação da Consulta Pública.....	16
2.3. Caracterização dos perfis de participantes	19
2.3.1. “Seminário Virtual”.....	21
2.3.2. “Seminário Presencial”	25
2.3.3. Formulário <i>on-line</i>	28
3.Procedimentos para sistematização dos resultados da Consulta Pública	29
3.1. Procedimentos para sistematização de dúvidas	29
3.2. Procedimentos para sistematização das contribuições	30
4.Resultados da Consulta Pública	31
4.1. Dúvidas sistematizadas ao longo da Consulta Pública	31
GT1 - Dúvidas gerais sobre o PARMIS	32
Bloco 1 - Recorte e procedimentos de Pesquisa	32
Bloco 2 - Fundamentos teóricos e categorias delineadas	33
Bloco 3 - Resultados e seu rebatimento na elaboração dos Programas do Eixo 4.....	36
Bloco 4 - Perfil dos(as) pesquisadores(as) e tamanho da equipe	38
Bloco 5 - Motivação do PARMIS	39
GT2: Dúvidas Gerais sobre o Eixo 4	39
Bloco 1 - Permanência da Educação Ambiental nos Programas do Eixo 4.....	40
Bloco 2 - Padronização metodológica dos Programas do Eixo 4	42
Bloco 3 - Participação dos(as) Sujeitos(as) da Ação Educativa nos Programas	43
Bloco 4 - Desenho gerencial dos Programas.....	44
Bloco 5 - Papel da pesquisa nos Programas do Eixo 4	44
Bloco 6 - Rebatimento dos Programas em regiões fora de abrangência do Plano Macro	44
GT3 - Dúvidas sobre os Programas do Eixo 4	45
Bloco 1 - Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas.....	45
Bloco 2 - Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras	47
Bloco 3 - Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera ..	50
Bloco 4 - Programa Macrorregional de Formação Continuada.....	52
Bloco 5 - Indicadores para os Programas do Eixo 4.....	53
GT4: Articulação entre os Eixos do Plano Macro	54
Bloco 1 - Inter-relação dos Programas do Plano Macro.....	54
Bloco 2 - Temporalidade dos Programas do Plano Macro	56

GT5: Dúvidas sobre a implementação do Plano Macro	57
Bloco 1 - Cofinanciamento	58
Bloco 2: Transição do modelo atual para o Plano Macro	60
Bloco 3 - Insuficiência de quadro técnico da COPROD/IBAMA	60
Bloco 4 - “Arranjos de governanças”	61
Bloco 5 - Relação do Plano Macro com as demais tipologias licenciadas pelo IBAMA	64
Bloco 6 - Participação dos povos tradicionais na formulação dos Programas do Eixo 4	65
Bloco 7- Outras questões associadas ao Plano Macro ou ao Eixo 4	66
GT6: Dúvidas sobre a Consulta Pública do PARMIS	68
Bloco 1 - Acesso à informação	68
Bloco 2 - Acesso a documentos	69
GT7 – Outras dúvidas	70
Bloco 1- Dúvidas não respondidas	70
4.2. Contribuições sistematizadas ao longo da Consulta Pública	70
GT1 - Contribuições Gerais ao Plano Macro e ao Eixo 4	71
Bloco 1 - Educação Ambiental (EA)	71
Bloco 2 - Grupos sociais participantes dos Programas	74
Bloco 3 - Padronização metodológica	76
Bloco 4 - Indicadores dos Programas do Eixo 4	76
Bloco 5 - Outras contribuições	78
GT2 - Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas	80
Bloco 1 - Título	80
Bloco 2 - Participantes do Programa	80
Bloco 3 - Objetivos geral e específicos	80
Bloco 4 - Impactos e fatores de vulnerabilidade socioambientais	81
Bloco 5 - Articulação com demais Programas do Plano Macro	81
Bloco 6 - Inter-relação com demais Programas do Eixo 4	82
Bloco 7 - Indicadores	82
Bloco 8 - Escopo/metodologia	82
GT3 - Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras	83
Bloco 1 - Título	83
Bloco 2 - Justificativa	83
Bloco 3 - Participantes do Programa	83
Bloco 4 - Objetivos geral e específicos	84
Bloco 5: Impactos e fatores de vulnerabilidade socioambientais	85
Bloco 6 - Escopo/ metodologia	86
GT4 - Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera	87
Bloco 1 - Título	87
Bloco 2 - Justificativa	87
Bloco 3 - Participantes do programa	88
Bloco 4 - Objetivos geral e específicos	89

Bloco 5 - Impactos e fatores de vulnerabilidade socioambientais	90
Bloco 6 – Perspectivas de mitigação.....	91
Bloco 7 - Inter-relação com outros Programas do Eixo 4	91
Bloco 8 - Escopo/metodologia	91
GT5 - Programa Macrorregional de Formação Continuada.....	92
Bloco 1 - Justificativa.....	92
Bloco 2 - Participantes do programa e abrangência	92
Bloco 3 - Periodicidade de avaliação do Programa	93
Bloco 4 - Objetivos geral e específicos.....	93
Bloco 5 - Perspectivas de mitigação	93
Bloco 6- Articulação com demais Programas do Plano Macro	93
Bloco 7 - Observações	93
Bloco 8- Indicadores	94
Bloco 9 - Escopo/metodologia	94
5.Análise dos resultados da Consulta Pública	96
6.Próximos passos	98

Apêndices

Apêndice 1 - Metodologia da elaboração do formulário *on-line* da Consulta Pública . 99

Apêndice 2 - Relação de empresas petrolíferas e coordenações dos PEA convidados(as) para o “Seminário Presencial”.....102

Apêndice 3 - Sistematização da avaliação da quarta etapa da Consulta Pública: “Seminário Presencial”..... 103

1. Introdução

O documento em tela trata do Relatório da Consulta Pública sobre as propostas de Programas para o Eixo 4 do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro), realizada pelo projeto Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação dos Impactos Socioambientais (PARMIS)¹.

O processo de Consulta Pública foi organizado em cinco etapas no período de 10 de agosto a 30 de outubro de 2023. O presente relatório é parte da quinta e última etapa, envolvendo a sistematização e divulgação de todas as considerações² e tem como objetivo elucidar as dúvidas e apresentar as contribuições recebidas durante todo o processo.

O documento está organizado em seis seções além desta breve introdução (1). A seção dois (2) trata da caracterização da Consulta Pública e está subdividida na descrição das etapas, da divulgação e da caracterização dos perfis de participantes. Em seguida, a seção três (3) apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na sistematização das dúvidas e contribuições recebidas durante as etapas da Consulta Pública.

A seção quatro (4) aporta os resultados sistematizados, divididos em dúvidas e contribuições, por meio de grupos temáticos, seguidos de blocos que abordam conteúdos mais específicos. Em relação às dúvidas, foram sete agrupamentos temáticos, são eles: i) GT1 - Dúvidas gerais sobre o PARMIS (cinco blocos); ii) GT2 - Dúvidas Gerais do Eixo 4 (seis blocos); iii) GT3 - Dúvidas sobre os Programas do Eixo 4 (cinco blocos); iv) GT4 - Articulação entre os Eixos do Plano Macro (dois blocos); v) GT5 - Dúvidas sobre a implementação do Plano Macro (sete blocos); vi) GT6 - Dúvidas sobre a Consulta Pública do PARMIS (dois blocos); e vii) GT7 - Dúvidas não respondidas (bloco único).

É relevante destacar que a escrita do documento privilegiou responder às dúvidas em linguagem técnica simplificada. Essa escolha visa a dialogar com aqueles(as) leitores(as) que não têm a linguagem científica como referência. Ademais, assume-se que, após a leitura dos documentos 1 e 2-3, se ocorreu a permanência da dúvida, é porque o documento não foi capaz de saná-la, de forma que as respostas não são a reprodução do texto dos documentos, mas sim uma nova redação, mais explicativa e focada na dúvida.

Ainda na seção quatro (4), encontra-se a sistematização das contribuições seguidas, também, dos grupos temáticos e seus respectivos blocos: i) GT1 - Contribuições gerais ao Plano Macro (cinco blocos); ii) GT2 - Acerca do Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas (oito blocos); iii) GT3 - Relacionadas ao Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras (seis blocos); iv) GT4 - Sobre o Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica das Indústrias Petrolíferas (oito blocos); v) GT5 - Acerca do Programa Macrorregional de Formação Continuada (nove blocos); e vi) GT7 - Indicadores dos Programas do Eixo 4 (bloco único).

A seção cinco (5) apresenta a análise dos resultados da Consulta, seguida da seção seis (6) que retrata os próximos passos do PARMIS. Dito isso, as seções descritas são apresentadas na sequência.

1 O projeto de pesquisa “Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS)” foi exigido como condicionante da Licença de Operação nº 1572/2020 retificação 01, concedida à Empresa Trident Energy do Brasil Ltda. para o sistema de produção, coleta e escoamento de petróleo e gás natural dos polos Pampo e Enchova, campos de Badejo, Bonito, Bicudo, Enchova, Enchova Oeste, Linguado, Marimbá, Pampo, Piraúna e Trilha, na Bacia de Campos.

2 Denomina-se “considerações” tanto as dúvidas sobre a pesquisa e sobre os Programas propostos para o Eixo 4, como também sobre as contribuições aos Programas, destinadas à sua qualificação.

2. Caracterização da Consulta Pública

A seguir, serão detalhadas as etapas, a divulgação e a caracterização dos perfis de participantes do processo da Consulta Pública.

2.1. Etapas do Processo de Consulta Pública



O processo de Consulta Pública teve o intuito de promover a participação das pessoas interessadas pelo tema, em especial das coordenações técnicas dos Projetos de Educação Ambiental (PEA) e das empresas petrolíferas que são de abrangência do Plano Macro³. A Consulta Pública foi dividida em cinco etapas, totalizando 82 dias de mobilização para a participação em diferentes espaços e formatos, conforme cronograma abaixo (Quadro 1):

Quadro 1 - Cronograma das etapas da Consulta Pública.

Momento	Data/ação
1ª etapa	10/08/2023 – disponibilização dos Documentos 1 e 2-3, objetos da consulta, no site (www.maress.furg.br) e redes sociais do Laboratório MARéSS e do Projeto PARMIS, aberto ao público geral.
2ª etapa	22/08/2023 – apresentação dos resultados da pesquisa e do escopo dos Programas propostos em evento virtual, com transmissão pelo link: www.youtube.be/KxfUwsx1mIE , destinado aos(às) envolvidos(as) na temática, sem objeção de participação do público geral.
3ª etapa	22/08/2023 – abertura de formulário <i>on-line</i> para considerações, a partir das 18h00, com encerramento dia 23/10/2023, às 23h59 – prorrogada até dia 30/10/2023, às 23h59.
4ª etapa	19, 20 e 21/09/2023 – evento presencial com vistas a explicar dúvidas e qualificar os Programas, com a participação restrita a convidados(as) das empresas petrolíferas e coordenações técnicas dos PEA, no Rio de Janeiro.
5ª etapa	Sistematização dos resultados da consulta, redação das dúvidas e divulgação do relatório parcial da Consulta Pública. Previsto inicialmente para 22/12/2023, foi prorrogado para 31 de março de 2024 em diálogo pelo IBAMA dado o volume de dúvidas e contribuições.

Fonte: PARMIS (2023)

A primeira etapa envolveu a divulgação dos produtos do PARMIS: i) Documento 1: “Resultados e Fragilidades da implementação da Nota Técnica nº 01/2010 - Relatório de pesquisa: Revisão 01 - julho 2023” com o objetivo de contribuir para o entendimento sobre os processos da pesquisa no que diz respeito à coleta e análise de dados realizada durante os anos de 2021 a 2023, bem como seus resultados (disponível em: [Doc 1 e apêndices 16092023.pdf \(furg.br\)](#); e ii) Documento 2-3: “Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro - julho 2023” com o objetivo apresentar a proposta de quatro Programas macrorregionais para o Eixo 4 do Plano Macro⁴ (disponível em: [PARMIS Documentos 2 e 3 31072023 v2.pdf \(furg.br\)](#)).

A segunda etapa foi o “Seminário Virtual” que aconteceu no dia 22 de agosto de 2023, com o objetivo de apresentar o projeto PARMIS e, em especial, os resultados da pesquisa enquanto subsídio para formulação dos Programas do Eixo 4 do 3 O Plano Macro é um plano diretor voltado para Programas de mitigação e monitoramento de impactos socioambientais cumulativos e sinérgicos oriundos das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás que se situam nas bacias de produção contíguas de Santos, Campos e Espírito Santo. Tem como base legal a Portaria do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº 422, de 2011, que dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental e que, especificamente no artigo 24, dá ao IBAMA a prerrogativa da “implementação de Programas ambientais regionais, para uma mesma área de concentração de empreendimentos, compartilhados ou não entre empresas, em complementação ou substituição aos projetos ambientais individuais, desde que definida responsabilidade pela sua execução”. O Plano Macro foi instituído por meio da Instrução Normativa nº 14/2023 do IBAMA.

4 O Programa Macrorregional de Educação Ambiental de Trabalhadores que também integra o Eixo 4 não é objeto do PARMIS. Consequentemente, ele não está descrito no documento 2-3, tampouco foi objeto da consulta pública.

Plano Macro, com início às 09h00 e término às 17h00, com intervalo das 12h10 às 14h00. Esse evento foi realizado por meio da plataforma *StreamYard* e transmitido pelo canal do *YouTube* do Laboratório Interdisciplinar Mapeamento, Resistência, Sociedade e Solidariedade da Universidade Federal do Rio Grande (MARéSS/FURG). Destaca-se que ele se mantém disponível ao público por meio de *link*⁵ e foi visualizado, até o dia 22 de março de 2024, por 2.420 pessoas.

Durante o evento, estiveram presentes, em média, 309 pessoas na sala virtual nos turnos manhã e tarde. No decorrer do Seminário, foi disponibilizado um *link* para o preenchimento da lista de presença para os(as) interessados(as) em receber certificado por meio da FURG, totalizando 352 respondentes.

A interação entre os(as) presentes ocorreu por meio do *chat* do *YouTube* e pelo envio de perguntas aos(as) mediadores(as) por meio da plataforma *Slido*, com possibilidade de votação acerca das perguntas prioritárias a serem respondidas de forma simultânea ao evento. As dúvidas foram respondidas pela equipe técnica da Coordenação de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás *Offshore* (COPROD/IBAMA) e do PARMIS. A programação do evento encontra-se no Quadro 2.

Quadro 2 - Programação do “Seminário Virtual”

Hora	Programação	Convidados(as) e/ou participantes
09h00	Abertura oficial	Representante do PARMIS - Tatiana Walter, coordenadora geral Representante da Trident Energy do Brasil Ltda - Leonardo Alcantara, Gerente de HSE Representante da FURG - Daniel Porciúncula Prado, Pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande Representante do IBAMA - Itagyba Alvarenga Neto, Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CGMAC/IBAMA)
09h30	Apresentação do Plano Macro	Representante da COPROD/IBAMA - Julio Dias e Bruno Teixeira, analistas ambientais
10h30	Pausa-conforto	
10h40	Apresentação dos resultados do PARMIS	Representante do PARMIS - Tatiana Walter, coordenadora geral
12h00	Intervalo	
14h00	Abertura	Representante do PARMIS – Bianca Caetano, coordenadora técnica

5 www.youtube.com/watch?v=KxfUwsx1mIE

Hora	Programação	Convidados(as) e/ou participantes
14h10	Respostas às manifestações da enquete	Mesa: Representantes da COPROD/IBAMA - Julio Dias e Bruno Teixeira, analistas ambientais Representante do PARMIS - Tatiana Walter, coordenadora geral Representante do PARMIS – Patrícia Tometich, pesquisadora
15h10	Apresentação dos Programas propostos para o Eixo 4 do Plano Macro	Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas – Representante do PARMIS Roberto Caldeira Lopes, pesquisador Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras – Representantes do PARMIS Juliana Melo e Patrícia Tometich, pesquisadoras Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera – Representante do PARMIS Tanize Dias, coordenadora técnica Programa Macrorregional de Formação Continuada – Representante do PARMIS Bianca Caetano, coordenadora técnica
16h10	Pausa-conforto	
16h20	Resposta às manifestações da enquete	Mesa: Representantes da COPROD/IBAMA - Julio Dias e Bruno Teixeira, analistas ambientais Representante do PARMIS - Tatiana Walter, coordenadora geral Representante do PARMIS – Patrícia Tometich, pesquisadora
17h00	Encerramento oficial	Representante do PARMIS – Bianca Caetano, coordenadora técnica

Fonte: PARMIS (2023)

Durante o evento foram respondidas, pelo turno da manhã, as dez perguntas mais votadas da plataforma no momento do encerramento da enquete e, no período da tarde, as oito perguntas mais votadas. Ao todo foram recebidas 108 dúvidas. Conforme anunciado ao longo do evento, as considerações que estavam no *chat* não foram sistematizadas, somente aquelas registradas na plataforma *Slido*.

A **terceira etapa** do processo de Consulta Pública foi a disponibilização do formulário *on-line*. O objetivo do formulário foi receber as dúvidas e contribuições por escrito, tanto de instituições e coletivos, como individuais. Ele foi disponibilizado no dia 22 de agosto, às 18h00, por meio do *site* e redes sociais do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG e do PARMIS, onde também estavam disponíveis as orientações para o preenchimento. A finalização do prazo para acesso ao formulário *on-line* estava anunciada para o dia 23 de outubro, mas foi prorrogada até dia 30 de outubro de 2023, às 23h59. No apêndice 1, encontra-se o espelho do formulário e a metodologia de elaboração. Destaca-se que foram recebidas 15 dúvidas e 54 considerações por meio deste formulário.

A quarta etapa do processo de Consulta Pública foi o “Seminário Presencial” e aconteceu nos dias 19, 20 e 21 de setembro de 2023, no Rio de Janeiro, no hotel Windsor Flórida, das 09h00 às 18h00, com intervalo das 12h00 às 14h00. O objetivo do “Seminário Presencial” foi, a partir das considerações dos(as) participantes do evento, qualificar os Programas propostos. Para isso, foram organizadas mesas com os(as) analistas ambientais da COPROD/IBAMA e a equipe técnica do PARMIS para responder e comentar as dúvidas e contribuições.

A participação no Seminário Presencial foi reservada às equipes dos PEA que se encontram na abrangência do Plano Macro com, pelo menos, um ano de execução e a todas as empresas petrolíferas que atuam na área de abrangência do Plano Macro.

As coordenações técnicas dos PEA indicaram três representantes, enquanto as empresas sugeriram dois(duas). Por solicitação da COPROD/IBAMA, o Projeto de Educação Ambiental com Comunidades Pesqueiras (PEAC) foi convidado, face ao seu tempo de execução. Ademais, o critério de participação de representantes da PETROBRAS considerou dois técnicos por PEA e, também, representantes da Gerência de Sustentabilidade. Esse critério deve-se ao maior número de projetos desenvolvidos pela PETROBRAS em relação a outras empresas. A relação de convites enviados encontra-se no apêndice 2. Destaca-se que houve aproximadamente 10 outros pedidos de participação, os quais foram negados após avaliação e consideração quanto ao espaço de realização do evento.

Na etapa presencial, inicialmente foram realizadas as falas sobre o propósito do evento e a visão geral da proposta dos Programas. Em seguida, houve a apresentação do Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas, seguido de seis blocos de 30 minutos, divididos em 15 minutos para as intervenções dos(as) participantes e 15 minutos para as considerações dos(as) mediadores(as). Essa dinâmica se repetiu durante a apresentação do Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras, assim como do Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera e do Programa de Formação Continuada. O debate sobre os Indicadores para os Programas do Eixo 4 do Plano Macro compreendeu dois blocos de 30 minutos de plenária.

Ressalta-se que, para avaliação do “Seminário Presencial”, foi distribuído um formulário impresso não-identificado⁶, o qual foi recolhido ao final do evento. No apêndice 3 é possível verificar a sistematização de tais respostas.

Na oportunidade, foram apresentadas as três edições impressas dos boletins “COMUNICA PARMIS”, nos quais também constam os *links* de acesso para as versões digitais disponíveis em: [Parmis - Publicações - MARéSS \(furg.br\)](http://Parmis-Publicações-MARéSS.furg.br). Ademais, foi realizado o lançamento do livro “Avaliação de Impactos Ambientais sob uma perspectiva crítica: reflexões a partir dos impactos da cadeia produtiva de petróleo sobre pescadores e pescadoras artesanais” do projeto “Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro” (“Impactos na Pesca”)⁷. Os Boletins fazem parte

6 Formulário Não-identificado é um termo utilizado para designar um roteiro de avaliação onde o(a) respondente não se identifica, com o propósito de não vincular as respostas a quem respondeu.

7 O projeto Impactos na Pesca foi executado com recursos oriundos do Termo de Ajustamento de Conduta, conduzido pelo

dos produtos de pesquisa do PARMIS previstos no Plano de Trabalho do projeto, já o livro do projeto “Impactos na Pesca” é uma coletânea que contribuiu com a pesquisa do PARMIS e está disponível em <https://maress.furg.br/images/PROJETOS/IMPACTOSNAPESCA/Livro-AVALIACAO-DE-IMPACTOS-AMBIENTAIS-site.pdf>

No “Seminário Presencial” estiveram presentes 99 pessoas, entre analistas ambientais, equipe técnica do PARMIS, representantes de empresas petrolíferas e representantes dos PEA. Foram recebidas, respondidas e comentadas 137 considerações, seguindo a programação, conforme quadro 3:

Quadro 3 - Programação do “Seminário Presencial”.

Hora	Programação	Convidados(as)/Participantes
19 de setembro de 2023		
08h00	Credenciamento	
09h00	Abertura oficial	Representante do IBAMA – Claudia Barros, diretora da Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC/IBAMA) Representante do IBAMA – Itagyba Neto, coordenador geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros (CGMAC/IBAMA) Representante do IBAMA – Patrícia Maggi, coordenadora de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás <i>Offshore</i> (COPROD/IBAMA) Representante da <i>Trident Energy</i> do Brasil Ltda – Emily Farias, gerente de sustentabilidade Representante do PARMIS – Tatiana Walter, coordenadora geral
09h30	Considerações iniciais sobre o III Seminário de Socioeconomia do Licenciamento de Petróleo e Gás: uma proposta dos Programas do Eixo 4 do Plano Macro	Representante da COPROD/IBAMA – Julio Dias, analista ambiental
09h50	Considerações iniciais sobre a propostas dos Programas Macrorregionais do Eixo 4 do Plano Macro	Representante do PARMIS – Tatiana Walter, coordenadora geral
10h10	<i>Coffee break</i>	
10h40	Apresentação da proposta do Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas e debate	Representante do PARMIS – Liandra Caldasso, professora/pesquisadora Mesa: analistas ambientais Julio Dias, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tatiana Walter, Patrícia Tometich
12h00	Intervalo	
14h00	Abertura	Representante do PARMIS – Bianca Caetano, coordenadora técnica

Ministério Público Federal - MPF/RJ, diante do derramamento de óleo que ocorreu em 2011 no Campo de Frade, na Bacia de Campos. O apoio foi obtido por meio de uma chamada pública, no edital “Pesquisa Marinha e Pesqueira”, de responsabilidade do Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO, por meio do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG.

Hora	Programação	Convidados(as)/Participantes
14h10	Continuação do debate acerca da proposta do Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas	Mesa: analistas ambientais Julio Dias, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tatiana Walter, Patrícia Tometich
15h30	<i>Coffee break</i>	
16h00	Continuação do debate acerca da proposta do Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas	Mesa: analistas ambientais Julio Dias, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tatiana Walter, Patrícia Tometich
16h55	Apresentação da proposta do Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras e debate	Representante do PARMIS – Tatiana Walter, coordenadora geral Mesa: analistas ambientais Cecília Gonçalves Barbosa, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tatiana Walter, Patrícia Tometich
18h00	Apresentação das três edições impressas dos boletins COMUNICA PARMIS e encerramento das atividades do dia.	Representantes do PARMIS – Cristiane Simões Netto Costa (professora/pesquisadora) e Leon Gonçalves (coordenador técnico)
20 de setembro de 2023		
08h00	Credenciamento	
09h00	Abertura	Representante do PARMIS – Bianca Caetano, coordenadora técnica
09h10	Continuação do debate acerca da proposta do Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras	Mesa: analistas ambientais Cecília Gonçalves Barbosa, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tatiana Walter, Patrícia Tometich
10h30	<i>Coffee break</i>	
11h00	Continuação do debate acerca da proposta do Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras	Mesa: analistas ambientais Cecília Gonçalves Barbosa, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tatiana Walter, Patrícia Tometich
11h55	Apresentação da proposta do Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera e debate	Representante do PARMIS – Patrícia Tometich, pesquisadora Mesa: analistas ambientais Cecília Gonçalves Barbosa, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tanize Dias, Natália Rosa
12h00	Intervalo	
14h00	Abertura	Representante do PARMIS – Bianca Caetano, coordenadora técnica
14h10	Continuação do debate acerca da proposta do Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera	Mesa: analistas ambientais Cecília, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tanize Dias, Natália Rosa
15h30	<i>Coffee break</i>	
16h00	Continuação do debate acerca da proposta do Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera	Mesa: analistas ambientais Cecília, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tanize Dias, Natália Rosa
17h00	Apresentação da proposta do Programa Macrorregional de Formação Continuada e debate	Representante do PARMIS – Tanize Dias, coordenadora técnica
18h00	Encerramento das atividades	Representante do PARMIS – Bianca Caetano, coordenadora técnica
21 de setembro de 2023		
08h00	Credenciamento	
09h00	Abertura	Representante do PARMIS – Bianca Caetano, coordenadora técnica

Hora	Programação	Convidados(as)/Participantes
09h10	Continuação do debate acerca da proposta do Programa Macrorregional de Formação Continuada	Mesa: analistas ambientais Cecília Gonçalves Barbosa, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tatiana Walter, Patrícia Tometich
10h30	<i>Coffee break</i>	
11h00	Apresentação da proposta inicial do Sistema de Indicadores de Resultados para o Eixo 4 do Plano Macro e debate	Representante do PARMIS – Naila Takahashi, pesquisadora Mesa: analistas ambientais Cecília Gonçalves Barbosa, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tatiana Walter, Patrícia Tometich
12h00	Intervalo	
14h00	Continuação do debate sobre a proposta de Sistema de Indicadores	Mesa: analistas ambientais Cecília Gonçalves Barbosa, Bruno Teixeira – equipe técnica do PARMIS Tatiana Walter, Patrícia Tometich
16h00	Avaliação do evento	Representante do PARMIS – Bianca Caetano, coordenadora técnica
17h00	Encerramento do seminário	

Fonte: PARMIS (2023)

A quinta e última etapa corresponde à divulgação deste relatório com a sistematização das dúvidas e contribuições, com um prazo inicialmente previsto de 52 dias após o encerramento do recebimento dos formulários *on-line*. Dada a grande quantidade de dúvidas e contribuições, foi verificada a necessidade de um tempo maior para sistematização dos resultados, sendo sua finalização prevista em março de 2024. Após redação e revisão das questões de responsabilidade dos(as) analistas ambientais da COPROD/IBAMA, a versão final do documento será encaminhada ao órgão licenciador e divulgada no *site* e redes sociais do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG e do projeto PARMIS.

2.2. Divulgação da Consulta Pública

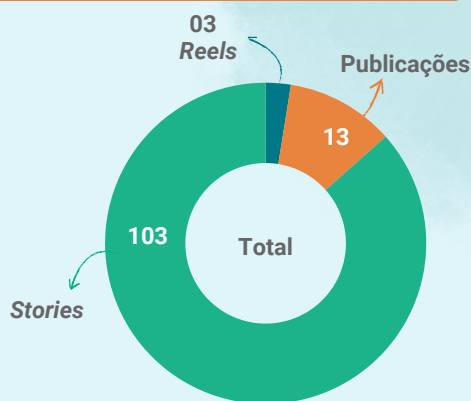


Consulta Pública

Sobre as propostas de programas para o Eixo 4 do Plano Macro



DADOS DE DIVULGAÇÃO E DE ENGAJAMENTO DOS PRODUTOS NAS REDES SOCIAIS DO PROJETO PARMIS NO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA



Nesse período, o perfil do projeto no Instagram teve aumento de 63 seguidores(as) 6,4% engajamento

Publicações com maior alcance foram de divulgação do seminário com aproximadamente 500 visualizações cada uma.

Os posts sobre o formulário on-line tiveram cerca de 200 visualizações em cada um.



linklist.ai/parmis

A divulgação do processo de Consulta Pública aconteceu principalmente por meio do *site* e das redes sociais do projeto e do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG, seguindo uma identidade visual desenvolvida especificamente para a Consulta Pública (Figura 1).

Figura 1 - Identidade Visual para o processo de Consulta Pública.



Fonte: PARMIS (2023)

Os elementos que integraram a marca geral da identidade buscaram representar o cuidado necessário com as águas (peixe), o ar (pássaros), as florestas (folhas) e o solo (mão semeando). A mão semeando o solo também trouxe a ideia do cultivo, do cuidado e do fortalecimento das políticas ambientais. A disposição circular foi usada como uma maneira de demonstrar a conexão entre os elementos. Já as cores usadas referenciam a identidade geral do projeto PARMIS. A identidade é complementada por ilustrações no primeiro plano que remetem à comercialização de produtos, com foco no cooperativismo e no comércio local. Em segundo plano, em um único tom, a ilustração representou de forma simbólica as produções nas áreas urbanas, rurais e marítimas.

No *site* do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG foi adicionada uma seção específica sobre a Consulta Pública que foi colocada como página inicial do *site* durante todo o processo. Nela foram reunidas as informações e *links* para acesso ao formulário *on-line* e aos documentos que estavam em consulta. A página da Consulta Pública teve mais de 2 mil acessos nesse período (Figura 2).

Figura 2 - Print da página no *site* do MARéSS



Fonte: Fonte: PARMIS (2023)

Nas redes sociais do projeto, foram publicados diversos *posts* explicando o processo e relembrando os prazos de participação, sempre direcionando ao formulário e aos documentos. Além disso, houve a elaboração e divulgação de *cards*, via grupos de *WhatsApp*, que continham o mesmo conteúdo, mas com o *layout* e texto adaptados para a plataforma.

No período da Consulta Pública, a conta do projeto no *Instagram* (Figura 3) ganhou 63 seguidores(as) e teve um aumento de 6,4% no engajamento. Foram 13 publicações de *cards*, três *reels* e 103 *stories*. Os *posts* de divulgação do seminário, nas modalidades presencial e virtual, tiveram maior alcance, com quase 500 visualizações cada. Já os *posts* sobre o formulário *on-line* tiveram cerca de 200 visualizações cada. Em relação ao número de curtidas, o *post* sobre a etapa presencial do seminário teve 54 curtidas, e a abertura do formulário *on-line*, 46 curtidas.

Figura 3 - Print do feed do perfil do PARMIS no *Instagram*



Fonte: PARMIS (2023)

Foram feitos dois vídeos para auxiliar a comunicação, um com a professora Tatiana Walter (Figura 4) explicando o processo de consulta e fazendo o convite para a participação, e outro com o tutorial para o acesso e preenchimento do formulário. As peças audiovisuais foram divulgadas nas redes sociais e no *site* do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG.

Figura 4 - Print da página do *site* do MARéSS, onde está disponível o acesso ao vídeo



Fonte: PARMIS (2023)

Conclui-se que o processo de divulgação contemplou de maneira satisfatória sua intencionalidade, considerando a especificidade do público, envolvendo as empresas petrolíferas e as coordenações dos PEA, para além das pessoas interessadas no tema.

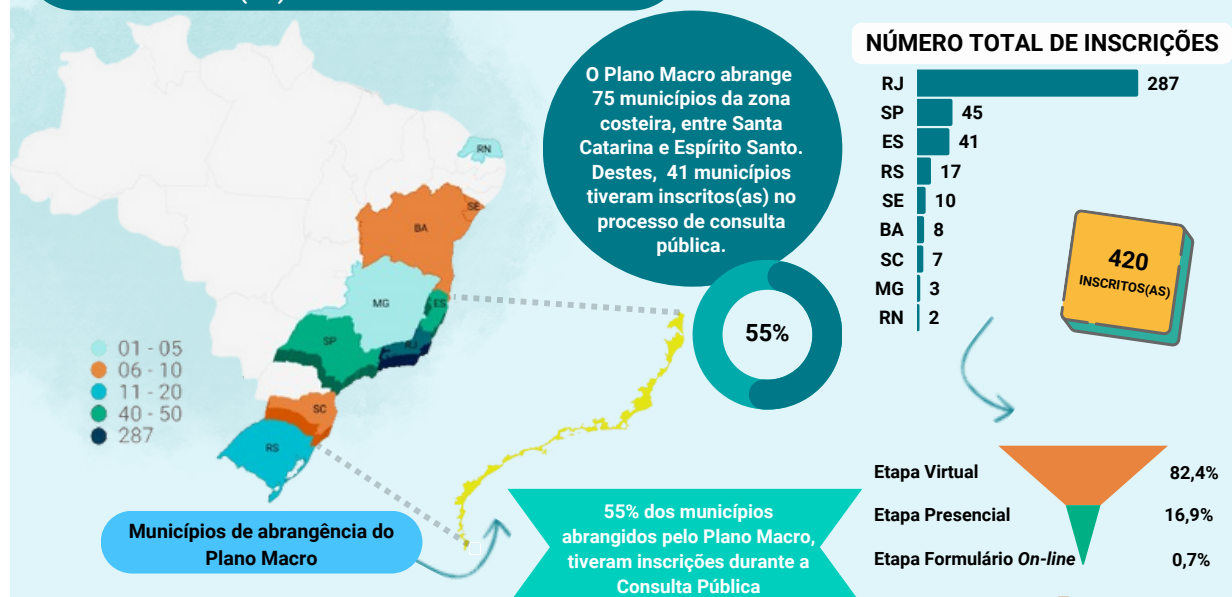
2.3. Caracterização dos perfis de participantes



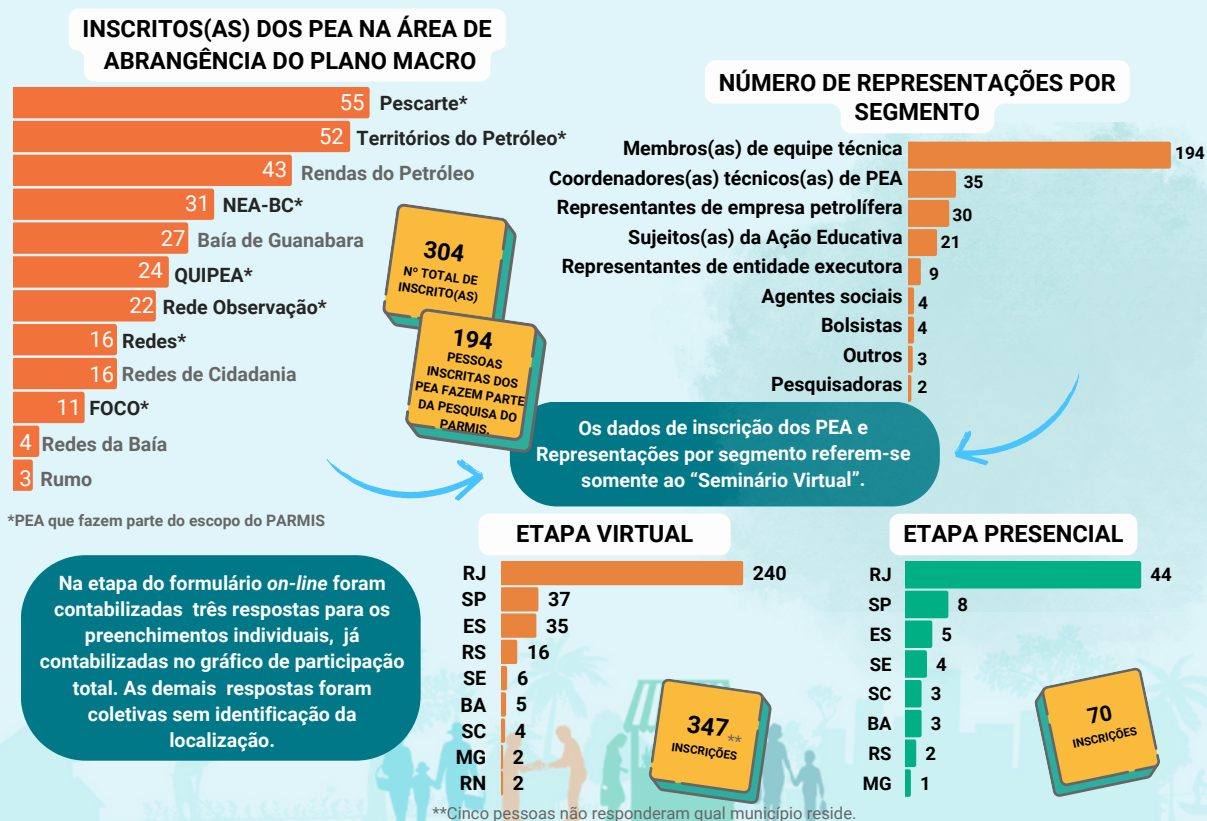
Consulta Pública

Sobre as propostas de programas para o Eixo 4 do Plano Macro

DURANTE O PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA, EM TODAS AS ETAPAS, FORAM IDENTIFICADOS(AS) INSCRITOS(AS) ORIUNDOS DE 9 ESTADOS.



ESTATÍSTICAS DE INSCRIÇÃO POR ETAPA DA CONSULTA PÚBLICA



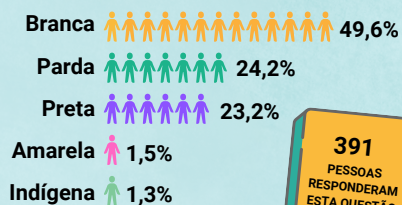


Consulta Pública

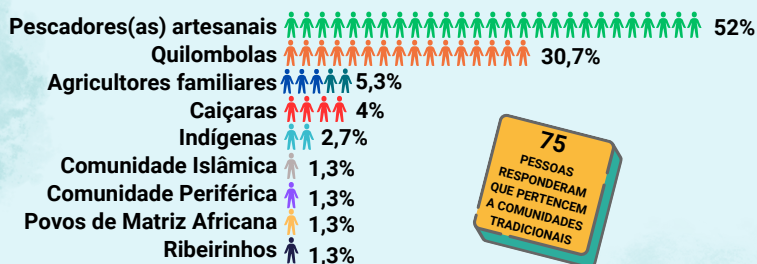
Sobre as propostas de programas
para o Eixo 4 do Plano Macro

CARACTERIZAÇÃO DOS PERFIS DOS(AS) INSCRITOS(AS)

Perfil étnico racial

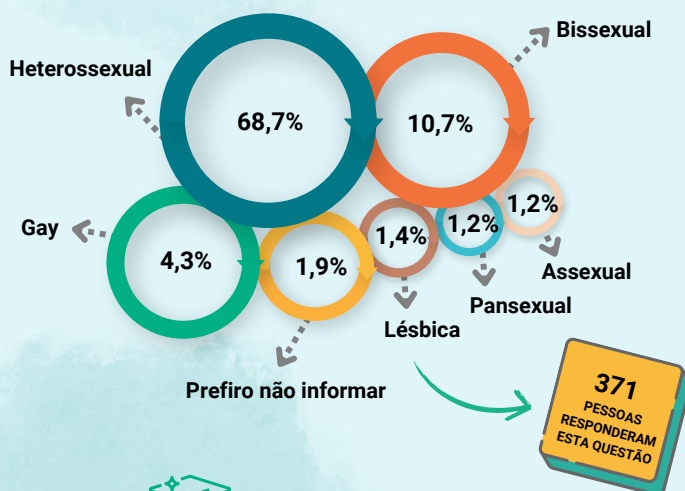


Representações sociais*

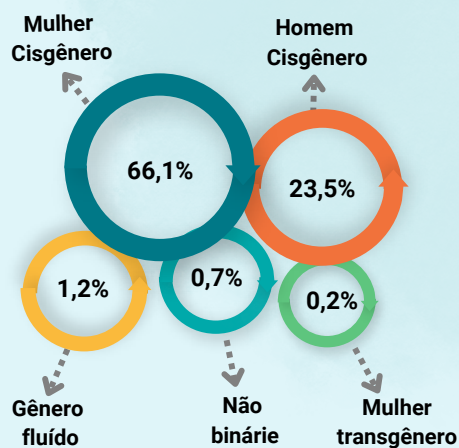


*230 pessoas responderam que não pertencem a povos e comunidades tradicionais

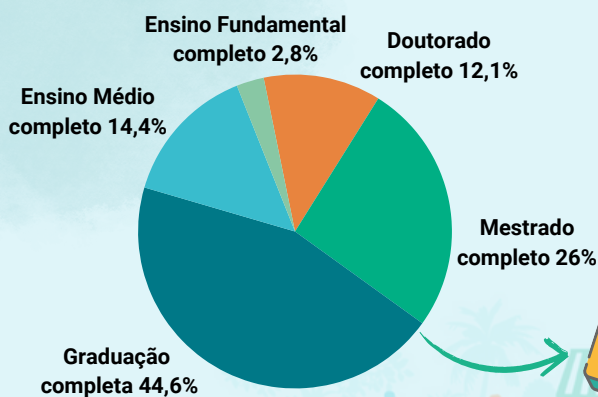
Orientação afetivo-sexual



Identidade de gênero



Escolaridade



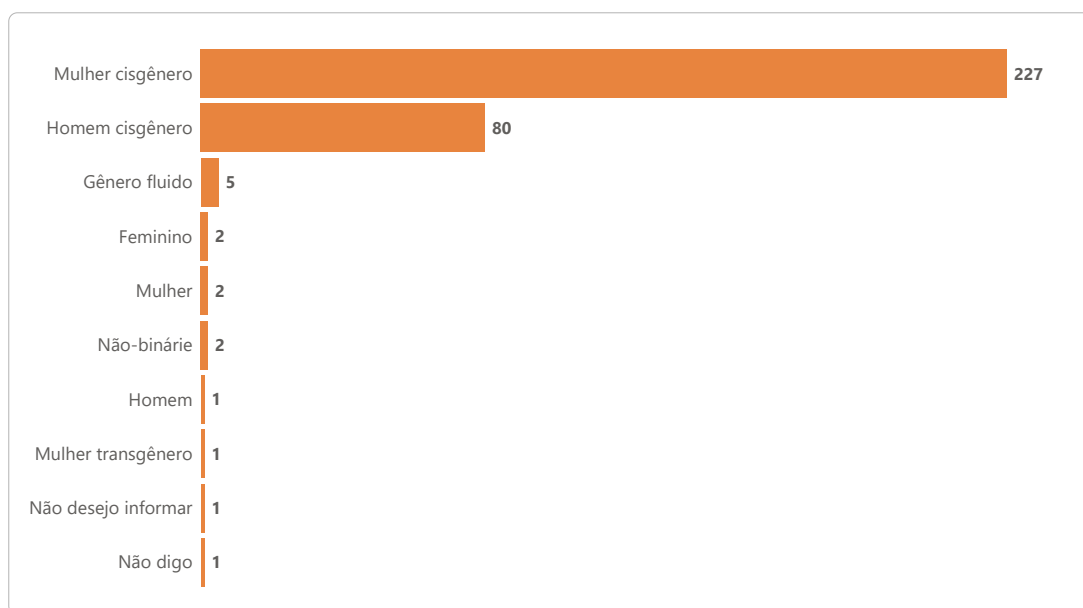
Esta seção tem por objetivo caracterizar o perfil das pessoas inscritas na Consulta Pública. Dessa forma, é apresentado o perfil sociodemográfico e de representação em três etapas dela: “Seminário Virtual”; “Seminário Presencial”; e formulário *on-line*, correspondente à segunda, quarta e terceira etapas, respectivamente. A coleta de tais dados deu-se por meio de formulários eletrônicos com intencionalidades específicas a cada momento, conforme detalhamento a seguir.

Cabe destacar que não foi realizada aferição dos dados respondidos, portanto, tais informações são autodeclaratórias, expressando a autoidentificação dos(as) sujeitos(as) respondentes.

2.3.1. “Seminário Virtual”

Para além das equipes técnicas do PARMIS e da COPROD/IBAMA, esta etapa teve a participação das equipes técnicas executoras dos PEA, Sujeitos(as) da Ação Educativa (SAE), equipes técnicas de empresas petrolíferas, estudantes de graduação e pós-graduação, bem como comunidade em geral interessada pelo tema, totalizando 346 inscritos(as). Em relação ao perfil sociodemográfico (Figura 5), mulheres cisgêneras representaram a maior categoria presente no “Seminário Virtual”, totalizando 227 pessoas.

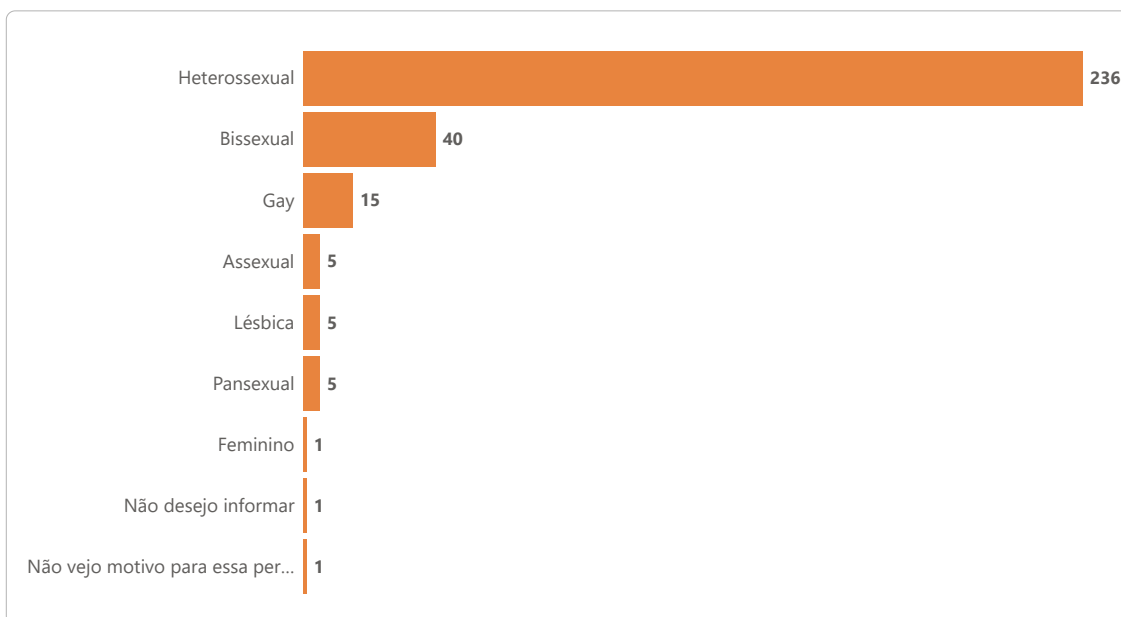
Figura 5 - Perfil de identidade de gênero dos(as) inscritos(as) do “Seminário Virtual”



Fonte: PARMIS (2023)

Ainda na temática de gênero, quando questionados(as) acerca da orientação afetivo-sexual, grande parte das pessoas inscritas declarou ser heterossexual (236 pessoas), 40 bissexuais e 15 gays (Figura 6).

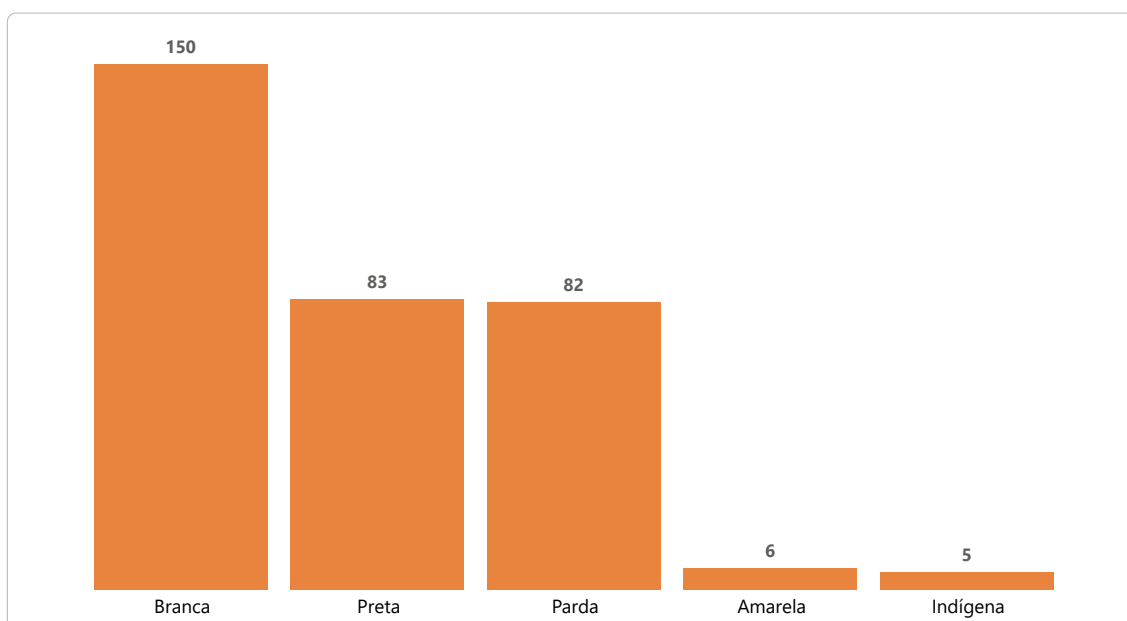
Figura 6 - Perfil de orientação afetivo-sexual dos(as) inscritos(as) do “Seminário Virtual”.



Fonte: PARMIS (2023)

No que se refere ao perfil étnico-racial das pessoas inscritas, foi observada a predominância de pessoas negras, isto é, que se identificaram pretas (83) ou pardas (82), totalizando 165 sujeitos(as), seguida de pessoas brancas, perfil de 150 participantes (Figura 7). Em relação à participação de pessoas com deficiência (PCDs), somente uma participante sinalizou ser PCD.

Figura 7 - Perfil étnico-racial dos(as) inscritos(as) do “Seminário Virtual”

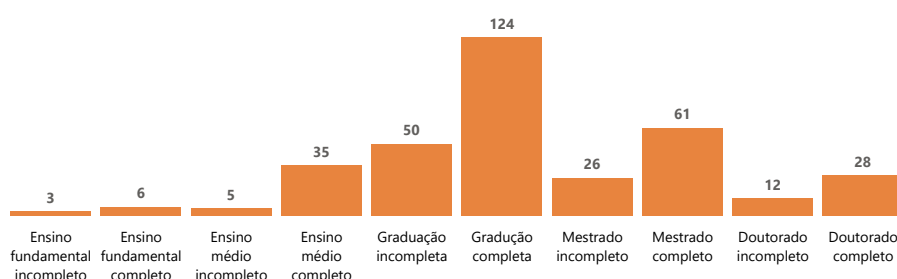


Fonte: PARMIS (2023)

Em relação à representação dos povos e comunidades tradicionais, 39 pessoas indicaram que compõem a categoria de pescadores(as) artesanais, 23 responderam fazer parte de comunidades quilombolas, três caiçaras, dois indígenas, um ribeirinho e uma representação de povos de matriz africana. Para além dessas respostas, destaca-se que algumas pessoas mencionaram o pertencimento a outros grupos sociais que não são caracterizados enquanto povos e comunidades tradicionais segundo a Política Nacional do Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007), a saber: agricultores(as) familiares (2), comunidade rural (1), agricultura (1), comunidade periférica (1) e comunidade islâmica (1).

Quanto ao perfil de escolaridade, foi solicitado no formulário a indicação do maior grau de escolaridade. Desse modo, percebeu-se que mais da metade dos(as) inscritos(as) possuíam, pelo menos, o ensino superior (somatório de graduação completa, mestrado incompleto, mestrado completo, doutorado incompleto e doutorado completo), totalizando 251 pessoas. Destas, 73 têm título de mestre (somatório de mestrado completo e doutorado incompleto) e 28 são doutores. Apenas 14 pessoas possuíam nível escolar básico incompleto (somatório de ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo e ensino médio incompleto) (Figura 8).

Figura 8 - Perfil de escolaridade das pessoas inscritas “Seminário Virtual”



Fonte: PARMIS (2023)

Para o perfil de representação institucional, foram consideradas apenas as respostas positivas para a composição atual dos PEA, ou seja, respostas que sinalizaram participações anteriores não foram sistematizadas na presente caracterização. Nesse sentido, observou-se a participação de representantes de todos os PEA em vigência na área de abrangência do Plano Macro, conforme Quadro 4⁸. Ademais, algumas pessoas apontaram compor mais de um PEA, sendo contabilizadas individualmente em cada um dos PEA indicados.

⁸ Cabe destacar que o PEA REMA e o PEA Observação, ainda que na área de abrangência do Plano Macro, já foram finalizados. Considerando que a sistematização tratou apenas da ocupação atual nos PEA, estes não são representados na análise.

Quadro 4 - Representantes dos PEA da área de abrangência do Plano Macro durante o “Seminário Virtual”.

PEA	Nº de inscritos
PEA Baía de Guanabara	27
PEA Foco	11
PEA NEA-BC	31
PEA Pescarte	55
PEA QUIPEA	24
PEA Rede Observação	22
PEA Redes	16
PEA Redes da Baía	4
PEA Redes de Cidadania	16
PEA Rendas do Petróleo	43
PEA Rumo	3
PEA Territórios	52
Total	304

Fonte: PARMIS (2023)

Destaca-se que sete destes PEA foram tema de investigação de pesquisa realizada pelo PARMIS, a saber: Foco, NEA-BC, Pescarte, Quipea, Rede Observação, Redes e Territórios, totalizando 195 inscrições. Para além disso, houve 24 representações de outros projetos socioambientais que não os descritos acima.

Em relação ao papel desempenhado nos PEA por esses(as) sujeitos(as), foi observada maior representação de equipe técnica, seguido de coordenadores(as) técnicos(as) dos PEA, representantes de empresas petrolíferas e Sujeitos(as) da Ação Educativa.

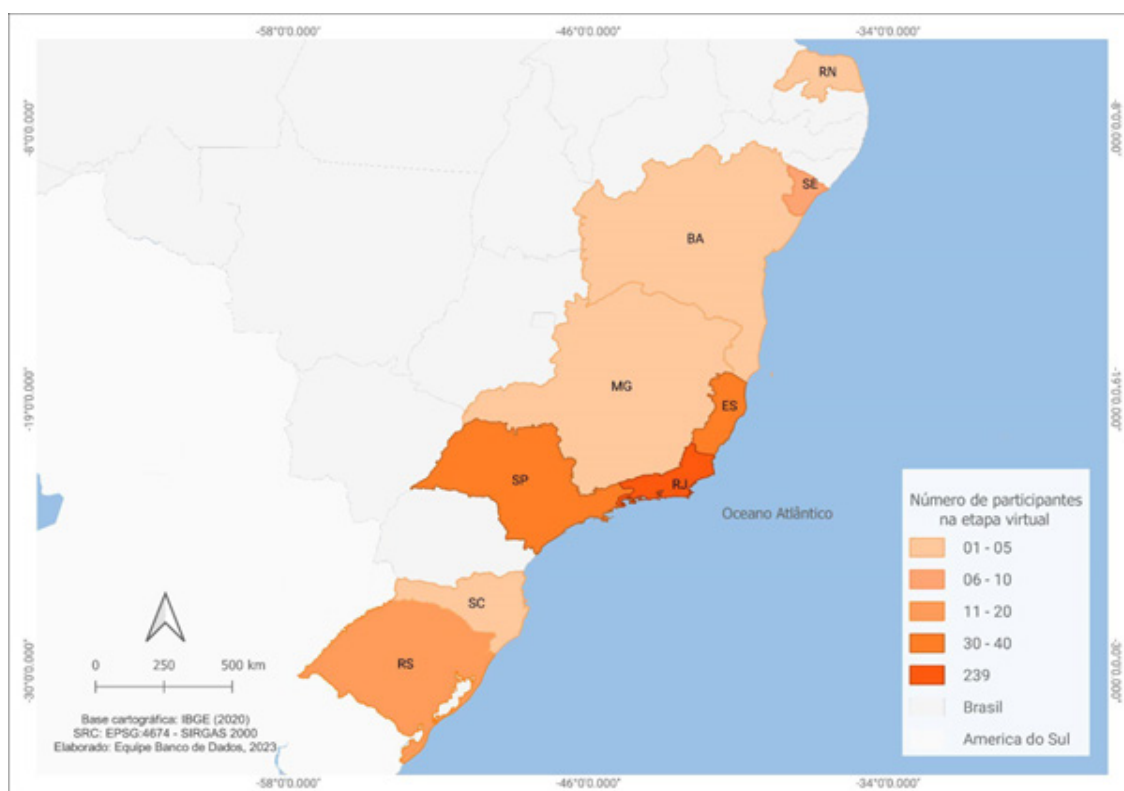
No que concerne ao número de representações por segmento, foram observados: 194 membros(as) de equipe técnica, 35 coordenadores(as) técnicos(as) de PEA, 30 representantes de empresa petrolífera, 21 sujeitos(as) da ação educativa, nove representantes de entidade executora, quatro agentes sociais, quatro bolsistas, duas pesquisadoras, um consultor *Ad hoc*, uma consultora técnica de empresa, e um supervisor municipal⁹.

Em relação ao município de residência dos(as) inscritos(as) do “Seminário Virtual”¹⁰, identificou-se que 239 pessoas eram de municípios pertencentes ao estado do Rio de Janeiro, 37 do estado de São Paulo, 35 do Espírito Santo, 16 do Rio Grande do Sul, 6 (seis) de Sergipe, 5 (cinco) da Bahia, 4 (quatro) de Santa Catarina, 2 (duas) de Minas Gerais e 2 (duas) do Rio Grande do Norte, conforme figura 9.

⁹ As denominações das ocupações apresentadas pelos(as) inscritos(as) nas respostas do formulário eletrônico foram mantidas enquanto categorias, ainda que, na prática, possam ser agrupadas.

¹⁰ Não consta na análise os integrantes da equipe do PARMIS e os analistas ambientais do IBAMA.

Figura 9 - Distribuição de inscrições na etapa virtual



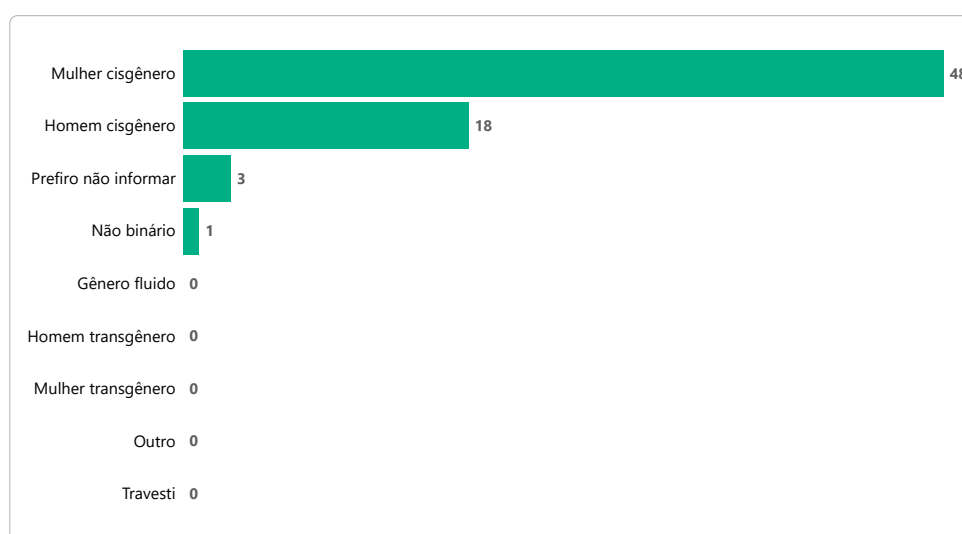
Fonte: PARMIS (2023)

2.3.2. “Seminário Presencial”

No “Seminário Presencial” foram utilizados dois formulários de inscrição a serem preenchidos por parte das (i) coordenações dos PEA e das (ii) empresas petrolíferas com indicações de representantes ao evento. Para além das equipes técnicas do PARMIS e da COPROD/IBAMA, inscreveram-se no evento 71 pessoas.

Assim como na etapa virtual, a maior parte das pessoas inscritas foram mulheres cisgêneras (48), seguida de homens cisgêneros (18) (Figura 10).

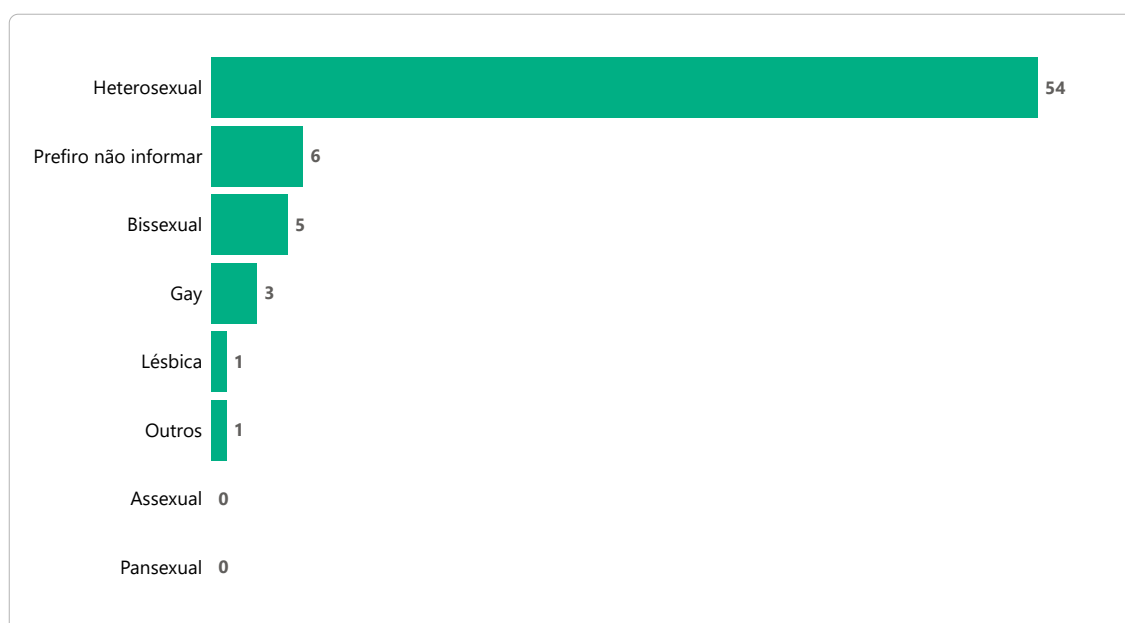
Figura 10 - Identidade de gênero das pessoas inscritas “Seminário Presencial”



Fonte: PARMIS (2023)

Já em relação à orientação afetivo-sexual (Figura 11), novamente, a maior parte dos(as) inscritos(as) se declarou heterossexual, totalizando 54 pessoas.

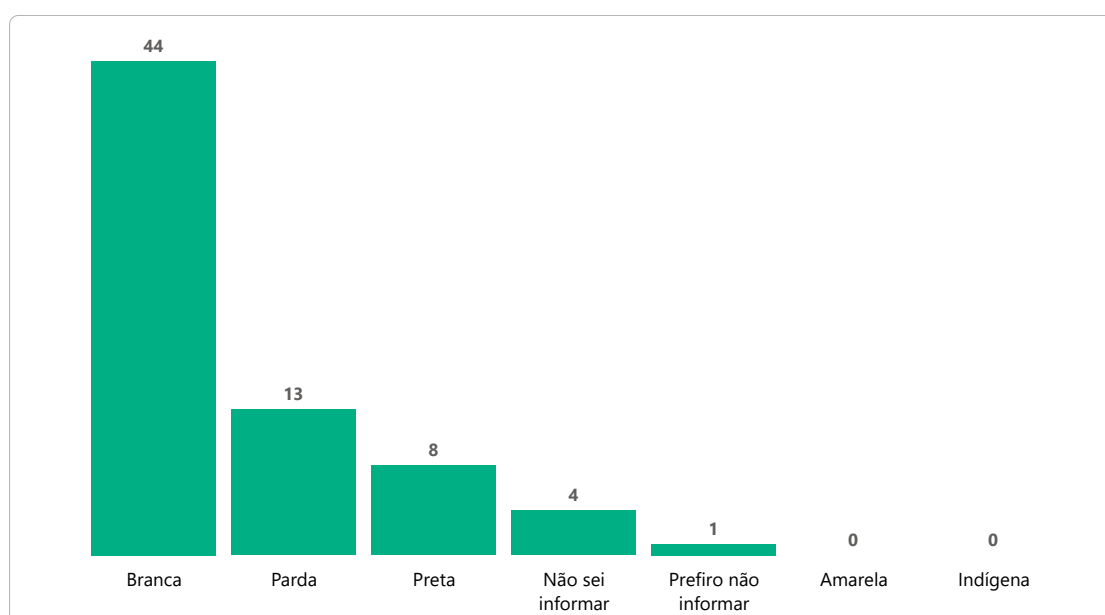
Figura 11 - Orientação afetivo-sexual das pessoas inscritas "Seminário Presencial".



Fonte: PARMIS (2023)

No que se refere ao perfil étnico-racial das pessoas inscritas, diferente do evento virtual, na etapa presencial foi observada a predominância de pessoas brancas (44) (Figura 12), enquanto 21 pessoas eram negras, isto é, que se identificaram pardas (13) ou pretas (8).

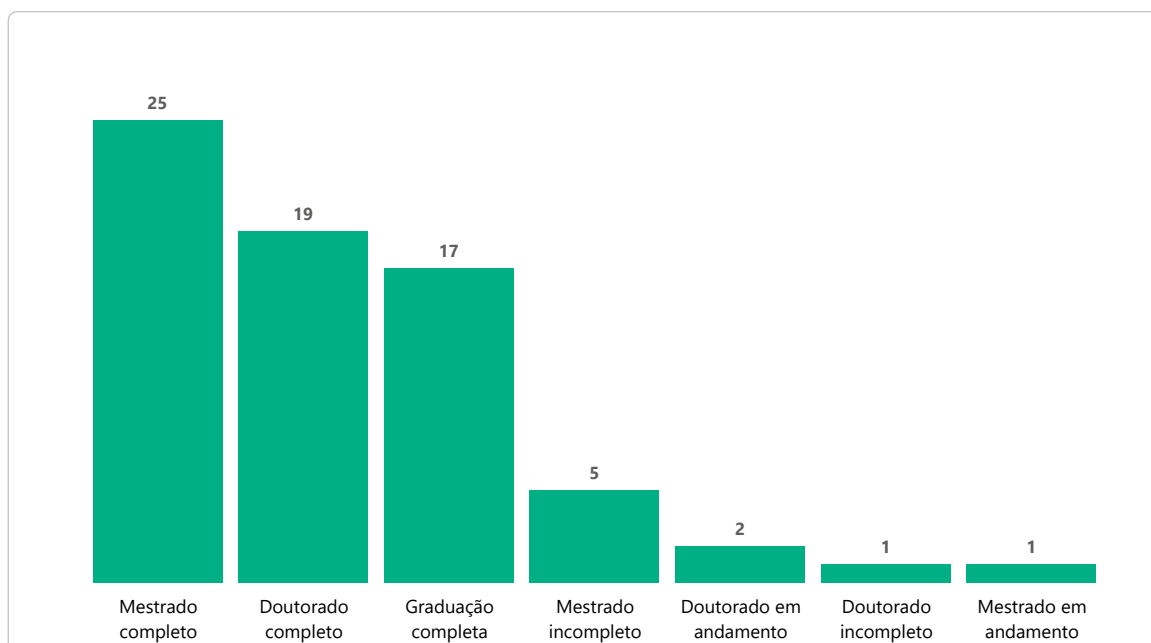
Figura 12 - Perfil étnico-racial das pessoas inscritas "Seminário Presencial"



Fonte: PARMIS (2023)

Quanto ao perfil de escolaridade, todas as pessoas inscritas na etapa presencial do evento possuíam, pelo menos, o ensino superior completo. Ademais, do total de 70 inscritos(as), 26 eram mestres(as) (somatório de mestrado completo, doutorado incompleto) e 19 doutores(as) (Figura 13).

Figura 13 - Perfil de escolaridade das pessoas inscritas do “Seminário Presencial”

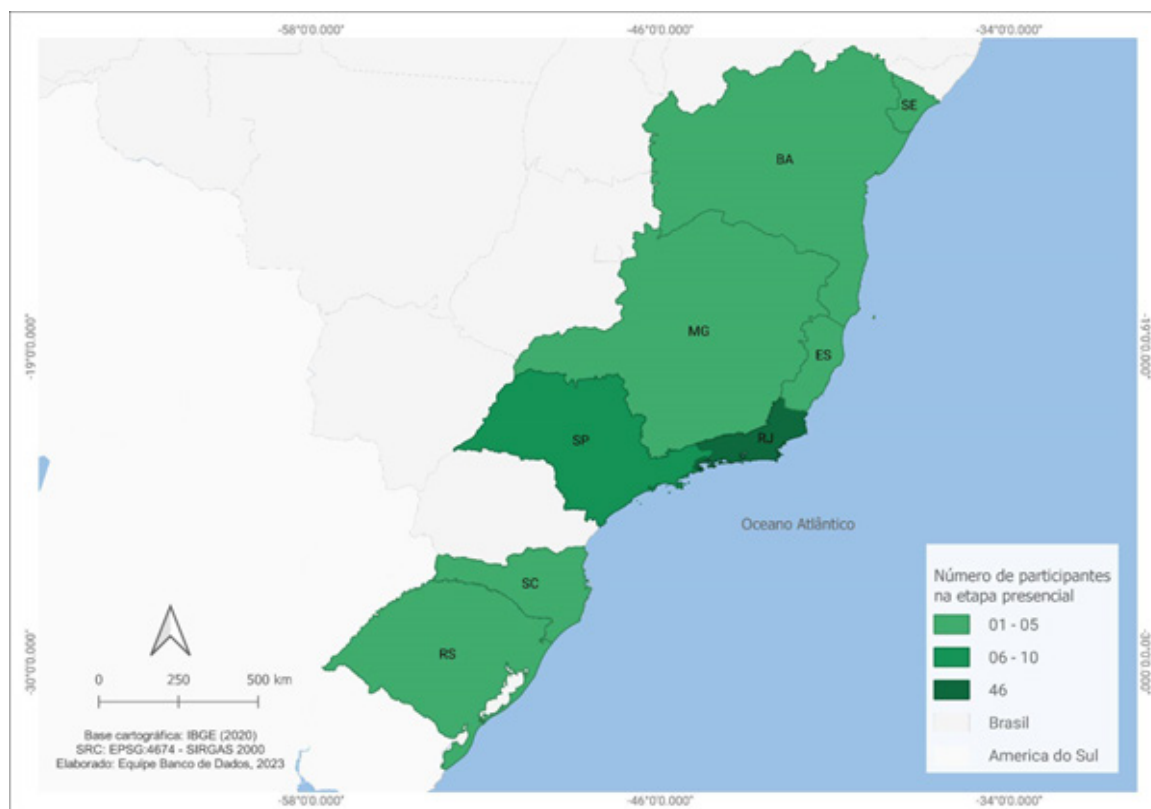


Fonte: PARMIS (2023)

Ademais, no formulário de inscrição preenchido no ato da indicação de representantes, foi perguntado a função exercida nos PEA. A partir disso, identificou-se que a maior parte eram coordenadores(as) técnicos(as) (23), educadores(as) (6) e outros(as) (10).

Em relação ao município de residência dos(as) inscritos(as) do “Seminário Presencial”, identificou-se que 46 pessoas eram de municípios pertencentes ao estado do Rio de Janeiro, 8 (oito) do estado de São Paulo, 5 (cinco) do Espírito Santo, 4 (quatro) de Sergipe, 3 (três) de Santa Catarina, (3) três da Bahia, 1 (uma) de Minas Gerais e 1 (uma) do Rio Grande do Sul, conforme figura 14.

Figura 14 - Distribuição das inscrições na etapa presencial.



Fonte: PARMIS (2023)

2.3.3. Formulário *on-line*

No formulário *on-line* foram recebidas 10 respostas, sendo três individuais e sete coletivas/institucionais. Desse modo, considerando o formato do formulário, não foi possível especificar as características sociodemográficas dos(as) participantes dessa etapa da Consulta Pública.

Cabe destacar que cinco contribuições coletivas tiveram origem em PEA. Quatro delas relacionados ao licenciamento ambiental de petróleo e gás e que foram analisados pelo PARMIS: Rede Observação, Territórios do Petróleo, Pescarte e QUI-PEA. Também, responderam coletivamente ao formulário as empresas petrolíferas Karoon e PETROBRAS e houve contribuições do PEA associado ao Porto de São Sebastião. Quanto às respostas individuais, foi recebida uma contribuição vinculada ao PEA Rede Observação, outra ao PEA Redes Cidadania e uma sem especificação da entidade representada ou vinculada.

3. Procedimentos para sistematização dos resultados da Consulta Pública

Na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos organizados entre dúvidas e contribuições. Cabe destacar que, para a sistematização, foram utilizadas diferentes metodologias, considerando cada uma das etapas da Consulta, uma vez que decorreram de dinâmicas distintas.

3.1. Procedimentos para sistematização de dúvidas

A metodologia utilizada para sistematizar as dúvidas consistiu-se das seguintes etapas: i) organização e tabulação das dúvidas recebidas, durante o “Seminário Virtual”, “Seminário Presencial” e sistematizadas no formulário *on-line*, quando foram separadas das contribuições; ii) sistematização das respostas realizadas durante os eventos, resumindo e quando necessário adequando a linguagem; iii) redação complementar àquelas questões que não foram respondidas nos eventos, para estas foram elaboradas respostas, tendo como referencial especialmente documentos do PARMIS e do Plano Macro; iv) identificação de grupos temáticos: as dúvidas e/ou respostas foram classificadas segundo os temas que elas se referiam, tendo sido estes definidos e descritos *a posteriori*, ou seja, após a participação nos eventos e da leitura destas; v) classificação das dúvidas e/ou das respostas, considerando similaridade e/ou complementaridade das perguntas ou das respostas; vi) agrupamento das questões em blocos no interior de cada grupo temático, feito a partir de semelhanças tanto nas dúvidas quanto nas respostas, considerando ainda a temática dos GTs e dos blocos; vii) revisão da redação das respostas, sintetizando-as e evitando textos redundantes para tornar o documento mais enxuto e de leitura facilitada.

Destaca-se que os grupos temáticos foram definidos em: GT1 - Dúvidas Gerais sobre o PARMIS; GT2 - Dúvidas Gerais do Eixo 4; GT3 - Dúvidas sobre os Programas do Eixo 4; GT4 - Articulação entre os Eixos do Plano Macro; GT5 - Dúvidas sobre a implementação do Plano Macro; GT6 - Dúvidas sobre a Consulta Pública do PARMIS; e GT7 - Dúvidas não respondidas.

Ainda sobre a organização dos Grupos Temáticos e dos blocos em seu interior, buscou-se articular os temas mais centrais ao PARMIS, envolvendo os documentos 1 e 2-3 para posteriormente abordar questões afeitas ao Plano Macro como um todo e à Consulta Pública. Em consequência, não há hierarquização entre as dúvidas, tampouco distinção entre as etapas da consulta pública.

Ademais, para facilitar a leitura, foram utilizados os termos: i) “GT” - para grupo temático; ii) “B” - para Bloco; iii) “D” - indicando a redação das dúvidas; e iv) “R” - apresenta o conteúdo da resposta. A numeração estabelece correlação entre dúvida e resposta no interior de um bloco e de um Grupo Temático, por exemplo: GT1B1D1 corresponde à dúvida 1, do bloco 1 situado no Grupo Temático 1. Consequentemente, GT1B1R1 corresponde à resposta desta dúvida.

Por fim, foram descritas as dúvidas que não apresentaram contexto suficiente para serem respondidas. Observa-se que esse agrupamento diz respeito ao conjunto de dúvidas levantadas durante o “Seminário Virtual”, via plataforma *Slido*, e que não apresenta contextualização, o que impossibilitou relacioná-las com o tema que estava sendo discutido. Após finalização da sistematização e da redação, o documento foi revisado pelos(as) analistas ambientais face às respostas que são de sua competência.

3.2. Procedimentos para sistematização das contribuições

A sistematização das contribuições ocorreu em três etapas distintas: 1) construção da planilha de dados; 2) seleção das contribuições a partir da relatoria simplificada do “Seminário Presencial”, do formulário *on-line*¹¹ e do preenchimento da planilha; e 3) a validação e complementação a partir das relatorias completas do mesmo Seminário.

A construção da planilha de dados (1) consistiu na elaboração de 6 matrizes, cada qual para um programa proposto pelo PARMIS para o Eixo 4 do Plano Macro, mais uma para contribuições gerais (a todos os Programas e/ou para o Plano Macro) e uma específica para os indicadores dos Programas propostos. A planilha foi organizada com uma contribuição por linha, levando em conta as seguintes colunas: i) turno e dia da contribuição; ii) nome de quem contribuiu; iii) instituição e/ou projeto com vínculo; iv) contribuição; v) justificativa e/ou observações que qualificam a contribuição; e vi) item de referência.

Sobre o item referência, para as opções de preenchimento, foi considerada a estrutura dos Programas Macrorregionais propostos no Documento 2-3, são elas: i) título; ii) justificativa; iii) participantes do programa; iv) abrangência; v) periodicidade de avaliação do programa; vi) objetivos geral e específicos; vii) impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental; viii) perspectiva da mitigação; ix) articulação com demais Programas do Plano Macro; x) inter-relação com os Programas do Eixo 4; xi) indicadores; e xii) observações. Para além destes, foram considerados, ainda, escopo/metodologia dos programas que ainda serão desenvolvidos (xiii).

A seleção das contribuições (2), a partir da relatoria simplificada, do formulário *on-line* e o preenchimento da planilha de dados, foi a etapa de coleta, tratamento e inserção na planilha de dados de cada contribuição. Após a inserção, os dados foram tratados sintática e ortograficamente de acordo com as normas da língua portuguesa.

A validação e complementação (3), a partir das relatorias completas, foi o momento de confirmar o sentido e ratificar a escrita das contribuições da quarta etapa da Consulta Pública com base nas relatorias realizadas após o “Seminário Presencial”.

Cabe observar que possíveis contribuições realizadas pela equipe técnica do PARMIS e da COPROD/IBAMA, na qualidade de mediadores(as) do processo de Consulta Pública e de responsáveis dos Programas propostos para o Eixo 4 do Plano Macro, não foram inseridas nessa planilha e que os nomes das pessoas que prestaram contribuições e as instituições ou projetos de educação ambiental dos quais fazem parte, foram omitidos.

Por fim, observa-se que a disposição das contribuições não possui ordem de importância e não estão divididas considerando os formatos da Consulta Pública. Para facilitar a leitura, foram utilizados os termos: i) “C” - indicando a redação das contribuições; e ii) “J” - apresenta o conteúdo indicando a justificativa ou a ausência dela. A numeração comum estabelece a correspondência entre Contribuição e Justificativa. Por exemplo: GT1B1C1 corresponde a contribuição 1, do bloco 1 situado no Grupo Temático 1. Consequentemente, GT1B1J1 corresponde à justificativa desta contribuição.

¹¹ Destaca-se que o objetivo do Seminário Virtual era apresentar os resultados da pesquisa e a concepção dos Programas e o debate foi direcionado às dúvidas. Consequentemente, não houve contribuições.

4. Resultados da Consulta Pública

Em seguida, apresentamos os resultados da Consulta Pública a partir da sistematização das dúvidas e contribuições recebidas durante as diferentes etapas do processo.

4.1. Dúvidas sistematizadas ao longo da Consulta Pública

Neste item, são apresentadas as dúvidas identificadas ao longo das diferentes etapas, bem como as colaborações das equipes do PARMIS e da COPROD/IBAMA com vistas a saná-las. Reitera-se que foi feita uma revisão da redação tanto das dúvidas quanto das respostas, considerando que a forma escrita difere-se da fala, portanto, foi necessário fazer adaptações, adicionado contexto quando necessário, e buscou-se sintetizar e evitar textos redundantes nas respostas. O quadro abaixo (Quadro 5) apresenta os GTs e suas respectivas descrições e blocos.

Quadro 5 - Classificação das dúvidas sistematizadas ao longo da Consulta Pública

Grupo temático	Descrição
GT1 - Dúvidas gerais sobre o PARMIS	Encontra-se as dúvidas sobre a pesquisa realizada, envolvendo cinco blocos: recorte e procedimentos da pesquisa (GT1B1); fundamentos teóricos e categorias delineadas (GT1B2); resultados e seu rebatimento na elaboração dos Programas do Eixo 4 (GT1B3); perfil dos(as) pesquisadores(as) e tamanho da equipe (GT1B4); e motivação do PARMIS (GT1B5).
GT2 - Dúvidas Gerais do Eixo 4	Apresenta as dúvidas e respostas sobre aspectos gerais do Eixo 4 do Plano Macro, envolvendo seis blocos: a permanência da educação ambiental - tendo como referência a educação ambiental crítica delineada para atuar no âmbito da gestão ambiental pública (GT2B1); padronização metodológica dos Programas do Eixo 4 (GT2B2); participação dos Sujeitos(as) da Ação Educativa nos Programas (GT2B3); desenho gerencial dos Programas (GT2B4); papel da pesquisa nos Programas do Eixo 4 (GT2B5); e rebatimento dos Programas em regiões fora de abrangência do Plano Macro (GT2B6).
GT3 - Dúvidas sobre os Programas do Eixo 4	Contém dúvidas sobre os Programas propostos para o Eixo 4, envolvendo o escopo dos Programas, as justificativas, os(as) participantes, abrangência, periodicidade de avaliação, objetivos geral e específicos, impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental, as perspectivas de mitigação dos Programas, como também, os indicadores de resultados. Cada Bloco corresponde a um programa e, o último, aos indicadores.
GT4- Articulação entre os Eixos do Plano Macro	As dúvidas versam sobre as características de cada eixo, sua complementaridade e integração, incluindo a temporalidade de cada um e os reflexos na transição do escopo atual dos projetos, que são individualizados, para os Programas do Plano Macro. Esse grupo temático possui dois blocos de dúvidas, que são: Inter-relação entre Programas do Plano Macro (GT4B1) e Temporalidade dos Programas do Plano Macro (GT4B2).
GT5 - Dúvidas sobre a implementação do Plano Macro	Contém as dúvidas envolvendo a implementação do Plano Macro que se reverberam sobre os Programas do Eixo 4 e envolvem a transição do modelo atual para os Programas do Plano Macro. Dentre elas, estão as dúvidas sobre a proposta de cofinanciamento e transição do modelo atual para o Plano Macro. Para tal, este grupo foi organizado em sete blocos, são eles: Cofinanciamento (GT5B1); Transição do modelo atual para o Plano Macro (GT5B2); Insuficiência de quadro técnico da COPROD/IBAMA (GT5B3); “Arranjos de Governança” (GT5B4); Relação do Plano Macro com as demais tipologias licenciadas pelo IBAMA (GT5B5); Participação dos povos tradicionais na formulação dos Programas do Eixo 4 (GT5B6); e Outras questões associadas ao Plano Macro ou ao Eixo 4 (GT5B7).

Grupo temático	Descrição
GT6 - Dúvidas sobre a Consulta Pública do PARMIS	As dúvidas versam sobre objetivos, acesso a documentos, temporalidade e desdobramentos da Consulta Pública conduzida pelo PARMIS. Possui dois blocos: Acesso à informação (GT6B1) e Acesso a documentos (GT6B2).
GT7 - Dúvidas não respondidas	Encontra-se as dúvidas referente ao processo de Consulta Pública que não foram respondidas por falta de contexto/contextualização. Possui um bloco (GT7B1)

Fonte: PARMIS (2023)

GT1 - Dúvidas gerais sobre o PARMIS

Este grupo temático contém as dúvidas sobre a pesquisa realizada, envolvendo cinco blocos: recorte e procedimentos da pesquisa (GT1B1); fundamentos teóricos e categorias delineadas (GT1B2); resultados e seu rebatimento na elaboração dos Programas do Eixo 4 (GT1B3); perfil dos(as) pesquisadores(as) e tamanho da equipe (GT1B4); e Motivação do PARMIS (GT1B5).

Bloco 1 - Recorte e procedimentos de Pesquisa

GT1B1D1. *Na avaliação da NT nº 01/2010, para o estabelecimento dos(as) SAE a serem entrevistados(as) pelo PARMIS, foi considerado de quais projetos faziam parte e há quanto tempo estavam nos PEA?*

GT1B1R1: Antes do PARMIS, houve o projeto “Impactos na Pesca” em que foram analisados cinco PEA com base na pesca (FOCO, Pescarte, REMA, ObservAção e NEA-BC). Naquele momento, foram selecionados(as) SAE de municípios de abrangência desses projetos e de modo a contemplar diversidade de gênero, de pesca (águas interiores e marinhas), questão intergeracional etc. Foram realizadas 54 entrevistas em profundidade. O PARMIS apresentou-se de modo complementar, em termos de municípios e SAE. Ademais, o PARMIS analisou apenas os PEA que possuíam mais de uma fase concluída. Posto isso, foi realizada uma leitura considerando os PEA que não foram abrangidos no “Impactos na Pesca” e maior enfoque nos municípios que também não foram contemplados naquela pesquisa, incluindo aqueles do Espírito Santo, do sul fluminense e norte paulista. Por último, após selecionar PEA e municípios a serem abrangidos, os(as) entrevistados(as) foram aqueles(as) sugeridos(as) pela própria equipe do PEA no município. Identificou-se, inclusive, sujeitos(as) que integram mais de um PEA ou que migraram de um projeto para outro.

GT1B1D2. *Quais critérios qualitativos e quantitativos foram utilizados para a definição do universo de pesquisa (documentos, entrevistas, número de visitas de campo)?*

GT1B1R2: Primeiro, na análise documental, analisou-se os oito Projetos de Educação Ambiental, os planos de trabalhos e todos os relatórios disponíveis até o ano de 2021. Além dos oito PEA, o PARMIS analisou o plano de trabalho e os relatórios do PEA Avaliação, no sentido de contribuir com as análises e com os indicadores. Também, foram analisados os planos de trabalhos e pareceres técnicos de todos os Programas Macrorregionais de Caracterização do Plano Macro, no sentido de avaliar a integração e a compatibilidade dos Programas e a leitura de impactos ambientais que eram abordadas por esses Programas. Esse é o universo da análise documental, considerando ainda o banco de dados do “Impactos na Pesca”, que são documentos que já estavam coletados e foram categorizados conjuntamente com os outros

dados do PARMIS. Do universo amostral de sujeitos(as) participantes da pesquisa, a equipe considerou primeiro os(as) analistas da COPROD/IBAMA que têm uma leitura sobre os resultados e as fragilidades, que vivenciam a problemática e que são os(as) protagonistas da política pública, ou seja, são os(as) responsáveis por sua formulação. Ademais, foram consideradas as equipes das empresas que acompanham os PEA e as coordenações de todos os oito PEA que foram entrevistados(as). Depois, foi realizada coleta de informações com os(as) SAE, aqueles(as) que participam da política pública. São 53 entrevistas, oriundas do projeto “Impactos na Pesca” - esse projeto analisou cinco dos oito PEA que foram escopo do PARMIS, ou seja, cinco deles já tinham dados coletados do projeto anterior, tendo sujeitos(as) somente da pesca. Além disso, teve uma complementariedade do ponto de vista territorial, de abranger municípios que não estavam no projeto “Impactos na Pesca”. Como estamos falando de pesquisa social qualitativa, buscou-se ter um olhar espalhado, no território dos diferentes grupos, dos diferentes projetos de educação ambiental. Destaca-se, também, o critério de seleção desses(as) sujeitos(as) que são entrevistados(as), que não é aleatório. Essas pessoas foram definidas a partir das equipes dos PEA, já assumindo que são sujeitos(as) que já têm um maior acúmulo, que já são mais articulados(as). Dito isso, o PARMIS não tinha a intenção de identificar se o PEA está trabalhando devidamente ou se aquela pessoa soube ou não responder. A intenção foi entender o acúmulo dos projetos ao longo do tempo. Além disso, a equipe igualmente considerou critérios de idade, gênero e étnico-raciais na escolha dos(as) sujeitos(as).

GT1B1D3. *Por que o recorte do PARMIS não incluiu o PEAC-Sergipe, dado que é um dos maiores e mais antigos PEA?*

GT1B1R3: O recorte do PARMIS foi delimitado a partir da área de abrangência do Plano Macro. Este é um plano diretor voltado para programas de mitigação e monitoramento de impactos socioambientais cumulativos e sinérgicos oriundos das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás que se situam nas bacias de produção contíguas de Santos, Campos e Espírito Santo. Eventualmente, outros projetos poderão ser mobilizados para contribuir com o Plano Macro.

Bloco 2 - Fundamentos teóricos e categorias delineadas

GT1B2D1. *Quais categorias teóricas da Educação Ambiental Crítica, foram utilizadas para a formulação das questões de pesquisa e na análise dos resultados?*

GT1B2R1: As questões de pesquisa foram permeadas a partir de proposições em diálogo com a COPROD/IBAMA, principalmente no sentido de entender o papel dos PEA na mitigação de impacto. Na perspectiva da Educação Ambiental Crítica e da Educação no processo de Gestão, o PARMIS considerou relevante compreender: i) a relação dos grupos sociais que são prioritários nos PEA com os impactos socioambientais incidentes sobre estes grupos; e ii) características da gestão pública na relação com os grupos e com os impactos. Destaca-se que, na formulação da educação na gestão, busca-se, primeiramente, que os(as) sujeitos(as) compreendam os impactos que os(as) afetam e a origem desses impactos, inclusive no sentido de endereçar esse impacto a quem compete atuar sobre. Por exemplo, se há impacto de um porto, se há um impacto da cadeia produtiva de petróleo e gás, aonde se deve ir para questionar esse impacto. Se tem um impacto sobre equipamentos e serviços públicos, como é que os(as) sujeitos(as) impactados(as) buscam alternativas

para melhorar esses serviços e equipamentos públicos, que são os pressupostos da educação ambiental crítica. Dessa maneira, durante a pesquisa, buscou-se articular essas leituras. As categorias de resultados, que são as principais categorias que os PEA trabalham, foram construídas nesta formulação: a primeira são os avanços no processo organizativo, entendendo que esses avanços são resultados obtidos por meio do processo de educação ambiental crítica, e as subcategorias, elas vão dialogar com as estratégias dos PEA, e a questão do endereçamento dos impactos, que os(as) sujeitos(as) têm leituras.

Isso não foi levado para o relatório na totalidade, mas se observou que há uma dificuldade de relacionar as ações dos PEA com sua origem, se esses impactos são ou não diretamente associados à cadeia produtiva de petróleo e gás. A leitura que o PARMIS faz e que está no documento 1, é de que a NT nº 01/2010 supervaloriza impactos difusos, entendendo que o papel dos PEA é atuar sobre impactos difusos, ainda que a NT expresse, também, sobre a importância de articular a origem dos impactos. A própria concepção de educação ambiental no licenciamento também aborda esta questão. Isso acaba por ficar em uma discussão de que, se o impacto é difuso, pode-se atuar sobre qualquer impacto, o que se torna uma limitação na relação com o licenciamento ambiental. E isso resulta numa proposição específica dos Programas terem de forma mais diretiva quais os impactos que se deseja mitigar. Essas são as principais categorias teóricas trabalhadas nas questões de pesquisa e na sistematização dos resultados.

GT1B2D2. *O PARMIS buscou analisar os PEA para além dos processos de ensino-aprendizagem, mas não teria a educação centralidade nos projetos?*

GT1B2R2: A análise realizada pelo PARMIS foi para além dos processos de ensino-aprendizagem, mas em momento algum houve a desconsideração desse processo. O que houve foi o esforço em analisar a finalidade do processo educativo, sua aplicabilidade no contexto da mitigação dos impactos. A Educação Ambiental Crítica e a Ecologia Política embasaram integralmente a pesquisa do PARMIS. No contexto do licenciamento ambiental, a Educação Ambiental possui uma finalidade voltada para a mitigação dos impactos, ocupando espaços públicos para a incidência, em que os(as) sujeitos(as) não devem somente compreender os impactos, mas compreendê-los para atuar sobre.

GT1B2D3. *Como foram definidas categorias e subcategorias dos resultados e fraquezas? Foram pré-estabelecidas antes da coleta? Agrupadas após análise? Qual base teórica?*

GT1B2R3: Inicialmente, foram pensados conceitos mais gerais, que orientaram a formulação dos roteiros para a coleta de dados, construídos com base em referenciais teóricos, análise documental dos PEA e documentos orientadores do PARMIS. Porém, as categorias foram definidas efetivamente após as coletas e leitura das entrevistas. Ou seja, foram classificados os dados encontrados em campo, tornando-se mais específicas. Após esse exercício, foram realizados dois encontros pela equipe para compreender como cada categoria poderia contribuir com os objetivos da pesquisa; debater o entendimento sobre a descrição de cada categoria; e identificar possíveis lacunas, bem como categorias que poderiam ser suprimidas ou reagrupadas. Finalizada a definição das categorias e subcategorias, realizou-se a codificação das entrevistas a partir das categorias de análise, identificando os trechos que tra-

tavam de resultados e fragilidades relacionadas à implementação da Nota Técnica nº 01/2010, além de outras temáticas de interesse do PARMIS. O referencial sobre categorização utilizado foi: GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S (Org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ, O. C.; GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21ª Ed. – Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p.67-80.

GT1B2D4. *Quais critérios foram utilizados para caracterizar a semelhança entre os PEA? (ex. especificidade de agricultores(as) familiares entre as populações quilombolas).*

GT1B2R4: Não foram caracterizadas semelhanças entre os PEA. O PARMIS trabalhou a partir da sistematização dos resultados dos PEA, independente do grupo social. Assim, foi indiferente do ponto de vista da sistematização de resultados, se estão relacionados a uma conquista de uma comunidade quilombola, de um(a) agricultor(a), de um(a) pescador(a) ou de uma pessoa da zona urbana, no âmbito do seu PEA. Porque esses processos são construídos dentro do objetivo dos PEA, numa perspectiva metodológica, em diálogo com a NT nº 01/2010 e com os(as) SAE. A equipe do PARMIS observou um universo diverso de resultados, não teve uma caracterização específica de cada grupo, no sentido de apontar semelhanças e diferenças, mas sim de trabalhar a partir dessas diferenças que estavam dadas. Ademais, a leitura dos PEA demonstra que os projetos têm “uma marca”, seja na relação com o(a) sujeito(a) ou em questões metodológicas. Então, tem PEA que trabalha com a questão audiovisual, com o teatro do oprimido, com grupos específicos como comunidades quilombolas, jovens ou mulheres de comunidades pesqueiras etc. Porém, independentemente dessas “marcas”, os PEA têm uma lógica do processo educativo que envolve, geralmente, uma mobilização articulada à diagnósticos mais localizados de onde se seleciona um grupo, que é este grupo que continua participando do processo formativo e que, então, se articula às principais conquistas ou alcança os principais objetivos almejados por aquele PEA. Este “núcleo duro de sujeitos(as)” retroalimenta ou referenda os resultados para a base comunitária, com maior número de pessoas. O PARMIS visou compreender os resultados diversos considerando essa diversidade. Já as fragilidades foram orientadas a questões estruturais. Ambos, buscam a análise tendo como referência a Nota Técnica - o processo institucional do licenciamento - e não de cada PEA em si.

GT1B2D5. *Quais premissas da pesquisa-ação se objetivam e quais não foram possíveis de objetivar na configuração institucional que delimita o PARMIS?*

GT1B2R5: Três são as principais premissas em torno da pesquisa-ação. A primeira delas envolve os(as) participantes na delimitação do problema de pesquisa. No PARMIS, os(as) analistas ambientais foram responsáveis pela delimitação do escopo do Projeto e posteriormente, participaram ativamente da construção do problema de pesquisa por meio de uma oficina específica para tal, quando problematizaram as fragilidades decorrentes da implementação da Nota Técnica nº 01/2010, os resultados gerados, inclusive aqueles além das expectativas e as mudanças político-institucionais que demandam adequações. A segunda premissa envolve a proposição de soluções juntamente aos(as) participantes, a partir dos resultados gerados pela pesquisa. Nesse sentido, os(as) analistas participaram da concepção dos Programas, aferindo-os em relação ao Plano Macro, às competências da COPROD/IBAMA e considerando os processos institucionais e administrativos que envolvem o licenciamento. Duas foram as oficinas com esta finalidade. A terceira premissa demanda

que sejam delimitados subsídios teóricos, métodos e procedimentos de pesquisa de forma independente da “visão de mundo” dos(as) participantes da pesquisa, de forma a assegurar uma leitura da realidade que não seja restrita à leitura dos(as) participantes, no sentido de não gerar “vícios” na pesquisa e restringir seus resultados a um único olhar. Nesse sentido, os(as) analistas da COPROD/IBAMA não participaram, tampouco entrevistaram, na definição da fundamentação teórica, dos procedimentos de pesquisa envolvendo coleta e análise de dados e da definição dos(as) interlocutores(as) da pesquisa. Igualmente não participaram da construção das categorias. Em consequência, considera-se que as premissas da pesquisa-ação foram atendidas.

Bloco 3 - Resultados e seu rebatimento na elaboração dos Programas do Eixo 4

GT1B3D1. *No contexto apresentado não ficou explícito a contribuição dos PEA para o exercício da cidadania. Isto foi ou será objeto de análise?*

GT1B3R1: A contribuição dos PEA ao que se refere ao exercício da cidadania diz respeito a todos elementos que contribuem para a participação na Gestão Ambiental Pública, seja em nível municipal, estadual, regional ou federal, e na contribuição em processos organizativos dos grupos vulnerabilizados capazes de viabilizar a organização comunitária em nível institucional. As subcategorias utilizadas nas análises sobre os resultados dos PEA foram: 1ª Formalização e regularização de entidades representativas dos SAE; 2ª Acesso a espaços de participação; 3ª Acesso a direitos e políticas públicas; 4ª Articulação com Movimentos Sociais; 5ª Fomento à captação de recursos. Esse conjunto de categorias analisaram os processos estruturantes conduzidos pelos PEA e seus resultados para o exercício da cidadania. Ademais, para além do Documento 1, o Boletim “Comunica PARMIS Ed. 4” trata justamente desse tema. Ele está disponível em www.maress.furg.br, junto aos demais documentos do PARMIS.

GT1B3D2. *Por que o documento se chama resultados e fragilidades da Nota Técnica nº 01/10, e não, resultados, avanços e desafios? Parece que o viés era focar somente nas fragilidades. E, ainda, as potencialidades dos projetos, apesar de aparecerem como resultados, não estão sistematizados como as fragilidades. Parece dar maior conotação às fragilidades.*

GT1B3R2: Os resultados apontam avanços e conquistas, ou seja, tanto os avanços como as conquistas dos PEA estão no escopo dos resultados. E as fragilidades falam de fragilidades e não de desafios porque, se pensar em uma Nota Técnica que foi publicada em 2010, está se falando em 13 anos de implementação de projetos numa área de abrangência grande, com esforço institucional enorme, seja de acompanhamento, seja de formação de equipe, seja de investimento. Neste momento, é difícil falar ainda de desafios, pois o que é desafio é porque não se deu, não virou um resultado, não virou uma conquista, isso acontece porque tem uma fragilidade. Em síntese, as categorias são organizadas a partir de elementos estruturais: conquista é resultado, avanço é resultado, porque eles são concretos. As análises demonstram concretude nesses resultados. Sobre falar de oportunidades de uma Nota Técnica que está há 13 anos sendo implementada e consolidada, é uma categoria que não tem como defender, ela vira uma opinião, porque ou ela é um resultado ou ela não se concretizou. Se ela não se concretizou é porque existe alguma fragilidade, é porque existem alguns aspectos estruturais que têm que ser olhados para que, então, atinja-se melhores resultados, melhores condições ou inclusive rompam com as incoerências que se dão nesse processo.

GT1B3D3. *O que seria uma Educação Ambiental voltada para mitigação de impactos e não na gestão ambiental pública?*

GT1B3R3: Quando pensamos na educação ambiental no processo de gestão ambiental pública, em geral, conformamos um processo de ensino-aprendizagem junto aos grupos sociais afetados por uma política ambiental específica para atuar em seu espaço de gestão. Por exemplo, atuamos junto a moradores(as) do entorno de uma unidade de conservação para que atuem no Conselho Gestor da unidade e/ou no plano de manejo. No caso do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás, os processos de ensino-aprendizagem ensejam não apenas a participação do licenciamento – o que seria muito restrito, dado que este se restringe às audiências públicas – mas sobre todos os espaços de gestão pública que se relacionam à incidência dos impactos socioambientais e que, muitas vezes, vão além do escopo da política ambiental. Nesse sentido, é necessário aprofundar a reflexão sobre as especificidades da educação ambiental no licenciamento ambiental federal de petróleo e gás que a caracterizam como uma EA voltada à mitigação de impactos socioambientais, e sobre quais são as diferenças em relação a outros processos de educação ambiental no processo de gestão ambiental pública. Isso não significa romper com a dimensão crítica, transformadora e emancipatória previstas, tampouco a atuação por meio do controle social de políticas públicas. No entanto, acredita-se que é oportuno aprofundar as bases teórico-metodológicas a partir dessas especificidades.

GT1B3D4. *O que significa “senso comum da educação ambiental”, termo utilizado para subsidiar a supressão do termo no eixo 4?*

GT1B3R4: O PARMIS, assim como os PEA, trabalha na perspectiva da Educação Ambiental Crítica. Entretanto, há outras vertentes que a sociedade também entende como Educação Ambiental, assim como existem profissionais que defendem essas vertentes. Duas são as mais comuns: a pragmática e a conservacionista, que entende a EA enquanto sinônimo de aula de ecologia. Ademais, há uma característica bastante complexa na Educação Ambiental no licenciamento de petróleo e gás, em que a responsabilidade em conduzir estes processos, ou seja, o PEA, é do empreendedor que é o poluidor, contudo são os(as) sujeitos(as) que recebem o projeto, questionando se isto os torna “mal-educados”. Isso é uma incoerência e gera reatividade nos(as) sujeitos(as). Nas entrevistas, verificou-se que muitos(as) sujeitos(as) entendem que não devem participar dos projetos. Essa reatividade e tensionamentos resulta na necessidade dos(as) analistas da COPROD/IBAMA estarem constantemente explicando como funciona a educação ambiental no licenciamento. Então, o que se chama de “senso comum” é isso. Por fim, destaca-se que, no documento 1, não se justifica a supressão do termo “Educação Ambiental” nos Programas, o que se chamou atenção é que há necessidade de decidir sobre esta questão. Existem três possibilidades de tratar disso: uma é suprimir o nome dos Programas, que é legítimo para comunicar mais adequadamente sobre o Programa. A outra é a decisão de tratar os Programas no seu escopo como orientados à Educação Ambiental Crítica e uma terceira opção é manter a menção à Educação Ambiental no título e defendê-la, que é o que ocorre atualmente. Para dialogar de forma mais ampla com a sociedade, pode-se suprimir do título, o termo. O fato de não estar no título não significa que não seja Educação Ambiental Crítica, mas está em debate. Neste momento, os nomes dos Programas são nomes temáticos e estão colocados para o processo de Consulta Pública.

GT1B3D5. *Gostaria de entender melhor as críticas com relação aos impactos difusos e compreender o que seriam os impactos sinérgicos e cumulativos.*

GT1B3R5: Os impactos difusos são aqueles que não conseguimos especificar a origem e incidência com exatidão, o que tende a dificultar o endereçamento da competência e a mitigação. Quando questionamos qual a origem/incidência do impacto e não conseguimos responder, estamos tratando de um impacto difuso. Entretanto, isso é diferente de não o analisar e/ou não refletir sobre eles. Já os impactos sinérgicos e cumulativos são aqueles que se somam e potencializam-se ao longo do tempo, podendo ser de vários empreendimentos que vão se acumulando, a exemplo da Baía de Guanabara, a qual é altamente utilizada pela indústria de petróleo e gás. Assim, por ser utilizada como apoio ao tráfego de embarcações por vários empreendimentos, temos um impacto cumulativo, de característica aditiva. Se considerarmos que, além do tráfego de embarcações também temos estaleiros e dutos que usam a Baía, articulamos impactos que possuem natureza sinérgica, ou seja, se multiplicam.

GT1B3D6. *Em que medida o caráter administrativo do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás entra em contradição com o caráter técnico educativo na mitigação realizada pelos PEA?*

GT1B3R6: Conforme exposto nos resultados da pesquisa descritos no documento 1, há sim um tensionamento inerente entre a Educação Ambiental Crítica e o Licenciamento Ambiental. Nesse sentido, é necessário compreender este tensionamento e delimitar o espaço da educação ambiental na mitigação de impactos.

Bloco 4 - Perfil dos(as) pesquisadores(as) e tamanho da equipe

GT1B4D1. *Ao invés de custear 30 pessoas no PARMIS, por que não direcionar esse investimento direto para quem precisa, sobretudo para o(a) pescador(a) artesanal?*

GT1B4R1: O PARMIS é um projeto de pesquisa que objetivou contribuir com a qualificação das ações de mitigação do licenciamento ambiental da produção marítima de petróleo e gás o que inclui os PEA que atuam com pescadores(as). A abrangência da pesquisa envolveu os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo e, a leitura da articulação destas ações ao Plano Macro. Ou seja, ele foi delineado de forma a qualificar a atuação da COPROD/IBAMA em médio e longo prazo. Ademais, a proposição do PARMIS foi realizada sem qualquer interferência no Plano de Trabalho dos PEA que eram condicionantes das licenças de operação dos blocos que estavam, na época, sendo transferidos da PETROBRAS para *Trident Energy*. Logo, não houve qualquer diminuição de investimentos realizados no PESCARTE, Territórios do Petróleo e NEA/BC que já estavam em execução. Por último, é importante destacar que não se trata de “custear 30 pessoas”. A equipe do PARMIS foi delimitada a partir do escopo do projeto e do volume de trabalho necessário para atender seus objetivos, o que deveria ocorrer em qualquer projeto socioambiental exigido como condicionante do licenciamento, que a equipe seja definida a partir das ações a serem executadas e não o contrário. Nesse sentido, um dos resultados do PARMIS descritos no documento 1 foi explicitar condições de trabalho dos PEA e a necessidade de melhorá-las.

GT1B4D2. *Quais são os(as) especialistas em populações afro-brasileiras que compõem a equipe técnica do PARMIS e da COPROD/IBAMA?*

GT1B4R2: A equipe do PARMIS é uma equipe multidisciplinar, cujos nomes e formação encontram-se como parte dos documentos disponíveis para consulta. A proposição do PARMIS foi de analisar resultados e fragilidades da Nota Técnica nº 01/2010 de forma geral, não considerando especificidades de cada um dos grupos sociais que integram a pesquisa do PARMIS. Assim, este não foi um critério de seleção da equipe. Em relação aos(as) analistas ambientais, cumpre esclarecer que os concursos do IBAMA são realizados para qualquer formação em nível superior, não sendo uma exigência perfis especializados para atuar na análise de impactos socioeconômicos. Ao mesmo tempo, os(as) analistas acumulam conhecimentos específicos e responsabilidades sobre sua atuação acerca dos impactos da indústria que licenciam. Cabe destacar, que eventuais posicionamentos técnicos específicos quando identificados impactos diretos em comunidades quilombolas devem ser remetidos pelo IBAMA à Fundação Palmares, não sendo tal análise de competência do órgão ambiental.

Bloco 5 - Motivação do PARMIS

GT1B5D1. *O PARMIS faz uma crítica ao fato de alguns PEA serem executados antes de Diagnósticos Participativos serem finalizados, por terem temporalidades diferentes. Porém, o que transparece é que o Plano Macro surgiu antes do PARMIS, com o objetivo de justificar algo já consolidado. Se repete aquilo que se critica?*

GT1B5R1: A concepção do PARMIS teve como intenção separar a reflexão sobre o Eixo 4 daquela reflexão que estava sendo feita junto com as empresas petrolíferas sobre os outros Eixos dentro do Plano Macro. Consequentemente, sua proposição ocorre a partir de um desenho inicial acerca do Plano Macro. Ademais, tendo em vista a necessidade e proposta de revisão da NT nº 01/2010 e como uma forma de respeito ao trabalho realizado pelos PEA ao longo dos anos e à complexidade de ações que já eram feitas na área de influência, a COPROD/IBAMA entendeu ser importante subsidiar qualquer mudança por meio do levantamento dos muitos resultados e conquistas dos PEA. Assim, o PARMIS foi proposto com o intuito de levantar novas reflexões e proposições de mudanças que dialoguem com as mudanças da indústria, que levam a mudanças da NT nº 01/2010. Estas, além de necessárias, viriam de um jeito ou de outro. Ademais, a intenção do Eixo 4 é a de antecipar um quadro dramático em que os PEA poderiam acabar de um dia para o outro, por exemplo, porque a empresa simplesmente saiu da região, tal como já vem acontecendo em alguns locais da costa brasileira. Logo, por meio do Eixo 4, é possível fazer uma antecipação e transição, com uma mudança refletida e dialogada para um novo modelo em que não se fique refém de decisões unilaterais da indústria, já que essas decisões de operar ou não na região permeia um direito das empresas no âmbito do licenciamento ambiental. Por fim, cabe acrescentar que o Plano Macro é um plano diretor, fato que busca organizar as ações de monitoramento, mitigação e comunicação dos impactos socioambientais estabelecendo maior integração e diretividade. Não se trata de um processo estático e, tampouco, acabado.

GT2: Dúvidas Gerais sobre o Eixo 4

Este grupo temático apresenta as dúvidas e respostas sobre aspectos gerais do Eixo 4 do Plano Macro, envolvendo seis blocos: a permanência da educação ambiental - tendo como referência a educação ambiental crítica delineada para atuar no âmbito da gestão ambiental pública (GT2B1); padronização metodológica dos Programas do Eixo 4 (GT2B2); participação dos(as) Sujeitos(as) da Ação Educativa nos

Programas (GT2B3); desenho gerencial dos Programas (GT2B4); papel da pesquisa nos Programas do Eixo 4 (GT2B5); e rebatimento dos Programas em regiões fora de abrangência do Plano Macro (GT2B6).

Bloco 1 - Permanência da Educação Ambiental nos Programas do Eixo 4

GT2B1D1. *Foi considerada a possibilidade de manter os PEA com ajustes metodológicos ao invés de criar Programas (ex.: para não sobrepor os grupos)?*

GT2B1R1: Manter tudo do jeito que está é impossível, independentemente da vontade da COPROD/IBAMA. O processo não só vai mudar, como já está mudando. Por exemplo, a PETROBRAS, no final do ano passado, já estava saindo da Bacia do Espírito Santo, chegando a “BWE” e a “3R”, mas com uma outra lógica. Na região Nordeste, em várias localidades, esse processo de finalização também já está acontecendo. O Plano Macro configura uma transição de modelo. São legítimas as angústias e dúvidas quanto à permanência ou não dos(as) profissionais dos atuais PEA na execução dos trabalhos no âmbito do licenciamento. A COPROD/IBAMA não pode oferecer essa garantia, entretanto, obviamente será necessária uma equipe para atender aos desafios dos Programas macrorregionais e absorver profissionais com a experiência prévia dos PEA será muito importante. Apesar da Educação Ambiental ser extremamente importante, não é suficiente para efetivar a medida de mitigação dos impactos das atividades que a COPROD/IBAMA licencia. A experiência dos(as) educadores(as) é muita rica e é diferente da do órgão licenciador, pois vão a campo e estabelecem uma relação direta com os(as) SAE, o que pode auxiliar a pensar estratégias de execução dos projetos. Há também a experiência das empresas petrolíferas, principalmente no acompanhamento e contratação desses projetos com o intuito de legitimar a participação e contribuições que estão sendo feitas. Há outros meios de as comunidades se manifestarem que estão além do Plano Macro. A Educação Ambiental Crítica seguirá sendo estruturante e as orientações pedagógicas não estão sendo retrocedidas. Apesar de os PEA poderem configurar políticas públicas, eles não são universais e de temporalidade infinita, pois estão associados ao licenciamento ambiental. Em consequência, há uma subordinação a decisões da empresa petrolífera e, quando a empresa se retira com o fim da produção de petróleo e gás por determinado empreendimento, o processo de licenciamento é finalizado e a execução dos projetos ambientais financiados pela empresa petrolífera é encerrada.

GT2B1D2. *Qual o entendimento sobre a Educação Ambiental nos Programas quanto a estar como eixo estruturante ou como estratégia metodológica? Como os princípios da Educação Ambiental Crítica serão mantidos no Plano Macro? Como a Educação Ambiental Crítica fica contemplada, diante dos objetivos específicos e indicadores de resultado listados? Convém observar que os objetivos dos Programas 1, 2 e 3 propostos para integrarem o Eixo 4 do Plano Macro, por não estarem alinhados explicitamente com a finalidade constitucional da Educação Ambiental (Inc. VI, § 1º do art. 225), os objetivos fundamentais da Educação Ambiental (art. 5º da Lei 9795/99), com o disposto no art.6º do Dec. 4281/02 e o 10º princípio da PNMA (inc. X, art. 2º da Lei 6938/81), tornam a legalidade destes Programas, como sendo o cumprimento das exigências relativas à Educação Ambiental, bastante discutível. A presença do nome promove o balizamento do que cabe a esses Programas e projetos futuros do Eixo 4 e garante o cumprimento de uma exigência legal de uma condicionante do licenciamento ambiental federal. Está certo, a Educação Ambiental é abordada de forma abrangente na nota técnica. Se isso foi considerado uma fragilidade na nota técnica,*

como se vislumbra resolver o problema se a proposta suprime o uso direto do termo na nomeação do eixo 4 e/ou dos Programas? Não deveria ser o contrário, formular devidamente os conceitos no documento? Nesse sentido, como a Educação Ambiental ficará situada no Plano Macro, visto que está sendo invisibilizada ou localizada mais diretamente no Programa Macrorregional de Formação Continuada? Como estará estruturada a Educação Ambiental dentro da proposta dos Programas Macrorregionais do Eixo 4 do Plano Macro? Permanecerão sendo projetos de educação, tendo como fundamento a proposta de Educação na Gestão Ambiental pública proposta pelo órgão?

GT2B1R2. A COPROD/IBAMA considera que a Educação Ambiental é fundamental para o processo de mitigação. Ocorre que ser fundamental não significa ser suficiente e o licenciamento ambiental de petróleo e gás, desde sempre, estabeleceu uma ampla hegemonia para as estratégias educativas como meio para se atingir a mitigação. É importante manter essa estratégia, mas é preciso avançar sobre outras. Portanto, a Educação Ambiental não está saindo do licenciamento ambiental, com ou sem Plano Macro. Considera-se ser relevante mantê-la, por verificar seus resultados ao longo do tempo, mas isso não impede de interpretar criticamente os limites do processo educativo na efetivação de um processo de mitigação. Por isso, a lógica do Plano Macro é complementar medidas de mitigação que não se limitem à EA. Ela é importante como base, como fundamento, mas não pode continuar tendo um caráter pretensamente polivalente para efetivar mitigações de impactos socioambientais. Nos Programas, a perspectiva crítica permanece (i) na referência aos processos de ensino-aprendizagem, (ii) no envolvimento dos(as) sujeitos(as) participantes oriundos de grupos sociais vulnerabilizados socioambientalmente e (iii) na atuação nos espaços de gestão pública que se articulam aos impactos oriundos da cadeia produtiva de petróleo e gás. Ou seja, Programas que buscam dar maior direcionalidade à mitigação dos impactos e à incidência nos espaços da gestão pública. Nesse sentido, ressalta-se que não é o título do Programa que delimita uma ação ser ou não EA, tampouco assegura a efetividade e o atendimento aos requisitos legais. Portanto, a Educação Ambiental Crítica segue colocada, pois na formulação dos Programas foram considerados todos os resultados e características que resultam em conquistas e que são bons retornos da implementação da NT nº 01/2010. Estes orientaram a formulação dos objetivos geral e específicos dos quatro Programas propostos e na perspectiva de discutir o encadeamento de impactos da cadeia de petróleo e gás e as competências no âmbito da gestão pública para endereçá-los adequadamente. No caso da Educação Ambiental no processo de Gestão Ambiental Pública, têm-se como referência os espaços institucionalizados da gestão como mediadores dos conflitos ambientais e a atuação dos grupos sociais nestes espaços, cuja intenção é diminuir as assimetrias estruturais observadas nos territórios em que incidem os impactos e na relação com estes, sendo assim esse caráter irá permanecer nos Programas. O fato de a Educação Ambiental não estar explicitamente neles não significa que não seja Educação Ambiental Crítica, ela está permeando todo o processo que está sendo proposto no Eixo 4 e ele é uma proposta: pode ser que não se efetive ou que se efetive em parte. Há sensibilidade sobre o poder transformador da educação, entretanto, no licenciamento ambiental, nem sempre será possível lidar com instâncias que tenham essa sensibilidade. É preciso que se traduza de maneira mais objetiva como a Educação muda as pessoas e como está transformando o mundo. Apesar de os PEA já provarem que mitigam impactos da indústria de petróleo e gás, não é realizada uma avaliação de forma sistemática. O PARMIS não está reven- do de forma alguma o que foi realizado historicamente e desenvolvido no âmbito do

IBAMA, da CGPEG e da COPROD, especificamente, no que diz respeito à utilização dos pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Ambiental Crítica. A proposição do Plano Macro tem o intuito de fortalecer as ações de EA e tentar reorganizar essas iniciativas para lidar com a mudança do setor, para lidar com o novo cenário do licenciamento de produção e escoamento de petróleo e gás no Brasil e para superar as fragilidades observadas considerando as diretrizes da NT. Portanto, as ações de Educação Ambiental permanecem e a expectativa é de que elas sejam fortalecidas.

GT2B1D3: *Como fortalecer as mulheres nos espaços de participação social?*

GT2B1R3: A participação das mulheres nos espaços de decisão é essencial para garantir a equidade. Quando questões específicas às mulheres necessitam ser pautadas e discutidas, é imprescindível que elas tenham representatividade. Destaca-se que, para que isso aconteça, os espaços participativos precisam ser acessíveis, por exemplo, em relação ao horário das atividades, de forma que permitam às mulheres participarem quando precisam dar conta de outras responsabilidades impostas pela divisão sexual do trabalho amparada numa cultura patriarcal que imputa a elas atividades de cuidado do lar, de crianças, de idosos(as) e de pessoas doentes. Na pesquisa PARMIS identificamos que os PEA desenvolvem ações para minimizar o alijamento político das mulheres, como ao fornecer transporte e alimentação adequados também para suas filhas e filhos, e desenvolvimento de trabalho pedagógico e arte educação. Essas e outras ações que contribuem para o fortalecimento das mulheres nos espaços de participação social podem ser conferidas em Comunica PARMIS: boletim 3 por meio do link a seguir: <https://www.repositorio.furg.br/handle/123456789/11226> e também disponível no site do MARéSS <https://www.maress.furg.br> com os demais documentos do PARMIS. Esta perspectiva – de participação das mulheres considerando suas especificidades – deve ser considerada no desenvolvimento da proposta metodológica dos programas.

Bloco 2 - Padronização metodológica dos Programas do Eixo 4

GT2B2D1. *Está sendo refletida a padronização metodológica para situações e contextos que são distintos, considerando públicos em diferentes estágios de entendimento do tema, por participarem dos PEA? “Apesar das dúvidas em torno de uma “padronização metodológica”, destaca-se que cada Programa deve ser metodologicamente estruturado a partir de uma leitura de seus objetivos em interface aos(às) participantes do Programa.” (Página 32). A Educação Ambiental Crítica não está presente em todos os Programas como um orientador efetivo e seu uso traz implicações metodológicas específicas. O reconhecimento da ausência de padronização metodológica nos PEA é uma condição necessária para que se possa dar conta do problema metodológico. Quando se fala em padronização metodológica, o que de fato se pretende padronizar - território, grupo social? Por um outro lado, a ausência de maior clareza com relação a esta questão está trazendo dúvidas e receios no sentido de que abordagens metodológicas simplistas venham a ser recomendadas, causando um engessamento (e esvaziamento) do processo de educação, que se dá dentro de realidades diversas e complexas. Qual abordagem metodológica poderia dar conta de tal diversidade e complexidade? O Plano Macro vai resultar em PEA de abrangência territorial maior do que os que estão na configuração atual? O que seria o “núcleo duro” de cada programa a ser padronizado? A padronização pode trazer grandes impactos, um deles é a evasão de SAE, há algum método para que isso não aconteça? Como irão evitar a desmobilização dos(as) SAE e possível judicialização frente ao dano aos(às) SAE?*

GT2B2R1: A padronização metodológica não é entre Programas, e sim do Programa em si. O que precisa nos Programas macrorregionais é ter um parâmetro metodológico (chamado de “núcleo duro”) que seja igual em todos os municípios. É como ter um conteúdo mínimo, ou seja, aquilo que a COPROD/IBAMA entende ser fundamental de ser discutido, considerando as especificidades de cada realidade e em relação aos impactos que se deseja mitigar. Isso já ocorre em cada um dos PEA, sem que este deixe de ser sensível às especificidades de cada local, seja de nível municipal ou regional. Buscar uma metodologia mais padronizada não significa entendê-la como algo estático. A natureza do processo social não é estanque e demanda reavaliações periódicas. Com a prática, será possível perceber quais parâmetros são padronizáveis ou não. A intenção é fomentar a importância de se construir o arcabouço metodológico que seja padronizável dentro da área de abrangência do Programa como um todo. Sendo assim, o Plano Macro prevê uma unificação das iniciativas que hoje são desenvolvidas, porém no âmbito de um programa macrorregional. Assim, mantém-se uma correlação entre objetivos (geral e específicos), perfil dos(as) participantes e metodologia a ser desenvolvida. O esperado é unificar os objetivos e estratégias ao longo de um mesmo território com temas geradores mínimos que sejam transversais ao longo da área de abrangência de cada Programa. Entende-se que a mobilização de sujeitos(as) é um ponto sensível a todos os PEA, que além da dificuldade em manter os(as) sujeitos(as) mobilizados(as) acaba tendo grande sobreposição de ações e sujeitos(as) no território. Por isso, tanto o delineamento metodológico dos Programas como o processo de transição serão realizados junto aos PEA e, por meio destes, junto aos(as) SAE, a fim de manter a mobilização destes(as) e evitar possíveis danos, mesmo que a ideia de danos pareça ser equivocada, diante do caráter da Educação Ambiental Crítica e das características dos PEA que são conduzidos. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEAs ao longo dos anos de 2024 e 2025.

Bloco 3 - Participação dos(as) Sujeitos(as) da Ação Educativa nos Programas

GT2B3D1. *É possível inserir linhas adjacentes no Plano Macro, como projetos experimentais, em que se consiga aproximar as condicionantes das comunidades?*

GT2B3R1: O Plano Macro que existe atualmente não envolve aproximação das comunidades por ter uma lógica mais técnica, um olhar mais objetivo, que tem relação com os Programas do Eixo 1 de caracterização e sobretudo o PMAIS, cuja metodologia não está definida, e o PMCS numa perspectiva mais ampla. Portanto, se ocorrerá aproximação ou não dentro do Plano Macro está em aberto.

GT2B3D2. *Como será produzida uma participação qualificada e constante para demandar e propor soluções para os problemas e conflitos que SAE identificam e vivenciam? Como será garantido o acesso aos espaços de participação e conquista de assentos dos(as) SAE? Como se dará o suporte logístico, transporte e alimentação, garantindo operacionalmente acesso dos(as) SAE aos espaços de participação, e seus processos formativos?*

GT2B3R2: Tanto os processos formativos como a promoção da participação de comunidades e de grupos sociais afetados pelos empreendimentos são compreendidas como parte da mitigação. Assim, os Programas propostos no Eixo 4 do Plano Macro foram estruturados com essa premissa. Nesse sentido, processos formativos

e de participação em espaços decisórios deverão ser mais bem delineados quando da definição da metodologia dos Programas e, conseqüentemente, prever os recursos necessários ao suporte logístico para tal.

Bloco 4 - Desenho gerencial dos Programas

GT2B4D1. *Cada programa do Eixo 4 seria composto por vários projetos? Cada PEA será substituído por um Programa do Eixo 4 ou dentro de cada PEA poderão ter ações relacionadas aos diferentes Eixos? Um PEA vai estar em mais de um programa? Ou terão obrigatoriamente que estar nos quatro Programas do Eixo 4? Os 13 PEA da Bacia de Campos serão substituídos por quatro Programas? Cada Programa será composto por vários projetos ou cada Programa equivale a um projeto? Existirão projetos de Educação Ambiental dentro dos Programas propostos ou será(ão) elaborado(s) outro(s) programa(s) de Educação Ambiental? Como as Linhas de Ação serão inseridas nesse novo desenho? Ou não serão?*

GT2B4R1: As linhas de ação dispostas na NT nº 01/2010 foram consideradas na proposição dos Programas do Eixo 4 do Plano Macro, principalmente no que se refere às temáticas que orientam e justificam os Programas, quando pertinente. Buscou-se maior direcionalidade dos Programas aos impactos a serem mitigados, sendo essa uma das fragilidades identificadas em relação à nota técnica. A relação dos PEA atuais com os Programas e o tempo de finalização de cada um será avaliado caso a caso. Sobre as demais questões, é necessário avançar em aspectos metodológicos e operacionais dos Programas para definir como serão executados. Cabe destacar que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEAs, ao longo dos anos de 2024 e 2025.

Bloco 5 - Papel da pesquisa nos Programas do Eixo 4

GT2B5D1. *Considera possível ver de forma implícita a “pesquisa” nos Programas, mas questiona a razão do não aparecimento do papel da pesquisa de forma explícita e do não-uso do termo.*

GT2B5R1: Inicialmente, foi pensada a questão de pesquisa dentro dos Programas, mas não houve fôlego para delinear um escopo de pesquisa associado a eles. Ainda, ressalta-se que as produções de pesquisa dos PEA e suas contribuições estão presentes no Documento 1 do PARMIS como resultados não esperados, mas de extrema relevância. Ademais, de certo modo, a pesquisa encontra-se presente nos Programas de caracterização, e não de mitigação, necessitando de amadurecimento na etapa de detalhamento dos programas. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEAs, ao longo dos anos de 2024 e 2025.

Bloco 6 - Rebatimento dos Programas em regiões fora de abrangência do Plano Macro

GT2B6D1. *Como é possível produzir a participação no processo de transição metodológica para um modelo que visa uma maior execução dos PEA para além da área de abrangência do Plano Macro em nível nacional?*

GT2B6R1: Ainda não ocorreu uma análise minuciosa, mas certamente será realizada uma avaliação do que está sendo construído em termos de proposta para o Eixo 4 do Plano Macro e o que disso poderá ser rebatido em um cenário nacional, consolidado na revisão da Nota Técnica nº 01/2010. Estão sendo construídos insumos, acordos e acúmulos que podem ser revertidos numa Nota Técnica para nível nacional, talvez com aperfeiçoamentos e alterações considerando uma realidade diferente. A expectativa é que todos os debates e proposições consolidadas no âmbito do Plano Macro facilitem adaptações das ações de mitigação em outras regiões a partir de 2026, considerando por certo especificidades dos licenciamentos e impactos nelas identificados.

GT3 - Dúvidas sobre os Programas do Eixo 4

Este grupo temático contém dúvidas sobre os Programas propostos para o Eixo 4, abrangendo cinco blocos, são eles: Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas (GT3B1); Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras (GT3B2); Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera (GT3B3); Programa Macrorregional de Formação Continuada (GT3B4); Indicadores para os Programas do Eixo 4 (GT3B5). De maneira geral, os grupos temáticos envolvem dúvidas sobre: o escopo dos Programas, as justificativas, os(as) participantes, abrangência, periodicidade de avaliação, objetivos geral e específicos, impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental, as perspectivas de mitigação dos Programas e os indicadores de resultados.

Bloco 1 - Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas

GT3B1D1. *Já foi refletido sobre o que de fato é a dependência orçamentária, considerando os objetivos propostos no Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas? Como ficam os municípios que têm alto impacto? Com relação aos principais impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental que o programa visa mitigar, na página 44 “Mitigação por atuação indireta - “Aumento da dependência econômica dos municípios sobre a indústria naval”. O que se entende por tal dependência e de que forma ela ocorreria?*

GT3B1R1: Até hoje, a dependência orçamentária foi refletida por meio de um levantamento do cenário histórico do orçamento público municipal de todos os municípios que compunham a área de abrangência da Bacia de Santos, em um período de 10 anos, contrapondo isso com os dados relativos aos recebimentos de *royalties* e participações especiais. Essa foi a forma da COPROD/IBAMA ter um olhar um pouco mais criterioso, ainda que se saiba que é um olhar pouco sofisticado para caracterizar uma dependência. Porém, a COPROD/IBAMA entende que é necessário ter outros mecanismos que venham a associar a dependência econômica dos municípios nas rendas petrolíferas, e que possam validar a tomada de decisão do órgão licenciador para definir a mitigação de impactos. É por essa razão, que o eixo 1 do Plano Macro foi pensado antes de se chegar na construção do eixo 4, para que se pudesse definir quais outras iniciativas viriam para fortalecer o processo de mitigação. Dentre essas iniciativas, claramente no caso das rendas, é o Programa Macrorregional de Caracterização das Rendas Petrolíferas (PMCRP) pois, os indicadores que foram colocados nesse programa de caracterização vão muito além daqueles que definem dependência econômica em *royalties* e participações especiais. Em relação ao impacto mencionado, “Aumento da dependência econômica dos municípios sobre a

indústria naval”, compreende-se por indústria naval a construção de novas unidades operacionais navais, bem como: o reparo e sua manutenção; construção de embarcações; a atuação no *offshore* na construção de plataformas, barcos de apoio e outras estruturas para exploração e produção de petróleo em alto mar; construção, instalação e manutenção de dutos; embarcações de apoio; entre outros. Tais atividades geram receita de impostos aos municípios. Portanto, uma alteração na dinâmica da indústria naval (diminuição na produção ou descomissionamento) trará impactos no orçamento municipal. Assim, busca-se o debate e a procura de alternativas com intuito de mitigar os efeitos da dependência econômica, dessas receitas nos municípios. A mitigação ocorre por meio de debate junto aos(às) participantes do Programa e de sua incidência sobre o orçamento público, bem como sobre o debate mais amplo acerca do tema, no sentido de provocar encaminhamentos no âmbito da sociedade e da gestão pública. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEAs ao longo dos anos de 2024 e 2025.

GT3B1D2. *No Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas, com relação ao objetivo específico “3. b) relação do uso de combustíveis fósseis com as mudanças climáticas e os reflexos da transição energética no orçamento dos municípios” (página 43). O objetivo se refere a uma provável diminuição de entrada de royalties nos municípios? Nos objetivos específicos do Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas, a política de ordenamento territorial está incluída? Haverá inclusão de um item “C” no objetivo 3, visando um olhar territorializado nos municípios e regiões?*

GT3B1R2: Segundo dados apresentados na 67ª edição do *BP Statistical Review of World Energy*, a participação das energias fósseis em relação ao total de energia consumida no globo entre os anos de 1992 e 2017, caiu de 40% para 35%. No Brasil, também há tendência de substituição dessa fonte de energia por energias renováveis, o que poderá impactar no consumo, na produção e consequente distribuição de *royalties*. O objetivo, então, é promover ações no sentido de diminuir a dependência dos municípios das rendas petrolíferas. Ao que se refere aos objetivos, quando se construiu os objetivos gerais dos Programas do Eixo 4 do Plano Macro, foi realizado um esforço de deixar de forma mais direcionada aos impactos que se pretende mitigar. Nos objetivos apresenta-se a ideia de que ele busca mitigar um conjunto de impactos, um impacto principal e outros associados e são nos objetivos específicos que há o desdobramento, essa foi a lógica utilizada para os diferentes Programas do Eixo 4 do Plano Macro, mas será possível rever, considerando esta uma premissa da Consulta Pública que foi conduzida pelo PARMIS. O que se considera importante, desde já, é que o referido programa promova debates sobre como o processo de transição energética poderá interferir na diminuição de investimentos na produção de petróleo e gás, e como tal diminuição poderá impactar a manutenção de políticas públicas financiadas com recursos advindos de rendas petrolíferas arrecadadas pelas instâncias de governo. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEA ao longo dos anos de 2024 e 2025.

GT3B1D3. *Qual é o espaço efetivo das políticas públicas em torno do Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas? Não deve limitar a política territorial?*

GT3B1R3: O desafio é delimitar o que cabe ao debate sobre política pública que está na competência, na institucionalidade do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás. É importante amadurecer a reflexão sobre a dependência por rendas petrolíferas. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos Programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEAs ao longo dos anos de 2024 e 2025.

Bloco 2 - Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras

GT3B2D1. *Em relação ao objetivo específico do Programa de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras que trata da designação de territórios pesqueiros, como pensar o conceito de território no âmbito de áreas de fundeio, o qual tende a cair no aspecto da discussão de segurança jurídica?*

GT3B2R1: Com relação ao conceito de “território pesqueiro”, ele está colocado na Nota Técnica do PCAP (Nota Técnica Nº 7/2020/COPROD/CGMAC/DILIC). Assim, entende-se que tanto as Coordenações de Produção como a de Exploração de Petróleo e Gás reconhecem a existência de um território pesqueiro. Independente da regularização e legalização, existe a sinalização de que os(as) pescadores(as) fazem uso de áreas que são necessárias à sua reprodução social e, na leitura da equipe do PARMIS e da COPROD/IBAMA, isso conforma uma relação de reconhecimento de uma luta. Então, independente da tramitação da PL 131/2020¹², especificamente, há reconhecimento desse território.

GT3B2D2. *Quilombolas têm sua existência vinculada ao território. Por que desconsiderar os resultados positivos identificados como contribuição do PEA para mitigação? As populações tradicionais quilombolas deixam de ser compreendidas como Sujeitos(as) da Ação Educativa dos PEA? Não está claro se outras comunidades assistidas hoje, como agricultores(as) familiares, marisqueiras e quilombolas continuarão como sujeitos(as) dos PEA. Em que esferas serão considerados os(as) sujeitos(as) já impactados(as), como agricultores(as) familiares, indígenas, quilombolas e marisqueiras, por exemplo? Sabendo que há impactos diretos e indiretos da cadeia de petróleo e gás, por que restringir e dar tanta ênfase em pescadores nesse Programa, se existem outras comunidades? Onde ficam os(as) agricultores(as) assentados(as) que não pescam, mas são impactados, no Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras?*

GT3B2R2: A proposição dos Programas para o Eixo 4 não pressupõe a exclusão de comunidades quilombolas e outros. A questão da participação de outros grupos, como quilombolas e agricultores(as), será a partir da incidência dos impactos. Da mesma forma, uma comunidade pesqueira só irá participar dos Programas se for impactada. Ademais, a justificativa do Programa de Segurança Territorial de Comunidades Pesqueiras destaca que distintas identidades culturais que têm na pesca seu meio de vida será considerada no programa, caso das marisqueiras e das caiçaras. Também é o caso de diversas comunidades quilombolas e de agricultores(as) familiares que tem na atividade pesqueira parte do seu processo produtivo, estando incluídos(as) no Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras. Aqueles(as) que não estiverem, mas são impactados(as), espera-se atingir com o Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera, formulando informa-

¹²Este projeto de lei dispõe sobre o reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras, tido como patrimônio cultural material e imaterial sujeito a salvaguarda, proteção e promoção, bem como o procedimento para a identificação, delimitação, demarcação e titulação.

ções de qualidade e assessorias para atuar junto a esses grupos ou com o Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas, que se volta a debater a dependência e uso do orçamento público e da gestão territorial. Ou ainda, caso seja identificada a necessidade de realização de uma ação de mitigação mais localizada, serão pensadas ações no âmbito da condicionante da empresa que está gerando o impacto, de forma complementar aos Programas do Plano Macro.

GT3B2D3. *Como preservar o patrimônio cultural das comunidades tradicionais?*

GT3B2R3: Sobre preservar o patrimônio cultural das comunidades tem um objetivo específico no “Programa de Segurança Territorial” voltado para “assessorar iniciativas que fomentem a diversidade sociocultural das comunidades pesqueiras artesanais”, além da valorização da intersecção de identidades tradicionais, apesar da centralidade na identidade da pesca artesanal.

GT3B2D4. *O que foi considerado quanto à valorização etnográfica das comunidades pesqueiras considerando a segurança territorial?*

GT3B2R4: Dentro do programa de “Segurança Territorial” a proposição de construção e/ou implementação de instrumentos de defesa do território pesqueiro é considerar a intersecção entre a identidade tradicional vinculada à pesca artesanal e outras identidades tradicionais - quilombola, caiçara, indígena, entre outros. - Podem ser considerados um item de valorização etnográfica.

GT3B2D5. *Projetos de geração de trabalho e renda estão no escopo de procedimentos para uma melhor mitigação do passivo ambiental gerado pelos macros impactos da E&P (exploração e produção)? Qual desses Programas mitiga diretamente o impacto da exploração do petróleo sobre a perda de renda dos(as) pescadores(as)? Onde se encaixam os PGTRs, por exemplo? O trabalho e a renda da pesca artesanal estão incluídos nas dimensões da segurança territorial? De que forma?*

GT3B2R5: Existe uma distinção entre entender os Projetos de Geração de Trabalho e Renda a partir de um passivo da indústria, cujo caráter é compensatório, e o processo produtivo como mecanismo de segurança territorial. Na área de abrangência do Pescarte, por exemplo, demonstra-se um passivo da indústria e por isso, justifica-se um projeto dessa natureza (geração de trabalho e renda). O desenvolvimento de projetos a partir do licenciamento ambiental estabelece nexo causal entre a atividade licenciada e o impacto socioambiental identificado, sendo importante haver dados concretos e sistemáticos que possam apoiar o processo de decisão do órgão ambiental na inclusão de PGTR entre as medidas mitigadoras. Os dados da COPROD/IBAMA apontam para a importância de pensar a mitigação de impactos na atividade pesqueira de forma integrada e com foco na gestão territorial. No Programa de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras, a ação estruturante de subsidiar a reivindicação e a luta das comunidades não se dá por meio de investimento em reestruturação produtiva, mas sim pelos instrumentos de defesa do território. Iniciativas que dialogam com a valorização de processos produtivos da pesca artesanal estão destacadas do Plano Macro e seriam realizadas de forma local, separadamente e em contextos que se entende ser coerente com essa característica. Ademais, a gestão territorial para a garantia da segurança de permanência no território envolve o apoio à organização comunitária, que pode prever ações voltadas para o enfrentamento das questões mais diversas, incluindo organização de cooperativas ou outras atividades coletivas que possam fortalecer a geração de trabalho e renda.

GT3B2D6. *Caberia destinar parte do recurso destinado à compensação ambiental no âmbito do Sistema de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) diretamente para o(a) pescador(a) com fins de mitigação da indústria petrolífera, visto que esse recurso costuma ser direcionado para os parques?*

GT3B2R6: Atualmente a legislação estabelece quais são os usos possíveis de aplicar os recursos da compensação ambiental, fato que não é possível destinar diretamente aos(as) pescadores(as). O que existe é o intuito em debater qual o papel desses recursos, para onde eles serão destinados e se poderiam contribuir com a segurança territorial das comunidades. Ou seja, quando dos Programas que discutirem segurança territorial estiverem relacionados à UCs, por exemplo, quando está inserido no entorno de um Parque ou é uma Área de Proteção Ambiental (APA) ou Reserva Extrativista (Resex), debata o porquê da compensação ambiental ter esses moldes, sendo que uma das questões da compensação ambiental é a regularização fundiária. Há comunidades que vivem da insegurança territorial dentro de Parques e não acessam a regularização fundiária. A ideia é que haja o debate e a reflexão sem necessariamente esperar a aprovação da lei de reconhecimento do território pesqueiro.

GT3B2D7. *A própria equipe do “Programa de Segurança Territorial” poderia contribuir com o diálogo e com a fiscalização do IBAMA.*

GT3B2R7: Esta é uma sugestão que pode ser buscada à medida do processo de desenvolvimento do Programa. A equipe do licenciamento talvez possa contribuir com a mediação, mas não é possível incluir isso de uma forma explícita no âmbito do Programa, mas sim na iniciativa de articulação. Nem sempre a atribuição da fiscalização ambiental restringe-se ao IBAMA, sendo necessário buscar esse diálogo com outras instituições.

GT3B2D8. *Interessante a temática segurança territorial. Gostaria de saber se há a previsão de assessorias jurídicas nos PEA, pensando justamente nas demandas levantadas.*

GT3B2R8: O Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras, possui três objetivos específicos relacionados às assessorias, sendo eles: Assessorar iniciativas de acesso a direitos e políticas públicas, incluindo o reconhecimento profissional das pescadoras artesanais (objetivo 5 do Programa “Segurança Territorial”); Assessorar iniciativas que fomentem a diversidade sociocultural das comunidades pesqueiras artesanais (objetivo 6 do Programa “Segurança Territorial”); Assessorar a criação, estruturação e regularização de entidades para representação de pescadores e pescadoras artesanais (objetivo 7 do Programa “Segurança Territorial”). Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEA ao longo dos anos de 2024 e 2025.

GT3B2D9. *Como mitigar a perda de territórios pesqueiros frente às empresas? Política pública nesse sentido seria fundamental. Gostaria de maior detalhamento sobre quais seriam os instrumentos de defesa do território, reforçando a dificuldade de visualizar como falar em segurança territorial sem tratar da regularização fundiária e autorreconhecimento? Considerando que o reconhecimento dos territórios pesqueiros ainda é um projeto de Lei, como fazer para implementar a defesa do território pesqueiro sem essa garantia legal? Sobre o reconhecimento do(a) pescador(a) artesanal, destaca*

que muitas vezes realizam a pesca artesanal e trabalham junto ao setor industrial da pesca, qual critério será utilizado?

GT3B2R9: As proposições dentro do “Programa de Segurança Territorial” voltadas para a formalização e implementação de instrumentos de defesa do território pesqueiro, aliadas às iniciativas de acesso a direitos e políticas públicas, em especial as vinculadas à pesca artesanal, contribuem para mitigar a perda de território pesqueiro frente às empresas. Os instrumentos de defesa não estão detalhados porque são construídos na relação das especificidades das comunidades. O formato desse instrumento de defesa depende das características da comunidade e de suas lutas. A ideia de estarem explícitos no Programa e de ter um objetivo é para alocar recursos a fim de contribuir com esse processo, com o autorreconhecimento, a cartografia social, os protocolos de consulta, a criação de RESEX, apoio a processos de regularização fundiária, dentre outros. No que se refere ao reconhecimento dos territórios pesqueiro, existe um projeto de lei de iniciativa popular do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) que demanda um processo de reconhecimento do território pesqueiro, da mesma forma que se tem implementado mecanismos legais e processos normativos para o reconhecimento de comunidades quilombolas e outro de comunidades indígenas. O Decreto nº 6.040 define que pescadores(as) artesanais são comunidades tradicionais (dentro de uma lista de povos e comunidades tradicionais do Brasil), que têm direito ao território tradicional e esse projeto de lei propõe mecanismos de reconhecimento desse território. Ao tratar de território pesqueiro, entende-se que as comunidades pesqueiras têm territórios que são “pesqueiros”, mesmo que não formalizados e que há uma série de mecanismos atuais que contribuem para a promoção da segurança territorial. Logo, não é necessário que a lei seja aprovada para que se comece a trabalhar. Em relação à heterogeneidade (artesanal e industrial) do público, isso está previsto e não se pretende trabalhar com a individualidade das pessoas, mas sim com as comunidades na promoção da segurança territorial.

Bloco 3 - Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera

GT3B3D1. *O PARMIS está considerando no Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera fazer a interface e a consulta pública junto aos órgãos ambientais estaduais? Pois as condicionantes atuais estão dividindo o público. Qual(is) a(s) estratégia(s) idealizada(s) para articulação com os órgãos municipais e estaduais, considerando como mecanismo medidas/ações de promover e mediar?*

GT3B3R1: Não. O programa não tem este objetivo, mas sim de “monitorar/observar” a dinâmica e disponibilizar informações para os grupos sociais impactados pelas transformações no território atuarem nos espaços de gestão pública adequados. A intenção é a de facilitar, por meio de informações sistematizadas, o endereçamento de eventuais demandas por parte do público participante do programa aos órgãos estaduais ou a outras instituições, sem envolver atuação direta do IBAMA em licenciamentos, autorizações ou políticas que são de competência legal de outros órgãos públicos.

GT3B3D2. *O Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera parece de pesquisa. Onde se localiza a Educação Ambiental dentro do Programa? Quais são os processos de ensino-aprendizagem que se está falando, tendo em vista*

que os processos educativos da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública são amplos? Como entra a Educação Ambiental Crítica no Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera? Como seria a assessoria no Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera, senão por um processo educativo?

GT3B3R2: O “Observatório” não é um projeto de pesquisa, não tem essa finalidade. A sugestão da rede de pesquisadores(as) e/ou técnicos(as) surge ao propor a articulação entre entidades locais. São redes de pesquisadores(as), rede de profissionais e organizações da sociedade civil que já atuam com determinados grupos, para facilitar a assessoria destes, por exemplo, entrar com ação no Ministério Público ou participar de uma audiência pública. Com relação à Educação Ambiental Crítica, ela segue colocada nos Programas do Eixo 4 do Plano Macro, porque a perspectiva é discutir o encadeamento de impactos da cadeia de petróleo e gás, as competências no âmbito da gestão pública para endereçar adequadamente às demandas, considerando que a incidência do impacto é distribuída assimetricamente, tanto geograficamente, quanto socialmente. Assim, permanece a perspectiva: i) de que o impacto socioambiental não está dado; ii) que é necessário compreender os espaços institucionais da gestão pública para atuar sobre eles; iii) o caráter público do debate. Entende-se que, o “Observatório”, propõe-se a fazer um esforço complementar às ações de Educação Ambiental que já são desenvolvidas e vão continuar sendo desenvolvidas no âmbito dos Programas Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas e de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras. O apoio poderá se dar em forma de fornecer infraestrutura para grupos instituídos, para redes instituídas, apoio no sentido logístico para participar de alguma instância, em termos de uma secretaria executiva, para ajudar a organizar as informações da atuação desses grupos ou ainda, no sentido de fomentar espaços de diálogo entre diferentes instituições que possuem competência legal no âmbito da gestão ambiental pública. A princípio, é nesse caráter de apoio que se está trabalhando. Embora, neste Programa não seja previsto um processo formativo *stricto sensu*, como nos demais Programas, pois justamente o intuito é mobilizar uma rede de pesquisadores(as), movimentos, organizações, sociedade civil que estão constituídas, por representantes dessas organizações, para subsidiar, mobilizar e atuar em relação a esses conflitos associados à cadeia de petróleo e gás, essas reflexões poderão ser revistas quando forem debatidos os aspectos metodológicos, se será necessário alguma ação pontual ou ação formativa, por exemplo, para preparar para alguma atividade. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEA ao longo dos anos de 2024 e 2025.

GT3B3D3. *Quem são os(as) participantes do Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera, se não há mais Sujeitos(as) da Ação Educativa? A dúvida é se o Programa contempla comunidades tradicionais para além dos(as) pescadores(as)?*

GT3B3R3: O programa “Observatório” não se restringe às comunidades pesqueiras, não há um recorte direcionado para a pesca. Pela natureza do programa, de promover um observatório para monitoramento de empreendimentos e de conflitos que podem estar relacionados com grupos diversificados. No caso de conflitos que se relacionam com a pesca artesanal, a perspectiva é de complementaridade entre os

Programas. Sobre os(as) participantes do Programa, o documento 2-3, ao apresentar este, cita movimentos sociais explicitamente. A diferença é que não se espera conduzir um processo formativo, uma mobilização de base junto aos(às) sujeitos(as), junto aos grupos vulnerabilizados, num processo contínuo para favorecer a intervenção desses grupos, mas sim de incluir uma rede que já existe, ou fomentar a formação dessa rede composta por movimentos, por organizações da sociedade civil, por pesquisadores(as) que consigam intervir nos conflitos a partir da perspectiva da ecologia política e da Educação Ambiental Crítica.

GT3B3D4. *Qual o papel do Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera na geração de dados para os PEA, dado que eles não irão mais existir no formato atual?*

GT3B3R4: O Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera irá produzir informações sobre a dinâmica de novos empreendimentos da cadeia produtiva de petróleo e gás, tanto para os(as) participantes dos demais Programas como outros grupos impactados no território. Por exemplo, os(as) quilombolas e agricultores(as) familiares que também são pescadores(as), estarão dentro do Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras. E os(as) que não estiverem, mas que são impactados(as) por empreendimentos associados a indústria petrolífera, espera-se atingir com o Programa “Observatório”, formulando informações de qualidade para contribuir com esses grupos, para que eles(as) possam atuar quando da implementação de novos empreendimentos na cadeia produtiva. A intenção é que o programa favoreça uma sistematização de informações sobre empreendimentos e impactos associados regionalmente e que, frequentemente, extrapolam aqueles empreendimentos licenciados pela COPORD/IBAMA. Trata-se de uma proposta para favorecer a gestão ambiental pública, cuja execução é legalmente compartilhada entre diferentes órgãos com atribuições específicas.

Bloco 4 - Programa Macrorregional de Formação Continuada

GT3B4D1. *As equipes das petrolíferas também serão SAE? Por que isso sim poderia romper com o “senso comum” da Educação Ambiental. Opressores(as) compulsoriamente nas formações para uma visão crítica.*

GT3B4R1: No Programa Macrorregional de Formação Continuada, a ideia é que as equipes das empresas petrolíferas estejam sim entre os(as) participantes, que incluem ainda equipes técnicas que atuam na estruturação e implementação dos demais Programas do Plano Macro e analistas ambientais da COPROD/IBAMA. Sua intenção é a de favorecer um maior alinhamento entre os(as) diferentes profissionais que atuam na execução dos projetos ambientais exigidos pelo licenciamento ambiental federal de petróleo e gás *offshore* e, assim, um planejamento mais integrado das diferentes frentes de atuação do licenciamento no território.

GT3B4D2. *Qual linha para a formação?*

GT3B4R2: O Programa Macrorregional de Formação Continuada não possui correlação com as linhas de ação da NT nº 01/2010, pois tem caráter inovador e estruturante e sua proposição surge de fragilidades identificadas durante a pesquisa do PARMIS. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEA ao longo dos anos de 2024 e 2025.

GT3B4D3. *Com relação ao quarto programa proposto, seria possível o IBAMA conceder títulos e diplomas para os(as) Educadores(as) que acumularem carga horária em formação?*

GT3B4R3: É preciso amadurecer o desenho do Programa Macrorregional de Formação Continuada (Eixo 4) para definir a possibilidade de certificação dos(as) participantes, mas a proposição é muito interessante e assertiva.

GT3B4D4. *A Educação Ambiental Crítica será abordada com os(as) SAE e com os(as) colaboradores(as)?*

GT3B4R4: Sim. Será abordada junto ao Programa Macrorregional de Formação Continuada. Este será o Programa em que as temáticas comuns serão tratadas e a Educação Ambiental Crítica é uma delas. Também é relevante destacar que ela orienta o Programa de Educação Ambiental de Trabalhadores(as) - PEAT, sendo que este não está restrito ao nível comunitário.

Bloco 5 - Indicadores para os Programas do Eixo 4

GT3B5D1. *Como serão construídos os indicadores e como se dará a participação dos PEA nesse processo?*

GT3B5R1: A proposição é de construir um conjunto de indicadores robustos, mas que deem conta de responder sobre a execução dos Programas do Eixo 4, o que atualmente não se tem. Verifica-se que os PEA avançaram e há uma reflexão sobre seus indicadores em específico, mas são mais sofisticados do que a princípio está sendo proposto, considerando uma lógica mais generalista do Plano Macro. Não se tem nenhuma perspectiva de que os números sejam capazes de representar a complexidade do processo social, mas isso não serve como justificativa para abrir mão dessa ferramenta. Eles têm um papel muito importante no debate público em termos de tentar traduzir e publicizar resultados. Sabe-se que os resultados vão muito além do que os números conseguem representar, mas há alguns muito simples de coletar, como os relacionados aos recursos financeiros dos PEA. É preciso dar visibilidade para os seus resultados, considerando um público que não está no dia a dia do PEA. Não necessita ser um indicador que tenha um sistema sofisticado e difícil de entender. Assim, os indicadores têm um papel importante, mas não há expectativa que eles sejam a ferramenta que vai traduzir a complexidade do Programa, é uma ferramenta de apoio, para que o público em geral possa entender os projetos que são desenvolvidos por meio do licenciamento ambiental de petróleo e gás. Dessa forma, pretende-se com esses processos trazer resultados mais objetivos. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEA ao longo dos anos de 2024 e 2025.

GT3B5D2. *Como se dará a avaliação dos indicadores, considerando o tempo de execução dos PEA, a temporalidade dos processos educativos e os avanços na organização social. Existem conquistas que levam quase uma década para se efetivarem, como os indicadores darão conta desses processos?*

GT3B5R2: Esta questão será amadurecida quando do desenvolvimento metodológico dos Programas e em diálogo com as equipes dos PEA.

GT4: Articulação entre os Eixos do Plano Macro

As dúvidas versam sobre as características de cada eixo, sua complementaridade e integração, incluindo a temporalidade de cada um e os reflexos na transição do escopo atual dos projetos, que são individualizados, para os Programas do Plano Macro. Este grupo temático possui dois blocos de dúvidas, que são: Inter-relação entre Programas do Plano Macro (GT4B1) e Temporalidade dos Programas do Plano Macro (GT4B2).

Bloco 1 - Inter-relação dos Programas do Plano Macro

GT4B1D1. *Como se dá a articulação e os limites do Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas com o Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera (“Observatório”)?*

GT4B1R1: Os PEA hoje desenvolvem suas atividades por meio de um plano de trabalho que possui objetivos específicos. Em contrapartida, a dinâmica da indústria petrolífera interfere diretamente na dinâmica do território onde se encontram os(as) SAE dos atuais PEA. Quando um novo empreendimento vai ser licenciado, apesar de haver ação do PEA ao acompanhar esse processo, isso se atravessa no plano de trabalho e nas atividades que estão sendo desenvolvidas. Por exemplo, se o plano diretor vai ser afetado, modificado ou qual o órgão que está licenciando, são informações importantes para os(as) sujeitos(as), mas não está disponível para eles(as), por isso, a ideia do Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera é sistematizar o que está acontecendo no território vinculado à cadeia produtiva de petróleo e gás. Um segundo objetivo é de assessorar grupos populares de uma maneira mais indireta e independente, inclusive grupos mais organizados que não necessariamente participam dos demais Programas, como os movimentos sociais. Nesse contexto, o “Observatório” tem como prerrogativa contribuir com conteúdo e informações quando da implementação de empreendimentos considerados relevantes aos(as) participantes do Programa.

GT4B1D2. *As equipes do PEAT também fariam parte da construção do Programa de Formação Continuada? Como e quando o PEAT vai ser debatido?*

GT4B1R2: Desde 2020, a COPROD/IBAMA e as empresas petrolíferas já estão debatendo mudanças no desenvolvimento do PEAT, com o objetivo de favorecer maior padronização metodológica e efetividade de tal projeto nas ações de mitigação. Esse debate não envolve diretamente o PARMIS e ainda está sendo avaliada a pertinência de se criar um Programa macrorregional de educação ambiental dos(as) trabalhadores(as), a depender da viabilidade de se avançar na padronização metodológica das dezenas de PEATs atualmente executados na região abrangida pelo Plano Macro. No atual cenário, não é possível afirmar se as equipes do PEAT participarão do processo de construção do Programa Macrorregional de Formação Continuada, ainda que se preveja a inclusão das mesmas como público a ser contemplado quando a execução do referido programa.

GT4B1D3: *Considerando a Figura 4 da pg.15 (Doc 2-3), questiona-se se o banco de dados gerado pelo PMAIS para o PMCRP passou a ser o diagnóstico que irá delimitar o escopo dos Programas (abrangência, Sujeitos(as) da Ação Educativa). Compreende-se que o PMAIS irá substituir a etapa de diagnóstico dos PEA, assim, qual será a interação com a comunidade afetada? Como está sendo pensada a participação dos(as) SAE na*

discussão dos impactos, dado questões conceituais de impactos diretos e indiretos que precisam estar de acordo com o relato de quem está no território afetado?

GT4B1R3: O Banco de Dados Socioeconômicos, não só do PMAIS, mas do conjunto de programas associados ao Plano Macro, consiste em uma ferramenta para avançar na caracterização a partir de indicadores mais objetivos acerca dos impactos socioambientais associados à cadeia produtiva de petróleo e gás, bem como em uma maior frequência na coleta de dados, permitindo um salto qualitativo no debate, não somente no âmbito dos PEA, mas do Programa Macrorregional de Comunicação Social (PMCS), por exemplo. As propostas e os resultados dos Programas dos Eixos 1 e 2 vêm a complementar o que os PEA fazem atualmente quanto ao levantamento da caracterização do impacto que, no âmbito dos PEA, costuma estar associada à percepção sobre os impactos, não estando necessariamente baseada em indicadores objetivos. O PMAIS é inovador dentro do licenciamento ambiental e se chegar ao nível de qualidade de informação que está sendo pensada, vislumbra um salto qualitativo sem precedentes na Gestão Ambiental Pública no que se refere à mitigação de impactos. Há perspectiva de que os materiais técnicos que serão produzidos possam ser utilizados por cada programa do Eixo 4 e que esse uso não seja unidirecional, já que há previsão de um rebatimento por parte de suas equipes executoras. Além disso, os indicadores que serão elaborados para cada programa do Eixo 4 trarão informações e resultados que irão compor parte do universo de dados monitorados e publicizados a partir do Banco de Dados Socioeconômicos, sobretudo através do PMAIS e do PMCS. A lógica pensada para a formulação dos Programas deixa de partir de um diagnóstico participativo, que se considera insuficiente tecnicamente para subsidiar o planejamento de um PEA (conforme Documento 1), para ser formulado a partir dos resultados dos Programas de Caracterização do Eixo 1 do Plano Macro. Porém, o diagnóstico participativo interno aos PEA, realizados para mobilizar, refletir e discutir o nexos causal de relação de impacto, permanecerá, pois seu papel é de qualificar a leitura dos impactos e definir a agenda de prioridades com os(as) sujeitos(as) ou participantes do Programa. Ainda não é possível afirmar como será o envolvimento das comunidades afetadas, pois será determinado nas próximas fases do processo, que serão de construção metodológica. Com relação aos(as) SAE participarem da discussão dos impactos, a resposta para essa questão está associada aos produtos da caracterização, que subsidiarão materiais didáticos que possibilitam debates mais qualificados sobre os impactos e maior aprofundamento das leituras realizadas pelos SAE. Ao mesmo tempo, os resultados dessas reflexões - que podem ser consideradas como diagnósticos participativos - podem retroalimentar e aferir as análises oriundas dos Programas de Caracterização. É nesse sentido que se aborda que o Plano Macro busca uma visão integrada e articulada das informações, Programas e Eixos. Ressalta-se que, para os impactos diretos e indiretos, é necessária uma avaliação criteriosa sobre a caracterização destes, pois essa classificação não é mera formalidade, ela é importante para adequação à legislação e para o adequado endereçamento das demandas encontradas em campo. Ademais, são utilizados para instruir o processo educativo e o processo de mitigação.

GT4B1D4. *Entendo que para geografia faz sentido ter esse banco de dados e para educação a linguagem precisa melhorar. Como pensam em fazer?*

GT4B1R4: O Eixo 3 do Plano Macro trata das ações de Comunicação Social e pretende orientar a maior parte da comunicação relativa aos diversos empreendimentos por meio do Programa Macrorregional de Comunicação Social (PMCS), que busca divulgar as análises regionais sobre impactos sinérgicos, processos de mitigação, garantindo

a manutenção de canais remotos e presenciais que informem sobre impactos e resultados de projetos ambientais. Ou seja, ainda que a linguagem do banco de dados seja técnica, o PMCS está sendo estruturado de forma a facilitar sua linguagem. Não obstante, no âmbito dos Programas do Eixo 4 é prevista a formulação de material didático e de comunicação social específicos com linguagem compatível ao perfil dos(as) participantes, que qualifique o processo pedagógico e dialógico oriundo dos dados sistematizados em banco de dados. Por último, destaca-se a intencionalidade do Plano Macro em conduzir um processo que aporte informações técnicas - que são aquelas demandadas pela legislação para subsidiar decisões sobre avaliação de impactos e licenciamento ambiental - e publicizá-los junto à sociedade como um todo. Assim, o Eixo 4 é o “locus”, ao atuar junto aos grupos impactados e que vivenciam os processos de vulnerabilização socioambiental. Mas, os Eixos 1, 2 e 3 extrapolam esta relação, sem perdê-la como referência.

GT4B1D5. *Como seria mitigada a diversidade de impactos, pois existem muitas empresas petrolíferas e empreendimentos fragmentados e a dificuldade de acompanhamento dos processos mitigatórios?*

GT4B1R5: A mitigação da diversidade de impactos, considerando essas dificuldades, é justamente o desafio posto para o Plano Macro e está relacionado com a operacionalização dos Programas dos quatro Eixos. Demonstrar quais são os impactos, conseguir fazer com que eles direcionem as ações e que sejam cada vez mais efetivas é o esforço que a COPROD/IBAMA está tentando fazer com o Eixo 1 e o Eixo 2 do Plano Macro. O Eixo 1 irá monitorar os principais impactos sobre o meio socioeconômico e produzir caracterizações regionais e o Eixo 2 será responsável por integrar e correlacionar as informações e os dados produzidos. Em relação ao Eixo 4, conforme descrito no Documento 2-3 do PARMIS, os Programas foram pensados justamente pelo potencial de mitigar um conjunto de impactos.

Bloco 2 - Temporalidade dos Programas do Plano Macro

GT4B2D1. *O próprio documento 2-3 recomenda utilizar os subsídios dos Programas de caracterização do Eixo 1 e do PMAIS para delimitar os Programas do Eixo 4. Se eles ainda não estão prontos, como fazer para compatibilizar a delimitação do escopo dos Programas propostos, entendendo ainda que os impactos considerados para nortear essa proposição de Programas encontram lacunas, segundo o próprio documento 2-3 em sua página 17? Sobre o tempo de início dos Programas do Eixo 4, é posterior aos resultados dos Programas dos Eixos 1 e 2 (caracterização)?*

GT4B2R1: Com relação à definição do escopo dos Programas, essa é uma pergunta que não tem resposta objetiva. A construção metodológica do Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas e do Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras será realizada em diálogo com os atuais PEA durante os anos de 2024 e 2025. Nesse sentido, os Programas serão delineados a partir dos resultados de projetos executados anteriormente e considerando o acúmulo dos analistas ambientais e equipes dos PEA. Ao longo de sua execução, os Programas serão aperfeiçoados considerando os resultados dos Eixos 1 e 2, ou seja, trata-se de um processo dinâmico. No caso do Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera, tem-se uma perspectiva diferente, por tratar-se de um programa novo. Contudo, também há um acúmulo deste debate e da leitura acerca da dinâmica dos territórios que permitem um desenho

inicial a ser amadurecido ao longo do tempo. Os processos irão ocorrer em paralelo, considerando as especificidades de cada Eixo e Programa.

GT4B2D2. *Os Programas de Caracterização já iniciaram sua coleta de dados?*

GT4B2R2: Os programas de caracterização das cadeias de suprimento e de logística demandada pelos empreendimentos *offshore* licenciados – isto é, PMCTE, PMCTA, PMCIR e PMCST – já iniciaram o processo de coleta de dados. Nesses casos, as empresas petrolíferas fazem a coleta dos dados de seus respectivos empreendimentos e enviam relatórios individuais ao IBAMA. Ainda não é possível fazer a integração dos dados das diferentes empresas petrolíferas, pois está sendo iniciado o processo de licitação da instituição que executará o PMAIS, cuja equipe fará tal integração de dados a partir de 2025. O PMCRP ainda não foi iniciado, pois também está em processo de licitação da instituição que o executará. Boa parte dos dados previstos para serem sistematizados pelo PMCAP estão sendo levantados atualmente pelo PMAP-BS e pelo PMDP-BC/BES, que serão futuramente substituídos pelo PMCAP. Contudo, a execução do PMCAP ainda depende de avanços na formação de um consórcio, previsto para início de 2025, entre as empresas operadoras para o cofinanciamento de sua execução. Cabe destacar que a maior parte das informações a serem analisadas por meio de tais programas poderá utilizar dados retroativos na avaliação de séries históricas acerca do fenômeno analisado.

GT4B2D3. *Como a comunicação popular será inserida e articulada com o Eixo 3 (Comunicação), sem perder seu caráter pedagógico? Haverá formação para os(as) comunicadores(as) populares?*

GT4B2R3: A ideia é que a comunicação popular se dê dentro dos Programas que têm foco em trabalhar com os(as) sujeitos(as) mais vulnerabilizados(as), que é onde será seu *locus*, junto a esses grupos. É importante que a perspectiva da comunicação popular ganhe mais delimitação, em termos lógicos, dentro da metodologia desses Programas, porque ela já é realizada, mas não está dentro do plano de trabalho dos projetos, de forma sistemática, sendo delimitado, tendo orçamento específico para ser feito, tendo profissional sendo contratado(a) para essa função, considerando a comunicação popular tanto para os Programas do Eixo 4 do Plano Macro quanto para traduzir alguns instrumentos que serão produzidos por meio do PMCS, ou seja, trazer informações junto às comunidades e coletar delas informações que se possam trabalhar dentro do PMCS. É possível ainda avançar dentro dos próprios Programas macrorregionais em diálogo com outros Programas, traduzindo os dados que estão sendo e serão produzidos pelo Eixo 1 do Plano Macro e pelo próprio PMAIS para a realidade específica de cada Programa, conforme avaliado que é pertinente pelas equipes executoras em diálogo com a comunidade. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEAs ao longo dos anos de 2024 e 2025.

GT5: Dúvidas sobre a implementação do Plano Macro

Este Grupo Temático versa sobre as dúvidas envolvendo a implementação do Plano Macro que se reverberam sobre os Programas do Eixo 4 e envolvem a transição do modelo atual para os Programas do Plano Macro. Dentre elas, estão as dúvidas sobre a proposta de cofinanciamento e transição do modelo atual para o Plano Macro. Para tal, foi organizada em sete blocos, são eles: Cofinanciamento (GT5B1); Transição do

modelo atual para o Plano Macro (GT5B2); Insuficiência de quadro técnico da COPROD/IBAMA (GT5B3); “Arranjos de Governança” (GT5B4); Relação do Plano Macro com as demais tipologias licenciadas pelo IBAMA (GT5B5); Participação dos povos tradicionais na formulação dos Programas do Eixo 4 (GT5B6) e Outras questões associadas ao Plano Macro ou ao Eixo 4 (GT5B7).

Bloco 1 - Cofinanciamento

GT5B1D1. *Como o cofinanciamento pode abarcar projetos que poderiam ter continuidade, mas acabaram porque a empresa finalizou a produção? A ideia do cofinanciamento parece interessante diante de um quadro de descomissionamento em curso. Gostaríamos de entender se esse tipo de desenho institucional evitaria que projetos que ainda possuem justificativa para continuar suas ações de fato poderiam se manter sem ter suas ações subitamente interrompidas. Poderia ser pensado um período pós descomissionamento para ser ainda considerado como responsabilidade da empresa, visto que os impactos da cadeia de petróleo e gás não cessam na mesma temporalidade em que a exploração é finalizada?*

GT5B1R1: A ideia do cofinanciamento é que se consiga ter maior capacidade de gestão e planejamento a médio e longo prazo. Mesmo que em determinada região esteja claro que a produção está acabando, que se tenha mais tranquilidade ao debater esse processo de finalização com as comunidades, pois esse é um problema estrutural do licenciamento: acabando o empreendimento, acaba a obrigatoriedade de a empresa lidar com os impactos. Isso não será resolvido completamente, mas a intenção é mitigar. Para evitar essa finalização súbita de projetos específicos vinculados a determinados empreendimentos, o corpo técnico da COPROD/IBAMA tem proposto a substituição de diferentes projetos pensados em momentos distintos, e, muitas vezes, sobrepondo-se geograficamente e atuando sobre temáticas similares, pelos Programas macrorregionais, com uma metodologia mais padronizada e constituindo condicionantes de todas as empresas operadoras atuantes numa mesma região. Esta é a única maneira identificada para que determinada ação de mitigação, a despeito de seus méritos e da continuidade dos problemas que a justificaram, não seja finalizada porque o empreendimento que fundamenta sua exigência foi descomissionado. A lógica dos Programas macrorregionais é a de substituir a de projetos específicos de cada empresa por Programas do licenciamento ambiental federal, menos dependentes dos cronogramas de produção de cada empreendimento. Para tanto, é fundamental o avanço na padronização metodológica e no desenvolvimento de inovações administrativas que concedam segurança ao cofinanciamento de tais Programas por diferentes empresas petrolíferas.

GT5B1D2. *Em uma realidade de cofinanciamento, qual o desenho proposto para o acompanhamento conjunto das petrolíferas aos projetos? E para o acompanhamento do COPROD/IBAMA? Sobre o cofinanciamento (solidário?): como é que se define responsabilidade por petrolífera? Se houver algo equivocado, passível de punição e multa, quem é que responde por isso, se eles são solidários no financiamento e, portanto, na responsabilidade de execução? Como se define responsabilidade de projetos que estão em áreas que, por vezes, a empresa petrolífera não atua nela como um todo? Como fica o acompanhamento dos projetos por parte de cada petrolífera? Qual a relação entre as equipes cofinanciadas pelo Plano Macro e os atuais PEA? Ela é substitutiva ou complementar? Considerando o cofinanciamento das ações do Eixo 4, como será dada a garantia de participação de uma empresa que esteja em desinvestimento dos empreendimentos?*

GT5B1R2: Foi a Instrução Normativa nº 14 de maio de 2023, do IBAMA, que passou a dar segurança jurídica para o cofinanciamento e, neste momento, há uma discussão junto às empresas petrolíferas para que se possa definir, a partir de uma normativa, as estratégias, responsabilidades e outros aspectos necessários para a implementação do cofinanciamento. Assim, não é possível elucidar este conjunto de dúvidas. Não há nenhuma equipe sendo cofinanciada pelo Plano Macro ainda, pois o processo de consolidação do consórcio entre as empresa petrolíferas para a viabilização das ações cofinanciadas está previsto para início de 2025. O IBAMA tem a expectativa que o primeiro programa cofinanciado seja executado a partir de 2026.

GT5B1D3. *Com essa proposta de otimização do Plano Macro existe a perspectiva de redução de custos? Em relação a isso qual seria o objetivo do cofinanciamento?*

GT5B1R3: A proposição do cofinanciamento não está associada à diminuição dos custos, mas sim a evitar a sobreposição de ações e compreender e atuar em processos que são decorrentes dos impactos cumulativos, que não são possíveis de serem observados empreendimento a empreendimento. Na pesquisa do PARMIS, observou-se que os PEA são restritos à sua área de influência e atuam apenas sob um de seus impactos quando, na prática, eles contribuem com vários. Este desenho é limitado e o cofinanciamento é uma oportunidade de atuar de forma integrada no território e qualificar tanto a compreensão/caracterização dos impactos como sua mitigação.

GT5B1D4. *Institucionalmente, os PEA são complexos na gestão. Várias empresas realizando cofinanciamento não irá gerar conflito de interesses e gestão complicada?*

GT5B1R4: De acordo com o disposto na Instrução Normativa nº 14/2023, fica estabelecida a possibilidade de ações unificadas e individuais, as empresas que realizarem ações unificadas deverão ter consenso sobre o uso de um ou mais instrumentos técnicos de integração metodológica para sua concretização. De acordo com o art. 6º, parágrafo único, nos casos em que não houver consenso, os posicionamentos majoritários e divergentes serão encaminhados à COPROD/IBAMA, que irá decidir sobre a matéria em debate, no que lhe cabe.

GT5B1D5. *Como podemos pensar essa transição energética sem ser um processo abrupto no desenvolvimento dos PEA? A elaboração de um FUNDO teria alguma viabilidade?*

GT5B1R5: O debate sobre transição energética deverá orientar ações específicas por parte dos Programas do Plano Macro, com o objetivo que qualificar o debate público sobre tal temática, possíveis implicações na dinâmica da indústria de petróleo e gás, na arrecadação de *royalties* e participações especiais. Contudo, não cabe ao IBAMA planejar a política energética, posto que tal função é de competência do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e seus órgãos vinculados.

GT5B1D6. *Como o Plano Macro visa a mitigar os passivos dos impactos ambientais com a saída da empresa petrolífera? Como será a transferência de responsabilidade para a compradora?*

GT5B1R6: A perspectiva do Plano Macro é a de romper com a lógica de área de influência de empreendimento por empreendimento, mitigando os impactos a partir da totalidade de empreendimentos ali situados em uma região, o que facilita atuar com

impactos que permaneçam no território após o descomissionamento. Caso haja passivos ambientais, a indústria necessita arcar com ele ou esse passivo é transferido a nova empresa, que compra o bloco. No que diz respeito à dinâmica das empresas quando do cofinanciamento, isso está em processo de construção, não existindo uma resposta neste momento.

Bloco 2: Transição do modelo atual para o Plano Macro

GT5B2D1. *Como será determinada a conclusão do PEA em áreas sujeitas a desinvestimento, considerando os atrasos e interrupções na execução do projeto? Em outras palavras, como será abordado o fato de a empresa ter causado impactos por mais tempo do que a duração das medidas de mitigação implementadas. De quem seria a responsabilidade acerca dos impactos sinérgicos após finalização dos trabalhos da empresa?*

GT5B2R1: Esta questão é resolvida caso a caso. Se houve descumprimento do plano de trabalho, mesmo que com a interrupção das atividades, deve-se finalizar o projeto. Contudo, como a maior parte dos PEA consistem em ciclos com objetivos em si, findo o licenciamento, finda o PEA e demais projetos. Não há na legislação vigente responsabilidade objetiva em mitigar “impactos sinérgicos”, posto que os mesmos sequer dispõem de definição legal.

GT5B2D2. *Como será o processo de transição entre os atuais projetos para o modelo proposto? Como evitar interrupções em meio a esse processo? Como ficarão as entregas pactuadas com os(as) SAE, com o fim de PEA?*

GT5B2R2: O processo de transição não está definido, porque pressupõem que seja um processo participativo. Cada PEA cumprirá seu plano de trabalho e o processo de transição de cada um ocorrerá em diálogo entre COPROD/IBAMA, empresa, equipe executora e SAE. Em cada um, será avaliado o que está pactuado e definido o processo de transição, não havendo interrupção abrupta. Cabe destacar que, mesmo atualmente, no âmbito da Nota Técnica, um PEA pode ser findado, excluir/incluir municípios, grupos sociais, trocar de linhas temáticas, não sendo algo novo. Embora a transição seja parte natural do processo, como era esperado pela equipe, deverá ocorrer de forma concomitante com a participação dos projetos que estão em execução, na elaboração e no detalhamento dos aspectos metodológicos. Ressalta-se que, desde 2018, com os avanços de descomissionamentos de empreendimentos e mudanças gerais na indústria, a COPROD/IBAMA tem orientado que as coordenações dos PEAs planejem objetivos e metas do plano de trabalho de cada fase que possam ser concluídos até o final da referida fase, evitando-se o comportamento recorrente de que os PEAs permanecerão indefinidamente – interpretação que desconsidera a temporalidade dos empreendimentos licenciados. Nesse sentido, a COPROD/IBAMA não está colocando nenhuma demanda nova para os projetos que estão com o plano de trabalho em andamento, não está fazendo nenhuma solicitação de alteração das fases dos projetos que estão em curso.

Bloco 3 - Insuficiência de quadro técnico da COPROD/IBAMA

GT5B3D1. *Como é possível “evitar o colapso do pós-licenciamento” se a proliferação de empreendimentos não for acompanhada do fortalecimento da COPROD/IBAMA (aumento de equipe)? Se uma das justificativas da criação do Plano Macro é o baixo nº de técnicos(as), como centralização irá garantir eficiência e efetividade, se aumentará*

o trabalho dos técnicos(as) da COPROD/IBAMA? O baixo quantitativo de analistas ambientais é utilizado como justificativa de reestruturação dos PEA em vários momentos. Como isso se resolve no Plano Macro? Tendo em vista a “desidratação” da COPROD/IBAMA que ocorreu no último período, o correto não seria nos juntarmos para fortalecê-lo ao invés de “desidratar” os PEA?

GT5B3R1: O Plano Macro ao definir maior padronização metodológica e Programas previamente estruturados facilita o acompanhamento por parte da equipe da COPROD/IBAMA, equacionando parte da carga horária que é destinada a se apropriar de metodologias distintas. A proposta realizada organiza as ações em quatro Programas, assim, os(as) analistas liberam parte do tempo destinado a compreender a metodologia de cada PEA, analisar plano de trabalho, dentre outros, para acompanhar os Programas de forma mais efetiva. A proposta dos Programas não se volta a “desidratar” os PEA, ao contrário, almeja-se conduzir um processo que dimensione de forma adequada o quadro técnico que em muitos PEA é insuficiente, bem como valorizá-los. Não obstante, a COPROD/IBAMA tem clareza de seus limites institucionais, mas não se isenta desse debate. Os(as) analistas consideram relevante a realização de concursos públicos e de valorização da carreira de analista ambiental, fato que são organizados para isto. Mas, para além da realização de concursos, o desenho proposto de mitigação para uma área de abrangência tão grande necessita ser mais robusto para ser mais efetivo. Ademais, a diminuição do quadro da COPROD/IBAMA demanda atuação conjunta e mobilização da sociedade, incluindo dos PEA e demais projetos exigidos no âmbito do licenciamento ambiental.

Bloco 4 - “Arranjos de governanças”

GT5B4D1. *Qual estratégia será utilizada no Plano Macro para diminuir a distância entre a equipe técnica dos PEA e a COPROD/IBAMA, já que, hoje, a relação é mediada pela empresa? Quando serão realizados os debates com as executoras e equipes técnicas dos PEA, pois ficou postergado para um segundo momento que ainda não ocorreu e não há previsão dentro dos planos de trabalho de ocorrer. Foi instituído, por meio de uma instrução normativa 14, de 12 de maio de 2023, um Comitê de Coordenação Interinstitucional do Plano Macro (CCI) enquanto fórum centralizado de comunicação entre a COPROD/IBAMA e as empresas petrolíferas. O Plano Macro visa a uma articulação e integração que contribuam para a melhoria da gestão dos impactos. No entanto, a instrução normativa institui um comitê com representação apenas da COPROD/IBAMA e empresas petrolíferas, enquanto um fórum centralizador de comunicação que executa os Programas macrorregionais. Será que a centralidade deste espaço decisório não aumenta a “miopia” para a percepção do todo, contando que há ausência de outros importantes atores e atrizes como analistas ambientais, educadores(as), pesquisadores(as), sujeitos(as) da ação educativa, que podem qualificar de forma mais integrada e articulada este comitê com decisões mais efetivas? Quando os(as) SAE estarão envolvidos(as) no processo de debate do Plano Macro? Em relação ao CCI, enquanto espaço de governança, onde se encaixam os(as) SAE e as executoras dos PEA? As empresas petrolíferas continuarão “mandando” na metodologia dos PEA? Porque tem consultoria que pede permissão para a empresa para TUDO! Isso deve acabar.*

GT5B4R1: Dentro do Plano Macro, a resposta para o questionamento sobre diminuir as distâncias das equipes com o IBAMA dialoga com o Programa Macrorregional de Formação Continuada. Nele, a COPROD/IBAMA tem como perspectiva um contato direto e mais sistemático com as equipes executoras. Esse Programa também busca

integrar as equipes dos diferentes Programas do Plano Macro, o que hoje praticamente não ocorre entre projetos e talvez seja capaz de abarcar essa questão do diálogo direto com as equipes. Em relação ao CCI, não é previsto que a COPROD/IBAMA tenha um debate com os(as) SAE sobre o que é o Plano Macro. Isso é algo que pode ser construído, mas o esperado é que isso seja internalizado em cada PEA, pois os projetos têm mais condições de estabelecer um diálogo mais qualificado sobre essa transição com os(as) SAE. Inclusive, o tempo de transição serve para que isso seja dialogado. O CCI não foi previsto para incluir os(as) SAE e nem as executoras. Ele é um fórum para debate unificado de questões administrativas e técnicas entre a COPROD/IBAMA e empresas petrolíferas, posto que tais atores detêm responsabilidades legais na execução dos processos de licenciamento. Ao que se refere à relação entre empresas petrolíferas e PEA, a proposta do Plano Macro busca uma maior governança por parte da COPROD/IBAMA e um processo mais coeso na condução dos Programas, algo que, em alguma medida, equaciona estas questões. Contudo, no âmbito das normas brasileiras é o empreendedor que arca com os custos dos estudos e dos projetos de mitigação, o que gera esse tipo de distorção. Assim, para “acabar” com isso, seria preciso rever a própria estrutura do licenciamento ambiental.

GT5B4D2. *No trabalho como Educadora Socioambiental, percebo que os(as) SAE não têm voz ativa nas decisões em relação a gerência de recursos existente nos PEA, como lidar?*

GT5B4R2: Os recursos de um projeto socioambiental, exigido no âmbito do licenciamento ambiental, são custeados pelo empreendedor, cabendo a ele e a entidade executora as decisões sobre seu uso. Isto significa que nem mesmo a COPROD/IBAMA têm ingerência sobre a aplicação dos recursos, focando sua atuação nos resultados. Não obstante, o PARMIS está buscando uma leitura inicial acerca de mecanismos de transparência, denominado *accountability*, e da importância de inserir esse debate nos investimentos realizados pelos projetos no âmbito do licenciamento ambiental federal. No caso dos PEA, é considerada uma contradição, dado que os projetos buscam promover controle social sobre a gestão pública, mas não o fazem sobre suas próprias ações. Essa é uma das fragilidades verificada nos PEA que os programas macrorregionais do Plano Macro propõem resolver, concedendo-se maior transparência acerca dos recursos investidos nas ações do licenciamento ambiental federal.

GT5B4D3. *Como será a análise de novas propostas para que o órgão ambiental compreenda as demandas específicas para além dos dois Programas (“Rendas Petrolíferas” e “Segurança Territorial”). Como é possível garantir esses espaços que tratam das condições de trabalho dos(as) Educadores(as)?*

GT5B4R3: O que se está vislumbrando é que a partir do novo arranjo de Programas macrorregionais do Plano Macro, que passa por uma integração entre diferentes empresas e unificação de iniciativas de projetos, a COPROD/IBAMA consiga ter mais efetividade em intervir nesse processo, para garantir condições melhores para os(as) Educadores(as). Atualmente, o corpo técnico do Ibama está, inclusive, participando da elaboração da especificação técnica que pautará a licitação para a contratação das equipes do PMAIS, PMCS e PMCRP. Contudo, há limites legais para a intervenção do IBAMA nesse processo, sobretudo, no que se refere ao estabelecimento de valores mínimos de remuneração de profissionais contratados(as). A estratégia em curso é a de evitar licitações que considerem apenas menor preço das propostas,

valorizar perfis profissionais que já tenham experiência com a execução dos projetos exigidos pelo licenciamento e, num segundo momento, tentar garantir a permanência das equipes contratadas, reduzindo-se os impactos de recorrentes licitações. Contudo, esse é um processo bastante desafiador, inclusive para as equipes técnicas das empresas petrolíferas, mas que tem avançado em diálogo com o corpo técnico do IBAMA.

GT5B4D4. *As equipes técnicas dos Programas (Eixo 4) e Plano Macro (nos outros Eixos) serão contratadas via concurso público? A equipe técnica, principalmente a coordenação (dos PEA) é toda formada por Q.I (quem indica). Teremos processos mais transparentes e justos para a formação das equipes pós Plano Macro? Haverá padronização salarial entre as equipes executoras? O IBAMA não tem ingerência na padronização de salários (mas sim, as empresas petrolíferas). Sugerir que o Plano Macro pode dar conta disso, não é criar falsas expectativas? Com o final de alguns PEA, existe a previsão de abertura de outras vagas para absorver os(as) trabalhadores(as) que estão nesse mercado atualmente? Uma fragilidade do PEA ter um orçamento, o que é uma competição de consultorias. É óbvio que a petrolífera fica com o mais barato. Qual a conduta do IBAMA quanto a isso? Tem PEA que são verdadeiras panelinhas e acabam gerando clientelismo e cargos de oportunidade para “puxadores de saco”. Como denunciar para o licenciamento?*

GT5B4R4: O desenho gerencial dos Programas ainda não se encontra definido, mas como se trata de uma ação com investimento das empresas, dificilmente será por meio de concursos públicos. Atualmente, cada empresa petrolífera e cada entidade executora tem seus critérios para definição da equipe técnica. Com a proposta de cofinanciamento, o que se busca é estruturar um modelo gerencial único, que deverá envolver maior transparência. Cabe destacar, também, que dentre as atividades do PARMIS está uma leitura acerca dos mecanismos de transparência, denominado *accountability*, com o intuito de auxiliar a COPROD/IBAMA nessa questão. Ao que se refere a padronização dos salários, a COPROD/IBAMA não possui ingerência sobre isso, porém a pesquisa do PARMIS demonstrou que esta é uma fragilidade e isso será dialogado com as empresas petrolíferas, ou seja, o tema será debatido. A princípio, a substituição de PEA semelhantes por um Programa macrorregional avançaria na padronização de salários, mas não é possível garantir tal padronização entre diferentes programas. Futuramente, mesmo com as ações cofinanciadas por meio de um consórcio entre as empresas petrolíferas, o envolvimento da PETROBRAS e sua obrigação de atender à lei geral de licitações dificulta que os contratos iniciais para a execução de cada Programa macrorregional possa prescindir de um processo de licitação. Contudo, o corpo técnico da COPROD/IBAMA tem dialogado com as empresas e avanços têm sido alcançados para aprimorar as licitações, ainda que, por enquanto, boa parte destas informações sejam sigilosas. Em síntese, não se trata de uma decisão unilateral da COPROD/IBAMA e, principalmente, a intenção não é criar falsas expectativas, mas sim explicitar a origem do problema e buscar seu enfrentamento. Em relação ao aproveitamento dos(as) trabalhadores(as), um conjunto de Educadores(as) que foram formados(as) pelos PEA certamente seria o melhor cenário, pois houve investimento na formação dessas equipes e a experiência prática tem um acúmulo de relações pessoais e de relações de confiança com as comunidades. Esse debate será realizado junto às empresas quando da implementação dos Programas, considerando os limites da COPROD/IBAMA nesse debate. Quanto a leitura de que atualmente há “panelinhas” no PEA, ainda que isso possa se desdobrar sob um aspecto ético, não se infringe nenhuma norma, pois as executoras têm autonomia em definir seus processos de contra-

tação, bem como seguem critérios específicos. Contudo, o IBAMA tem reforçado a importância de que se promovam processos seletivos para a formação de ao menos parte das equipes técnicas, baseando-se em critérios objetivos e transparentes.

GT5B4D5. *Atualmente, as equipes dos PEA apoiam a execução dos Programas de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP), mesmo não sendo competência do projeto, o que por vezes gera sobrecarga de trabalho. Como o Eixo 4 pode evitar que a sinergia entre os processos de execução de PCAP e do Programa de Comunicação Social (PCS) gerem sobrecarga de trabalho nas equipes dos PEA? Exemplo: se está previsto que os PEA também executarão o PCS e o PCAP, como isso não sobrecarregará os executores desse processo?*

GT5B4R5: O Plano Macro está sendo pensado neste sentido, de integrar as ações e estabelecer previamente em quais atividades os técnicos irão atuar. Na prática, a intenção é que os(as) integrantes das comunidades que participam de Programas (do Eixo 4 e do Eixo 1) sejam envolvidos(as) nas ações de comunicação social. Sobre o PCAP, ainda não foi delineado, uma vez que esses projetos são bastante pontuais. A questão é que, após definido o escopo dos Programas, será delineado o desenho executivo para viabilizar as atividades de forma mais harmônica e integrada, e delimitar melhor o trabalho dos(as) profissionais que participam da execução do Plano Macro. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEA ao longo dos anos de 2024 e 2025.

Bloco 5 - Relação do Plano Macro com as demais tipologias licenciadas pelo IBAMA

GT5B5D1. *Como a COPROD/IBAMA pretende atuar para além do petróleo, pois outros empreendimentos no mesmo lugar e com tipologias diferentes na zona costeira também estariam no Plano Macro? A COPROD faz ou já fez um alinhamento dos projetos previstos para o Plano Macro com a COEXP? Como o Plano Macro pode afetar os projetos da COEXP? O Plano Macro só atua na produção do petróleo? E as outras tipologias de perfuração e sísmica? Como ficam estruturadas as diferentes socioeconomias dentro do Plano Macro? Seria o IBAMA colegiado de socioeconomias e equipe executora? A COPROD/IBAMA pensa em envolver analistas do IBAMA para além do petróleo?*

GT5B5R1: Frente à complexidade do Plano Macro, considerando tanto sua área de abrangência, número de empresas e de Programas e Projetos, houve o entendimento por parte da COPROD/IBAMA em avançar inicialmente na estruturação das ações destinadas ao gerenciamento dos impactos socioambientais das atividades de produção de petróleo e gás. Isso se deve ao caráter embrionário e inovador do Plano Macro. Contudo, destaca-se que a Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Atividades Marítimas e Costeiras (CGMAC) - onde se insere a COPROD e as outras coordenações que licenciam a atividade de exploração petrolífera - tem participado do processo de construção do Plano Macro. À medida que a experiência for se consolidando, será possível avançar na integração entre coordenações e na análise para verificar se o desenho do Plano Macro é aplicável a outras tipologias licenciadas pela CGMAC/IBAMA. Ademais, embora a atuação do Plano Macro se limite aos empreendimentos licenciados pela COPROD, o IBAMA reconhece a interdependência da indústria petrolífera em relação às infraestruturas de apoio. Assim, as diferentes

tipologias e os efeitos cumulativos e sinérgicos poderão ser evidenciados pelo Eixo 1, destinado à Caracterização, e pelo Eixo 4, especificamente com o Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera, principalmente no que se refere ao correto endereçamento de demandas. Em um primeiro momento, tal reorganização não afeta negativamente a COEXP, podendo inclusive facilitar a condução do licenciamento desta, considerando a maior organicidade de informações oriundas dos Programas de Caracterização e das experiências conduzidas. Contudo, a integração entre tipologias e/ou coordenações poderá ocorrer após a consolidação do Plano Macro e se houver interesse das demais coordenações.

GT5B5D2. *Os Programas propostos no Eixo 4 estariam respondendo à condicionante de Programas de Educação Ambiental exigida para o licenciamento ambiental?*

GT5B5R2: As condicionantes atuais versam sobre projetos de Educação Ambiental, sendo o Programa de responsabilidade do IBAMA conforme NT nº 01/2010. Contudo, conforme exposto pela pesquisa do PARMIS, os Programas não foram organizados de forma estruturada, o que está sendo proposto por meio do Plano Macro. Dito isso, o rito do licenciamento irá continuar acontecendo e as condicionantes serão delineadas considerando o gerenciamento dos impactos e a legislação pertinente. O Plano Macro não vai responder a tudo do licenciamento ambiental, mas àquilo que é possível compatibilizar e estabelecer em macrorregiões. Assim, haverá condicionantes específicas que incluem os projetos e/ou Programas dos quatro Eixos do Plano Macro, mas terão outras condicionantes, dentre as que já existem e outras que a COPROD/IBAMA pode solicitar de acordo com a especificidade do empreendimento que se estiver licenciando.

GT5B5D3. *Qual a função de modificar o desenho do PEA, que está consolidado em todo o Licenciamento Ambiental Federal (LAF), para uma tipologia só - produção de petróleo, modificando as nomenclaturas?*

GT5B5R3: Após 13 anos de implementação da Nota Técnica 01/2010, em que o licenciamento ambiental de produção e escoamento de petróleo e gás foi o pioneiro na proposta de PEA, entende-se que é necessária uma análise crítica sobre seus limites e buscar superar suas fragilidades. Na avaliação do corpo técnico da COPROD a afirmação de que o desenho dos PEA estaria consolidado em todo licenciamento ambiental federal não corresponde à realidade, havendo uma multiplicidade de metodologias de PEA em diferentes tipologias, inclusive tipologias que sequer exigem PEA como condicionantes. A Instrução Normativa nº 2/2011 e o Guia para PEA no licenciamento configuram avanços em termos de diretrizes para a execução de tais projetos, mas não estabelecem como as ações de educação ambiental efetivariam processos de mitigação específicos para cada tipologia. Construir e/ou exigir esta coerência metodológica entre educação ambiental e processo de mitigação é função do corpo técnico do IBAMA, com o objetivo de aprimorar a gestão ambiental dos empreendimentos licenciados, considerando as especificidades de seus impactos e efeitos regionais.

Bloco 6 - Participação dos povos tradicionais na formulação dos Programas do Eixo 4

GT5B6D1. *Essas informações já não deveriam ter sido compartilhadas com os(as) SAE? Segundo a NT nº 02/12, artigo 3º, os(as) SAE devem participar das avaliações e formulação dos PEA. Com relação ao envolvimento dos(as) SAE no processo de debate do Plano Macro, qual a possibilidade de oficinas de planejamento com os(as) SAE no*

formato de eventos de validação? Caso não seja possível, que seja em eventos de caráter regionalizado. Considera importante levando em conta a OIT 169/1989, de modo a considerar a realidade deles(as) na construção dos Programas, em especial dos Projetos Políticos Pedagógicos. A COPROD/IBAMA considera a OIT - 169 para fazer consulta pública com as comunidades tradicionais? Como será a escuta dos(as) SAE nesse processo que atualmente se propõe ser mais participativo? Como o IBAMA pretende se comprometer com essas possíveis sugestões?

GT5B6R1: Qualquer Consulta Pública, para ser eficiente, necessita de diretividade e ser conduzida considerando os perfis dos grupos com quem se deseja dialogar. Nesse sentido, entende-se que os Programas se encontram em início de sua formulação e que estes necessitam de mais elementos para serem debatidos com os(as) SAE. Consequentemente, a Consulta Pública conduzida no âmbito do PARMIS considerou a importância em publicizar o escopo inicial dos Programas, acolher dúvidas e receber as considerações dos(as) atores(atrizes) que atuam em nível técnico, face à diversidade de experiências protagonizadas pelos PEA. Neste primeiro momento, equipes técnicas das empresas e dos PEA foram priorizadas, ainda que os documentos do PARMIS estejam disponibilizados sem qualquer restrição, e tanto o Seminário Virtual como o formulário eletrônico possibilitaram a participação de qualquer pessoa na Consulta. Contudo, é sabido que tanto os documentos que orientaram a Consulta como suas fases são orientadas ao conhecimento técnico. Quando do Seminário Virtual, também foi sugerido pelos(as) analistas do IBAMA que os PEA fizessem a mediação dos conteúdos dos Programas junto aos(as) SAE e trouxessem suas considerações para o evento presencial. Isso porque o IBAMA reconhece que são os PEA que possuem o papel de mediadores do licenciamento ambiental junto à diversidade de sujeitos(as) que atuam e que são vulnerabilizados(as) pelos impactos da indústria petrolífera. Dito isso, entende-se que um processo de Consulta – atendendo aos protocolos de consulta das comunidades tradicionais – ou que seja um processo de escuta mais específico aos demais grupos vulnerabilizados que não são constituídos por comunidades tradicionais, demanda um planejamento específico, envolvendo cronograma, orçamento e diálogo com cada um dos PEA. Assim, essa etapa será objeto de reflexão nas próximas etapas de construção dos Programas. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEA ao longo dos anos de 2024 e 2025.

Bloco 7- Outras questões associadas ao Plano Macro ou ao Eixo 4.

GT5B7D1. *Está sendo prevista a elaboração de regulamentação com diretrizes para os diagnósticos socioambientais?*

GT5B7R1: Esta questão deve ser tratada quando do detalhamento metodológico dos Programas.

GT5B7D2. *A comunidade organizada pode apresentar uma proposta de projeto com a intencionalidade de mitigação de impactos?*

GT5B7R2: Sim, isso é da natureza do licenciamento ambiental. Há exemplos de projetos que vieram de propostas vindas da base. Se a comunidade organizada conseguir construir essa justificativa e apresentar num processo de audiência pública, a COPROD/IBAMA irá avaliar se tem coerência em termos de efetivar um processo com intencionalidade de mitigação e sancionar isso como uma condicionante. Isso

é o ideal, é inclusive o que os PEA buscam ao tentar fomentar a organização para chegar nesse nível.

GT5B7D3. *Estão revendo a perspectiva de não remuneração de SAE? Alguns estão há muitos anos e já demonstraram adesão à participação, por que não os(as) remunerar? Já que estão revendo, seria possível rever a proibição de remuneração dos(as) SAE que estão engajados(as) nos PEA que já mostraram a adesão à participação democrática?*

GT5B7R3: Este é um ponto que exige maiores reflexões, não sendo possível responder neste momento. Na avaliação do corpo técnico da COPROD/IBAMA, não caberia remunerar a participação do público que é contemplado por ações educativas, posto que tal participação em PEA é interpretada como um exercício de cidadania. Contudo, aqueles(as) que se envolvem em ações de intervenção direta sobre problemas que possam ser caracterizados como impactos da atividade licenciada poderiam ser remunerados(as) desde que sua atuação fosse interpretada como uma ação técnica ou profissional. Para tanto, na avaliação do corpo técnico da COPROD/IBAMA, tais questões precisam ser debatidas no desenho dos Programas macrorregionais. Cabe destacar, que o processo de padronização metodológica e de detalhamento do escopo dos programas macrorregionais propostos, ainda ocorrerá de forma dialogada com os atuais PEA ao longo dos anos de 2024 e 2025.

GT5B7D4. *Ao invés de se adaptar à “mudança de paradigma” da exploração de petróleo, não deveríamos nos juntar para pressionar que a PETROBRAS pare de se leiloar?*

GT5B7R4: Esta questão está fora do escopo do PARMIS e da COPROD/IBAMA, sendo objeto de atuação individual ou dos movimentos sociais em que os(as) diversos(as) atores(atrizes) se engajam. As decisões pela venda de ativos da PETROBRAS é de exclusiva responsabilidade da empresa.

GT5B7D5. *Para se pensar nos próximos passos da implementação prática para reformulação dos Programas, é crucial redefinir a dinâmica de poder e a tomada de decisões da empresa poluidora, bem como garantir o cumprimento efetivo das suas obrigações de mitigação e compensação ambiental. Quais outras propostas estão sendo consideradas para garantir que as medidas de mitigação não sejam submetidas apenas a uma saída conveniente para a empresa poluidora e sim uma garantia do compromisso do licenciamento ambiental com o bem-estar da sociedade?*

GT5B7R5: Todo o Plano Macro está sendo pensado nesse sentido. Os resultados da pesquisa do PARMIS e as proposições realizadas no âmbito do Eixo 4 também são pensadas nesse sentido. É um caminho longo, há limites colocados pela institucionalidade do licenciamento ambiental, mas esta é a intencionalidade do esforço em torno do Plano Macro, que não é pouco.

GT5B7D6. *Como lidar com o ego de algumas executoras que fazem dos projetos seus laboratórios de experiências e colocam seus interesses acima do Plano Macro?*

GT5B7R6: A padronização metodológica dos Programas do Plano Macro e a perspectiva de suas ações serem cofinanciadas têm a possibilidade de reduzir a personificação na condução dos projetos/programas por parte dos(as) técnicos(as) do IBAMA, das empresas petrolíferas ou das equipes executoras. Além disso, o Programa Macrorregional de Formação Continuada propõe-se a favorecer um planejamento

integrado das ações, promovendo maior aproximação entre o corpo técnico do IBA-MA e as equipes executoras dos Programas macrorregionais.

GT5B7D7. *Como as informações e dados fornecidos pelos PEA chegam para a PETROBRAS? A PETROBRAS tem acesso aos produtos entregues pelos PEA a respeito dos impactos? Está prevista a criação de um site/portal reunindo as informações do Plano Macro?*

GT5B7R7: Atualmente, as informações acessíveis são aquelas sistematizadas nos relatórios que são encaminhados à COPROD/IBAMA. Todos os produtos dos PEA e outros projetos socioambientais protocolados no âmbito do licenciamento ambiental são públicos. Nesse sentido, não apenas a PETROBRAS, mas a sociedade como um todo pode ter acesso, sendo que o mesmo deve ser solicitado à COPROD/IBAMA. Especificamente no âmbito do Plano Macro, entende-se que o acesso aos produtos e resultados dos projetos socioambientais exigidos para o monitoramento e mitigação de impactos deve ter seu acesso facilitado, fato que recentemente foi viabilizado por meio do Portal do PMCS, que pode ser acessado em <https://www.informapetroleo.com.br/>.

GT5B7D8. *Os resultados do PEA de avaliação, em parceria com a PUC/RJ, foram apresentados e sistematizados para conhecimento de todos(as)?*

GT5B7R8: Os resultados do PEA Avaliação foram publicizados e debatidos no âmbito do I Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás realizado pela PUC/RJ em 2019. Também foi debatido individualmente com cada coordenação de PEA e empresa, objeto do PEA Avaliação, que teceram seus comentários a respeito. Na época, houve uma culminância de fatores que resultou no encerramento do PEA Avaliação, mas seus resultados estão disponíveis no processo 02022.001019/2011-10 e podem ser acessados via SEI. A totalidade de conteúdos está sob a tutela da PETRORIO, que adquiriu a licença cujo PEA Avaliação era condicionante.

GT6: Dúvidas sobre a Consulta Pública do PARMIS

Este grupo temático versa sobre as dúvidas envolvendo objetivos, acesso a documentos, temporalidade e desdobramentos da Consulta Pública conduzida pelo PARMIS. Possui dois blocos: Acesso à informação (GT6B1) e Acesso a documentos (GT6B2).

Bloco 1 - Acesso à informação

GT6B1D1. *Quando disponibilizarão o link para as perguntas?*

GT6B1R1: Durante o Seminário Virtual realizado em 22 de agosto de 2023, foi disponibilizado no *chat*, por meio de *link*, uma enquete, onde os(as) participantes escreveram suas dúvidas, sendo possível votar nas perguntas que já haviam sido realizadas na enquete e algumas foram respondidas durante o evento. Ademais, na mesma data foi disponibilizado o *link* para preenchimento do formulário *on-line*. Todas as contribuições, respondidas ou não no evento, integram o presente documento.

GT6B1D2. *Podemos ter acesso a estes slides?*

GT6B1R2: Sim. Os *slides* das apresentações realizadas pela equipe técnica do PARMIS e da COPROD/IBAMA estão disponíveis no *site* do Laboratório MARÉSS/FURG.

Apresentação do PARMIS:

<https://maress.furg.br/images/PROJETOS/PARMIS/Apresentacoes/ApresentacaoPARMIS.pdf>:

Apresentação da COPROD/IBAMA:

<https://maress.furg.br/images/PROJETOS/PARMIS/Apresentacoes/ApresentacaoIBAMA.pdf>

GT6B1D3. *A consulta pública abre hoje? Qual site?*

GT6B1R3: A terceira etapa da Consulta Pública iniciou no dia 22 de agosto de 2023 às 18h, e teve ampla divulgação no *site* do Laboratório Interdisciplinar MARÉSS e nas redes sociais do PARMIS. O modo de consulta nesta etapa foi o formulário *on-line*, que recebeu as dúvidas e contribuições por escrito. Essa etapa foi encerrada no dia 30 de outubro de 2023.

GT6B1D4. *A apresentação ficará gravada?*

GT6B1R4: A apresentação do evento “Seminário Virtual” foi gravada e está disponível no *link*: [III Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás - YouTube](#).

Bloco 2 - Acesso a documentos

GT6B2D1. *Onde estão os documentos que fundamentam a audiência pública? Exemplo: Parecer Técnico Nº189/2020? Onde encontro o documento: Parecer Técnico Nº189/2020-COPROD/CGMAC/ DILIC- 15 de maio de 2020 do IBAMA?*

GT6B2R1: O evento é parte de uma Consulta Pública, não se tratando de audiência pública, considerando que é em torno de proposições de Programas para compor o Eixo 4 do Plano Macro que está sendo conduzido no âmbito do Projeto PARMIS. Assim, não se trata de uma etapa do licenciamento. Os documentos 1 e 2-3, que fundamentam a Consulta Pública, estão disponíveis no *site* do Laboratório Maréss: <https://maress.furg.br/>.

Com relação ao Parecer Técnico Nº189/2020-COPROD/CGMAC/DILIC 15 de maio de 2020, este se encontra disponível no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do IBAMA, e para acessar deve-se solicitar utilizando o número do processo nº 02022.000198/2020-51. Nesse processo, é possível verificar todos os pareceres elaborados pelo IBAMA, plano de trabalho e demais documentos que orientaram a execução do PARMIS.

GT6B2D2. *No Pescarte, há um formulário de acompanhamento da incidência política. É possível compartilhar o formulário com o PARMIS? Destaca-se que há um documento Word intitulado como “proposta de integração dos PEA”.*

GT6B2R2: Os materiais podem ser encaminhados por meio do formulário *on-line* da Consulta Pública ou por e-mail, ambos disponíveis no *site* e redes sociais do Laboratório MARÉSS/FURG e do PARMIS.

GT6B2D3. *Os três primeiros Programas estão ligados a impactos específicos. Compreende-se que é possível ainda identificar outros impactos ou qualificá-los melhor, ainda nessa consulta? E isso poderá modificar o escopo dos Programas propostos ou*

ampliá-los?

GT6B2R3: Sim. Em um primeiro momento, a Consulta tem a intenção de qualificar os Programas, então é possível modificar o escopo deles, desde que devidamente justificado e em consonância com as diretrizes do Plano Macro, como de ser um impacto que ocorre de forma recorrente em sua área de abrangência. Em um segundo momento, após o período da Consulta, haverá um processo de detalhamento metodológico dos Programas, quando ainda ocorrerão ajustes. E, por último, sendo o Plano Macro um plano diretor, seu propósito é que os Programas de Caracterização qualifiquem a análise integrada dos impactos, que se reverbera nos Programas destinados à mitigação, como os Programas do Eixo 4 também aportam modificações ao longo do tempo.

GT7 – Outras dúvidas

Neste GT encontram-se as oito dúvidas referente ao processo de Consulta Pública que não foram respondidas por falta de contexto/contextualização. Possui um bloco (GT7B1).

Bloco 1- Dúvidas não respondidas

GT7B1D1. *Ao refletir sobre a questão referente a inúmeras metodologias. As metodologias não estão de acordo com as necessidades? Demandas e desdobramentos da mitigação?*

GT7B1D2. *A avaliação cita como fragilidade dos PEA uma atuação que permeia o papel do Estado e dos movimentos sociais. Como se chegou a essa conclusão?*

GT7B1D3. *Qual foi o motivo para ser três anos para capacitação?*

GT7B1D4. *Considerando a quantidade dos impactos na região, porque os impactos difusos [...] não são mencionados?*

GT7B1D5. *Como entra a síntese dos impactos? Considera importante mencionar os impactos da cadeia de petróleo e gás a serem mitigados.*

GT7B1D6. *A linguagem do Programa não comunica bem. Remete a planilhas e no caso de Educação deveria ser repensado. A COPROD/IBAMA vai repensar também o nome desses eixos?*

GT7B1D7. *Se os PEA vão continuar, qual é o papel dos(as) Educadores(as) de base nesse processo, sujeito de direitos nesse processo, estamos na segunda fase e não está claro?*

GT7B1D8. *Existe alguma incidência dos PEA com relação à cadeia de exploração da empresa?*

4.2. Contribuições sistematizadas ao longo da Consulta Pública

Este item apresenta os procedimentos metodológicos e as contribuições aos Documentos 2-3 do PARMIS realizadas pelo público durante o “Seminário Presencial” e as contribuições obtidas a partir do formulário *on-line*. Entende-se por “contribuição” o ato ou o efeito de colaborar com o desenvolvimento dos produtos do PARMIS, espe-

cialmente aos Programas propostos para o Eixo 4 do Plano Macro. Junto às mesmas, encontram-se os argumentos e justificativas utilizadas pelos(a) proponentes para qualificação dos Programas. O quadro 6 apresenta os grupos temáticos definidos para as contribuições sistematizadas.

Quadro 6 - Classificação das contribuições sistematizadas ao longo da Consulta Pública

Grupo temático	Descrição
GT1 - Contribuições Gerais para o Eixo 4 do Plano Macro	Contém as contribuições que são comuns a todos os Programas do Eixo 4 e/ou ao Plano Macro de forma geral e ao documento 2-3 do PARMIS, envolvendo contribuições acerca da educação ambiental, dos grupos sociais participantes dos Programas, da padronização metodológica, dos indicadores dos Programas do Eixo 4 e outras contribuições.
GT2 - Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas.	Os grupos temáticos (GT2, GT3, GT4 e GT5) apresentam as contribuições direcionadas, respectivamente, aos Programas Macrorregionais: de Controle Social das Rendas Petrolíferas; de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras; Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera; e de Formação Continuada. Cada GT está dividido em blocos que se relacionam com a estrutura dos Programas apresentada no documento 2-3, ou seja, título, justificativa, participantes, abrangência do Programa, periodicidade de avaliação, objetivos gerais e específicos, impactos e fatores de vulnerabilidade socioambientais, perspectiva de mitigação, articulação com os Programas do Plano Macro, inter-relação com demais Programas do Eixo 4, observações e, ainda, escopo/metodologia dos Programas.
GT3 - Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras.	
GT4 - Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera.	
GT 5 - Programa Macrorregional de Formação Continuada.	

Fonte: PARMIS (2023)

GT1 - Contribuições Gerais ao Plano Macro e ao Eixo 4

Na sequência, são apresentadas as contribuições gerais, comuns a todos os Programas do Eixo 4, ao Plano Macro ou ao documento 2-3 do PARMIS, totalizando 26 contribuições divididas em cinco blocos temáticos: Educação Ambiental (EA) (GT1B1); Grupos sociais participantes dos Programas (GT1B2); Padronização metodológica (GT1B3); Indicadores dos Programas do Eixo 4 (GT1B4); outras contribuições (GT1B5).

Bloco 1 - Educação Ambiental (EA)

GT1B1C1. *Criar um fundo de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental.*

GT1B1C2. *Incluir a Educação Ambiental no título, objetivo geral e objetivos específicos, bem como nos processos de ensino-aprendizagem.*

GT1B1J1J2: Não houve justificativas.

GT1B1C3. *Manter o nome Educação Ambiental no título e objetivos do Programa ou Projeto de Educação Ambiental condicionante de licença dos empreendimentos de petróleo e gás licenciados pela COPROD/IBAMA.*

GT1B1J3: Do ponto de vista teórico, quando se fala em Educação Ambiental (EA), está se falando em uma dimensão da Educação, de caráter interdisciplinar, que toma a questão ambiental como objeto pedagógico. Esta tem sido a compreensão internacional, que foi se consolidando por meio de muitas Conferências Intergovernamentais, tais como: Estocolmo (1972), em seu Princípio 19 e da Recomendação

96, Belgrado (1975) e Tbilisi (1977). Essa perspectiva de Educação Ambiental, por sua vez, foi sucessivamente internalizada no ordenamento jurídico brasileiro. Na Lei nº 6.938/81, como um dos princípios que devem reger a sua implementação; na Constituição de 1988, como uma das sete incumbências do poder público para tornar efetivo o direito coletivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (§ 1º, art. 225); e, na Lei nº 9.795/99, explicitada em termos de conceito (art. 1º), contexto frente à Educação nacional (art. 2º); incumbência para garantir o direito à EA (art.3º); princípios básicos (art.4º) e objetivos fundamentais (art. 5º). Legalmente, portanto, a supressão no nome Educação Ambiental pode trazer consequências graves se, de fato, considerar-se o Eixo 4 como o que atende à obrigatoriedade da Educação Ambiental no licenciamento. O nome EA é vinculado a princípios, conceitos e diretrizes que são próprios daquela área, os quais, por sua vez, passam a compor o escopo dos Programas e projetos a ele associados. Se os Programas propostos são relativos ao cumprimento da condicionante de Educação Ambiental, que é uma exigência legal conforme Art. 6º, inciso II do decreto de regulamentação nº 4.281/2002 da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), sua execução é compulsória com esse sentido e com o objetivo que lhe cabe, conforme Instrução Normativa nº 02/2012 do IBAMA e corroborado pelo Guia de Programas de Educação Ambiental do Licenciamento Ambiental Federal (publicado pelo órgão em março de 2023), de organizar processos de ensino-aprendizagem de modo a “proporcionar meios para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades, e contribuir para o desenvolvimento de atitudes, visando a participação individual e coletiva na gestão do uso sustentável e na conservação dos recursos ambientais, bem como, na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade ambiental (meios físico natural e sociocultural)” (IBAMA, 2023, p. 27). Nesse sentido, a presença do nome promove o balizamento do que cabe a esses Programas e projetos futuros do Eixo 4 e garante o cumprimento de uma exigência legal de uma condicionante do licenciamento ambiental federal. Por isso, é importante ser nomeado como EA (porque define o que é pertinente e o que não é) ou se assume que não são Programas educativos e os PEA precisariam então, ser contemplados fora do Plano Macro. Além disso, respondendo à justificativa dada que o nome “Educação Ambiental” foi retirado porque existe um senso comum sobre este conceito pelos grupos sociais vulnerabilizados que é equivocado, compreende-se que, por tudo já exposto acima, deve-se então ampliar os esforços para seu entendimento para além do senso comum, por meio dos PEA e dos projetos de Comunicação Social, também condicionantes de licença, ao invés de retirar seu nome.

GT1B1C4. *Explicitar o caráter educativo no objetivo geral e os específicos.*

GT1B1J4: A ação concreta no mundo da Educação é aquilo que diz respeito à Educação, no caso, à Educação Ambiental Crítica, que circunscreve o que é pertinente e o que não é em um projeto de educação ambiental no licenciamento, determinando o sentido pedagógico das ações que contribuem para a mitigação de impactos. Esse sentido educativo obrigatório na Educação Ambiental consta nos artigos nº225 da Constituição Federal, na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), na PNEA e na IN nº 02/2012 do IBAMA, além da própria NT CGPEG/IBAMA nº 01/2010. Os efeitos negativos dos empreendimentos ou atividades licenciadas devem ser trabalhados pedagogicamente, como problemas ou conflitos ambientais. Se esses efeitos são percebidos pelo grupo social como imutável ou mesmo naturalizado, tem-se para fins pedagógicos um problema ambiental. Por outro lado, quando a existência do

problema ambiental está sendo questionado de modo coletivo e organizado, objetivando a prevenção e/ou a mitigação do impacto ambiental que o originou, tem-se um conflito ambiental. Ambos os casos constituem matéria prima pedagógica, para ser problematizada, por meio de processos de ensino-aprendizagem dialógicos. Processos que visam ao desenvolvimento das capacidades referentes aos conhecimentos, às habilidades e às atitudes, necessárias à atuação coletiva, organizada e qualificada dos grupos sociais atingidos por impactos ambientais negativos, no sentido de prevenir ou minimizar os seus efeitos adversos em seus territórios.

GT1B1C5. *Explicitar como estará estruturada a Educação Ambiental dentro da proposta dos Programas macrorregionais do Eixo 4 do Plano Macro.*

GT1B1J5: A EA é uma exigência da legislação federal, sendo um processo educativo “voltado para a prevenção, mitigação e/ou compensação dos impactos incidentes sobre os grupos, os indivíduos ou os segmentos sociais afetados, direta ou indiretamente, por empreendimentos, promovendo a organização e a participação qualificada nos processos decisórios sobre atividades que afetam a qualidade de vida, a gestão territorial e o meio ambiente” (IBAMA, 2023, p. 10). Nessa mesma publicação é definido o que é um Programa de Educação Ambiental (PEA), sendo este constituído de linhas de ação, definidas por Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP), das quais partem um ou mais projetos executivos. A garantia da diversidade metodológica é uma exigência das próprias normas existentes, principalmente na Lei nº 9.795/99, que institui a PNEA, uma vez que o como fazer depende de público, tema, necessidade e características locais. Portanto, as linhas de ação de um Programa deveriam ser pensadas e planejadas para atender a essa diversidade. Porém, dentro dos Programas propostos a serem realizados com os grupos sociais, a Educação está apresentada de forma explícita apenas em alguns objetivos específicos, como no Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas, em “1. Mobilizar participantes e conduzir processos de ensino-aprendizagem visando o desenvolvimento de habilidades para o controle social do orçamento público e políticas de ordenamento territorial” e em um recorte muito específico do processo educativo, em “5. Elaborar materiais didáticos conforme necessidade do Programa, incluindo orçamento municipal e rendas petrolíferas, considerando as informações produzidas pelo PMCRP e o perfil dos(as) participantes do Programa;”. Essa lógica se repete nos objetivos específicos do Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras. No Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera, ela não se apresenta, podendo ser indiretamente interpretada que se encontra em “2. Produzir e divulgar conteúdo a partir das informações do monitoramento, considerando a adequação de linguagem, possibilitando assessorar os grupos sociais vulneráveis aos impactos”. Portanto, fica o questionamento se e de que forma ela será contemplada segundo a legislação vigente. Ademais, o que caracteriza um programa ou projeto de Educação Ambiental é a sua obediência aos princípios básicos e objetivos fundamentais consignados, respectivamente, nos artigos 4º e 5º da Lei nº 9.795/99. Em outras palavras, os objetivos, bem como a concepção metodológica do PEA, devem traduzir necessariamente, no plano pedagógico-operacional, esse balizamento conceitual-legal. Evidentemente, o órgão ambiental pode eleger projetos de mitigação de impactos socioambientais com propósitos distintos dos PEA, desde que garanta cumprimento do artigo 6º do Decreto nº 4.281/2002.

Bloco 2 - Grupos sociais participantes dos Programas

GT1B2C1. *Inserir a previsão de atendimento à consulta livre, prévia e informada, quando envolve povos e comunidades tradicionais.*

GT1B2J1: Considerando que é uma bandeira dos movimentos sociais e comunidades tradicionais que reverbera em uma forma de incidência e gerência na política de licenciamento ambiental federal de petróleo e gás.

GT1B2C2. *Realizar oficinas regionalizadas ou preferencialmente locais de planejamento com os PEA para todos os Programas.*

GT1B2J2: A pedido de diferentes grupos sociais impactados, levando em conta a OIT 169/1989, de modo a considerar a realidade dos(as) SAE na construção dos Programas, em especial dos projetos pedagógicos.

GT1B2C3. *Consultar e receber contribuições dos(as) SAE sobre os Programas com um prazo alargado.*

GT1B2J3: Dar conta de responder os anseios do público, um ano talvez não seja suficiente.

GT1B2C4. *Criar um fórum de debates com periodicidade semestral ou anual acerca das ações desenvolvidas pelo Plano Macro, com o envolvimento da COPROD/IBA-MA, empresas petrolíferas, pesquisadores(as), educadores(as), Sujeitos(as) da Ação Educativa, coordenação, trabalhadores(as), e demais envolvidos(as) na temática, e que os resultados das discussões possam subsidiar as decisões do CCI de uma forma ampliada e inovadora.*

GT1B2J4: Compreendemos que os(as) sujeitos(as) da ação educativa, após todos os anos de desenvolvimento dos PEA, têm condições cognitivas e técnicas para participarem de um espaço de análise e deliberação para a mitigação dos impactos que afetam suas vidas.

GT1B2C5. *Incluir projetos específicos, ou prever linhas metodológicas específicas para tratar os povos e comunidades tradicionais impactados direta ou indiretamente pela cadeia produtiva da indústria do petróleo.*

GT1B2J5: Segundo a própria listagem de impactos relacionados do Apêndice 1 do Documento 2-3, existem impactos identificados que incidem sobre os povos e comunidades tradicionais (não específicos da pesca), como “Aumento da insegurança da permanência de comunidades tradicionais no território”, “Depreciação e desestruturação de processos produtivos das comunidades” e “Perda e/ou diminuição da identidade histórico-cultural, do sentimento de pertencimento do território e dos saberes tradicionais”. Como as propostas parecem indicar, as comunidades tradicionais não pesqueiras que são impactadas pela indústria de petróleo serão contempladas no Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas e no Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera de forma indireta, mas não apresenta de que forma, dando a compreensão que estarão junto com todo o “bolo” do público contemplado. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007) define como povos e comunidades tradicionais os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que

ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;”. Além dessa, o Brasil aderiu à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2004, por meio do decreto presidencial nº 5.051, hoje incluída no Decreto nº 10.088/2019, que diz que os governos deverão “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, por meio de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. Portanto, se hoje existem projetos que trabalham especificamente com esses povos que são afetados pela indústria do petróleo e possuem metodologias específicas para trabalhar com eles, essas comunidades não deveriam ser tratadas no meio de outras. O Decreto nº 6.040/2007 é claro ao definir esses povos e comunidades tradicionais, como detentores de especificidades próprias, não podem ser desconsideradas no processo educativo. Logo, nos Programas propostos para o Eixo 4, deve haver projetos específicos ou linhas metodológicas específicas voltadas a esses povos impactados. Trata-los, dentro dos(as) participantes do Programa como mais um não atingirá seu objetivo com esse público e fere o direito constitucional da igualdade, pois tratar os desiguais como iguais é promover a desigualdade. Cabe destacar que os povos e comunidades tradicionais são diversos e não cabe, também, tratá-los como se funcionassem de igual maneira (quilombolas, indígenas, caiçaras, pescadores(as) etc.). Há possíveis interseções, como uma comunidade quilombola onde há pescadores(as), mas estas não se misturam e viram uma só – a identidade quilombola que também pesca não é a mesma da comunidade pesqueira urbana, entre outros exemplos. Logo, mesmo no Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras, não devem ser misturadas questões que são bem diferentes, como a luta pelo território quilombola, por exemplo, com a luta pela institucionalização de um território pesqueiro.

GT1B2C6. *Colocar como público prioritário do Programa, ou em seu projeto de Educação Ambiental, os grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental.*

GT1B2J6: Dentre os Programas, os que se propõem a conduzir processos de ensino-aprendizagem diretamente com os grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental são apenas os dois primeiros (sendo o segundo focado apenas nas comunidades pesqueiras). O terceiro (Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera) parece ser uma pesquisa/levantamento e divulgação de informações apenas (ou seja, atuaria de forma indireta); e o quarto é voltado para os próprios técnicos e técnicas dos Programas. Ainda que dentro de cada programa haja vários projetos, há uma limitação na mitigação dos próprios impactos segundo a concepção de EA existente nas normativas legais e do IBAMA, que é trabalhar com os(as) sujeitos(as) em situação de vulnerabilidade. Na página 16/17 do próprio documento 2-3 da consulta, coloca-se a mitigação como um processo educativo para uma maior qualificação na participação social dos grupos vulneráveis, pois “trata-se de características pré-existent na dinâmica social que resultam em maior intensidade dos impactos socioambientais”. Porém, no Programa Macrorregional de Controle Social de Rendas Petrolíferas, o público é muito amplo, correndo-se dois riscos bem relevantes: o risco de priorizar grupos já privilegiados da sociedade, como, dentro de organizações da sociedade civil, uma ONG famosa mas que não dialoga com a base ou, dentro de movimentos de juventude, universitários(as) de classe média; e o risco de ter um público muito diverso e não ter uma identidade que una aquele coletivo

em prol da desejada ampliação da qualidade da participação na Gestão Ambiental Pública, o que gera ao mesmo tempo um problema inerente a esse processo – como contemplar metodologia para todos(as) sem considerar suas especificidades dentro da diversidade? Compreendemos que, quando não priorizamos abertamente os grupos que já sofrem exclusão nos processos decisórios em várias instâncias na sociedade, estamos contribuindo para que continuem dessa forma, o que vai de encontro ao preconizado pela EA Crítica e as bases para a Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública.

Bloco 3 - Padronização metodológica

GT1B2C1. *Definir e descrever o conjunto de documentos orientadores dos processos de ensino-aprendizagem, tipo projeto pedagógico.*

GT1B3J1: Visa a padronização metodológica, espelhada na Educação formal, para que sejam ferramentas de avaliação e padronização do processo de ensino-aprendizagem.

GT1B3C2. *Definir com base teórica termos polissêmicos, por exemplo, participação, eficiência, eficácia, dentre outros.*

GT1B3J2: Não houve justificativa.

Bloco 4 - Indicadores dos Programas do Eixo 4

GT1B4C1: *Debater e aprofundar os indicadores para o Plano Macro, principalmente os de “mobilização” e “processo de ensino-aprendizagem”.*

GT1B4J1: Os conceitos de mobilização e processo de ensino-aprendizagem são dois temas ontológicos, sendo, na verdade, o objeto do processo educativo que é a constituição desse(a) sujeito(a) que vai mudar essa realidade de exclusão, de alinhamento político. Sugere-se observar como os processos de Educação formal constroem seus indicadores, por meio de documentos estratégicos e operacionais, tipo projeto pedagógico.

GT1B4C2. *Realizar um debate para aprofundar os indicadores, visto a complexidade dos mesmos e dos contextos diferenciados de execução dos PEA.*

GT1B4J2: Importante entender um pouco mais, como se dará a avaliação dos indicadores, considerando o tempo de execução dos PEA, a temporalidade dos processos educativos e os avanços na organização social.

GT1B4C3. *Aprofundar e detalhar melhor os objetivos, a metodologia e os indicadores dos Programas propostos por meio de encontros com representantes dos diversos segmentos envolvidos na EA no licenciamento ambiental.*

GT1B4J3: Segundo os(as) analistas do IBAMA sinalizaram nas etapas anteriores desta consulta, há ainda várias perguntas sem respostas definidas e que precisarão de debate coletivo; utilizamos esse espaço para apoiar e reforçar a importância dessa proposta do órgão.

GT1B4C4. *Considerar como indicadores a dimensão do trabalho desenvolvido e se a estratégia está sendo adequada.*

GT1B4J4. Tem o intuito de contribuir com a efetividade do Programa.

GT1B4C5. *Incluir indicadores relacionados à produção científica (ex. nº de bolsas, nº de artigos submetidos, nº de dissertações produzidas, nº de publicações, percentual de investimento no PEA etc.).*

GT1B4J5. Indicador relevante para os PEA que possuem universidade como executora porque acabam tendo uma demanda grande de bolsas de estudos, artigos científicos e outras produções.

GT1B4C6. *Debater amplamente os indicadores com os(as) profissionais que conduzem processos educativos nos PEA para que sejam detalhados e mais próximos à realidade de um projeto de educação ambiental crítica no licenciamento ambiental federal, considerando a experiência resultante dos bons resultados alcançados nesses anos de implementação.*

GT1B4J6. Os objetivos dos Programas propostos e os indicadores relacionam-se de tal forma que parecem anular o processo educativo e colocar no mesmo patamar do processo ensino-aprendizagem outras categorias que deveriam ser entendidas a partir do processo ensino-aprendizagem. Além disso, há indicadores de incidência política que devem ser olhados com cuidado para serem direcionados a captar o que pode ser esperado de um PEA (resultado do processo de ensino-aprendizagem) e não o que é além, impacto na sociedade, que depende de outros fatores além do controle de um PEA. No caminho da incidência política, compreendendo a função do PEA de auxiliar nesse percurso que leva à proposição de alguma mudança em uma política pública, devem ser consideradas todas as formas de participação, não dando foco em espaços que precisam de organizações com CNPJ para participar (conselhos, comitês), pois isso não é uma realidade em todas as comunidades, em especial nos grupos sociais vulneráveis, pois a formalização exige recursos, tempo e organização; além de que existem diversas questões de representatividade e coletividade que perpassam isso e esse debate não foi posto em nenhum momento. Ainda, cabe frisar que a participação social em espaços da gestão pública é, ao mesmo tempo, um espaço onde ocorre o processo pedagógico e um objetivo da EA na gestão ambiental pública, um não pode estar descolado do outro, com risco de perder o objetivo de fortalecer a autonomia dos grupos vulneráveis e manter uma certa tutela do PEA.

GT1B4C7. *Modificar a opção de ser fechada, escolha única, para múltiplas escolhas no caso dos indicadores de Comunicação e Divulgação, mais especificamente o indicador 1.1. “Caracterização dos materiais e conteúdos produzidos, independentemente da finalidade” (Quadro 1), indicador tipo de dado: escolha única e 1.3. “Caracterização dos canais de divulgação, interação e mobilização, independente da finalidade” (Quadro 3), indicador tipo de dado: escolha única.*

GT1B4J7. Nestes dois indicadores, nos tipos de dados parâmetro alcance estão opções fechadas, escolha única, mas se propõe que sejam múltiplas escolhas para a divulgação em todos os atores e atrizes dos territórios em que o projeto está atuando e não se limitando a uma só escolha.

GT1B4C8. *Avaliar se alguma questão do formulário de incidência política elaborado no âmbito do Projeto Pescarte pode ser aproveitada.*

GT1B4J8. Formulário para incidência política para avaliação de análise macro; no link: [Formulário para incidência política.](#)

GT1B4C9. *Incluir indicadores de valorização dos(as) educadores(as) ambientais.*

GT1B4C10. *Ampliar a abrangência/teor/componentes dos indicadores de incidência política (reuniões, cartas públicas, manifestações, CNPJ etc.).*

GT1B4C11. *Excluir os indicadores de processo do Documento, manter apenas os indicadores de resultado.*

GT1B4J9J10J11: Não houve justificativas.

Bloco 5 - Outras contribuições

GT1B5C1. *Prever no corpo do texto espaços de diálogo entre as equipes executoras e o órgão ambiental.*

GT1B5J1: Atualmente esses espaços encontram-se em segunda ordem de diálogo.

GT1B5C2. *Limitar o nome para “Eixo 4” ou que use um termo mais adequado do que “Intervenção”.*

GT1B5J2: Com relação ao nome do Eixo 4, coloca que o termo intervenção indica que há um(a) sujeito(a) passivo(a) e é importante indicar o encontro de dois(duas) sujeitos(as), característica de processos sociais formativos.

GT1B5C3. *Avaliar a eficiência e a produção de dados a respeito do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira.*

GT1B5J3: O PCAP atende a determinados problemas e é importante considerar se há dados consistentes sobre o sucesso dos PCAP, se os projetos atingem seu objetivo, principalmente pelo tempo de execução e da complexidade das vulnerabilidades a que as comunidades são acometidas.

GT1B5C4. *Substituir na página 14 do Documento 2-3 “[...] o desenvolvimento do Portal on-line é do Subcomitê Portal.” por “[...] o desenvolvimento do Portal on-line é do Subcomitê do Programa Macrorregional.*

GT1B5J4: O subcomitê do Portal foi redesignado na XIII Reunião Ordinária do CCI, ocorrida em 14/09/22, passando a ser nomeado Subcomitê do Programa Macrorregional de Comunicação Social.

GT1B5C5. *Considerar o PEAT - Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (adoção de nova nomenclatura) como pertencente aos Eixos 3 e 4 de “Comunicação Social”*

GT1B5J5: Pela Nota Técnica nº 05/2020, o PEAT deve atuar na Educomunicação de impactos ambientais das diferentes atividades, bem como comunicar os resultados dos demais projetos ambientais, dentre outros, auxiliando os trabalhadores e trabalhadoras a exercerem seu papel de cidadãos e cidadãs em prol da preservação do meio ambiente.

GT1B5C6: *Considerar, na delimitação do escopo dos Programas do Eixo 4 do Plano Macro, a contribuição dos resultados das avaliações dos projetos de educação ambiental vigentes.*

GT1B5J6: Além dos impactos listados no Apêndice 1 do documento e dos resultados futuros do Eixo 1 e PMAIS do Plano Macro, existe um acúmulo de conhecimento da experiência da atuação direta com as comunidades impactadas na região de

abrangência dos PEA que será de contribuição fundamental para se pensar os Programas futuros ligados ao licenciamento ambiental. Os resultados das avaliações que vêm sendo feitas pelos projetos auxiliarão a entender a complexidade dos impactos da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás em toda a região, já que carregam consigo o histórico de anos que vêm trabalhando com grupos sociais vulneráveis em diversos territórios. A restrição de temas dos Programas propostos para o Eixo 4 do Plano Macro não abre a possibilidade de ter outros impactos (e suas consequências) a serem considerados e, portanto, a serem trabalhados nos PEA, o que pode levar a um subdimensionamento das ações necessárias para a mitigação dos impactos.

GT1B5C7. *Considerar pautas e propostas que surgiram nas articulações entre os PEA realizados estrategicamente nos Regionais dos PEA.*

GT1B5J7: Contribuições para o debate já iniciado sobre como promover uma integração entre os PEA com objetivos afins podem ser acessados no [link](#):

Contribuições para Debates

GT1B5C8. *Redigir os objetivos específicos dos Programas relacionado à divulgação dos resultados conforme previsto no PMCS para “Divulgar os resultados do programa no âmbito do PMCS e Programa Macrorregional de Educação Ambiental de Trabalhadores (PMEAT), considerando as ações de comunicação e divulgação com uso dos materiais produzidos”.*

GT1B5J8: Não estão previstas ações de divulgação de nenhum programa do Eixo 4 na proposta metodológica do PMCS. Além disso, os resultados de projetos e Programas são um dos enfoques previstos no processo de padronização dos PEAT, conforme NT nº 05/2020.

GT1B5C9. *Abranger os meios de comunicação em massa nas ações do Plano Macro.*

GT1B5J9: Destaca-se que os grupos sociais consideram importante utilizar os meios de comunicação de massa para a mobilização, além de ser uma forma de evidenciar os resultados da mitigação de impactos.

GT1B5C10. *Conferir uma institucionalidade jurídica ao PEA em algum arranjo.*

GT1B5J10: Constata-se que, para efetivar a incidência política, os PEA necessitam de uma institucionalidade mais robusta e definida, que permita a equipe técnica, formada em grande parte por comunitários(as), fazer parte dos espaços de participação formalmente, processo que tem sido prejudicado pelo fato dos PEA, em geral, não possuírem CNPJ. Em Conselhos Estaduais e Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), os PEA não têm conseguido ocupar oficialmente plenárias e câmaras técnicas, pois não fica claro para a secretaria executiva dessas instituições a origem dos projetos. A dúvida é se os projetos são pertencentes a entidades privadas que possuem CNPJ, como as consultorias, ou são projetos engendrados pelo Estado, na figura do IBAMA. Sob tal desenho organizacional, alguns espaços têm vetado a participação da equipe técnica que, como sabemos, é requerida pelos(as) SAE para apoiá-los(as) na disputa de narrativas composta por agentes com diferentes níveis de poder. Mesmo os PEA que são executados por Universidades têm apresentado dificuldade em compor processos eleitorais nos CBHs. Os PEA

que atuam via associação têm avançado e conquistado os espaços com seus CNPJ.

GT1B5C11. *Renomear os eixos apresentados na página 15 do Documento 2-3 para: “Eixo 1 - Caracterização de Aspectos da Indústria do Petróleo”; “Eixo 2 - Avaliação Integrada de Impactos e Conflitos”; “Eixo 3 - Comunicação e Formação Continuada”; e “Eixo 4 - Educação Ambiental para o Exercício da Cidadania”*

GT1B5C12. *Avaliar a inserção da pesquisa no escopo de todos os Programas.*

GT1B5J11J12: Não houve justificativa.

GT2 - Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas

Em relação às contribuições direcionadas ao Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas, tiveram um total de 19 contribuições, organizadas em oito blocos: Título (GT2B1); Participantes do Programa (GT2B2); Objetivos geral e específicos (GT2B3); Impactos e fatores de vulnerabilidade socioambientais (GT2B4); Articulação com demais Programas do Plano Macro (GT2B5); Inter-relação com demais Programas do Eixo 4 (GT2B6); Indicadores (GT2B7) e Escopo/metodologia (GT2B8).

Bloco 1 - Título

GT2B1C1. *Renomear o Programa Macrorregional de Controle Social das Rendas Petrolíferas para Programa Macrorregional da Participação Social nas Políticas Públicas (PMPP).*

GT2B1J1: Dessa forma, mantém-se a participação social no orçamento público sem excluir a participação no planejamento estratégico que o antecede, com foco na destinação das rendas petrolíferas, incluindo, além dos tributos (*Royalties*, PE, ISS e ICS), as demais rendas advindas da indústria como compensação ambiental, TAC (termo de ajustamento de conduta) e multas. Esse Programa pode escalar os níveis regional e nacional, subsidiado pelos dados dos Eixos 1 e 2, com as decisões de logística ou empreendimentos associados.

Bloco 2 - Participantes do Programa

GT2B2C1. *Avaliar a quantidade/abrangência dos(as) participantes, considerando a necessidade de diferentes metodologias.*

GT2B2J1: Considera-se que a metodologia do programa vai depender desse público.

Bloco 3 - Objetivos geral e específicos

GT2B3C1. *Incluir “melhor aplicação das rendas petrolíferas”, além da redução da dependência em relação às rendas petrolíferas no orçamento municipal.*

GT2B3J1: Consideração quanto à justiça intergeracional.

GT2B3C2. *Acrescentar o item “C”, sobre melhor aplicação dos royalties no município e região, no objetivo específico 3 (Promover espaços de discussão democráticos sobre).*

GT2B3J2: Para dar coerência entre o objetivo geral e os objetivos específicos

GT2B3C3. Considerar o objetivo 4 (Fomentar a articulação permanente entre organizações em nível municipal, regional, estadual e nacional para a promoção de debates sobre o uso de rendas petrolíferas) como uma ação dentro do objetivo 2 (Fomentar a participação popular qualificada em espaços de decisão sobre o orçamento público e políticas de ordenamento territorial).

GT2B3J3. É um meio de potencializar a participação.

GT2B3C4. Considerar o objetivo 5 (Elaborar materiais didáticos conforme necessidade do programa, incluindo orçamento municipal e rendas petrolíferas, considerando as informações produzidas pelo PMCRP e o perfil dos(as) participantes do Programa) como uma ação do objetivo 1 (Mobilizar participantes e conduzir processos de ensino-aprendizagem visando o desenvolvimento de habilidades para o controle social do orçamento público e políticas de ordenamento territorial).

GT2B3J4: Os materiais didáticos não têm fim neles mesmos.

GT2B3C5. Explicitar, no objetivo 2 (Fomentar a participação popular qualificada em espaços de decisão sobre o orçamento público e políticas de ordenamento territorial), que a ação educativa deve realizar discussão do orçamento associado à discussão de políticas públicas e não se limitar à política territorial.

GT2B3J5: Há pouca ênfase na discussão do orçamento associado à discussão de políticas públicas.

GT2B3C6. Incluir “promover processos de ensino-aprendizagem que contribuam para a redução da dependência das rendas petrolíferas no orçamento público”.

GT2B3J6: Não houve justificativa.

Bloco 4 - Impactos e fatores de vulnerabilidade socioambientais

GT2B4C1. Considerar a “Desinformação [...]” e a “Diminuição da governabilidade local...” como fatores de vulnerabilização.

GT2B4C2. A falta de informação ou desconhecimento muitas vezes independe do interesse do(a) sujeito(a) quando esta não chega de forma adequada ou não é devidamente publicizada. Essa questão reflete na participação efetiva do(a) SAE no processo de gestão ambiental pública.

GT2B4J1J2: Não houve justificativa.

Bloco 5 - Articulação com demais Programas do Plano Macro

GT2B5C1. Incluir o texto: “A articulação com o PMCS (Eixo 3), uma vez que seus resultados e indicadores irão compor os conteúdos de comunicação e de divulgação, da mesma forma que serão abordados nas atividades abrangidas pelo Programa Macrorregional de Educação ambiental de Trabalhadores”.

GT2B5J1. Deverá haver também articulação com PMEAT, com a mesma intenção relativa ao PMCS. Originalmente, o PMEAT compunha o Eixo 3 do Plano Macro e atualmente passou a compor também o Eixo 4, dessa forma, tal reflexão pode ser aplicada neste item e no subsequente, considerando seu duplo papel de comunicação social e educação ambiental.

Bloco 6 - Inter-relação com demais Programas do Eixo 4

GT2B6C1. *Incluir o texto: “Programa Macrorregional de Educação Ambiental de Trabalhadores, uma vez que este programa receberá como subsídios as informações levantadas e produzidas no âmbito do programa e poderá ser um espaço de mobilização dos(as) trabalhadores(as), tratando o tema das rendas petrolíferas como um dos conteúdos de forma periódica”.*

GT2B6J1: Vale prever conexão com PMEAT, considerando que os(as) trabalhadores(as) abrangidos(as) por este programa são, ao menos em parte, moradores dos municípios que poderão compor o público do programa de controle social de rendas petrolíferas. Tal relação poderá ser mais bem explorada a partir dos resultados do PMCST.

Bloco 7 - Indicadores

GT2B7C1. *Inserir como indicadores específicos de incidência política o “nº de propostas (encaminhadas, aprovadas, executadas) sobre processos que envolvam o controle social dos recursos públicos” e “nº de assentos/participações/representações em espaços de participação com interface com a gestão pública municipal, estadual e federal.”*

GT2B7J1: A proposta visa a apresentar indicadores mais adequados para monitorar os resultados do referido Programa.

Bloco 8 - Escopo/metodologia

GT2B8C1. *Considerar a visão técnica/tecnicista quando se trata de orçamento público, mas também como resultado estratégico e metodológico do processo de ensino-aprendizagem.*

GT2B8J1: Aproveitar os processos correntes.

GT2B8C2. *Manter o levantamento dos temas geradores a partir das realidades locais (necessidades internas), inclusive para a padronização que está sendo proposta.*

GT2B8J2: A mitigação não deve ser um processo estanque, pensando na qualidade de vida da população impactada. Ou seja, que se tenha a mitigação em vista sem perder as demais necessidades das comunidades, sobretudo das comunidades tradicionais.

GT2B8C3. *Estabelecer estratégias e direcionamentos sobre a incidência, a formação e a comunicação, entendendo esta última enquanto instrumento de formação e mobilização e não apenas divulgação de informações.*

GT2B8J3: Cita-se as redes sociais como extremamente ricas para serem exploradas enquanto recurso.

GT2B8C4. *Considerar os aspectos/especificidades municipais e regionais na definição da padronização metodológica.*

GT2B8C5. *Aumentar o diálogo com os(as) sujeitos(as) impactados(as) no processo do Plano Macro.*

GT2B8C6. *Não restringir os espaços de decisão e de participação almejados para a discussão do orçamento e das políticas públicas, como se restringir a projetos de lei na câmara municipal.*

GT2B8J4J5J6: Não houve justificativa.

GT3 - Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras

O Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras recebeu 38 contribuições, distribuídas em seis blocos: Título (GT3B1); Justificativa (GT3B2); Participantes do Programa (GT3B3); Objetivos geral e específicos (GT3B4); Impactos e fatores de vulnerabilidade socioambientais (GT3B5) e Escopo/ metodologia (GT3B6).

Bloco 1 - Título

GT3B1C1. *Adicionar ao título menção às comunidades pesqueiras artesanais.*

GT3B1J1: O texto que trata da questão pesqueira e aborda a pesca artesanal não possui um título que a represente.

GT3B1C2. *Renomear o Programa Macrorregional de Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras para Programa Macrorregional de Segurança Territorial e Redução das Desigualdades (PMSD)*

GT3B1J2. Priorizar os pescadores e as pescadoras artesanais do ambiente marinho, mas deixar a possibilidade de outros grupos vulneráveis, caso identificados como impactados pela indústria do petróleo (ex: agricultores(as) familiares, quilombolas, pescadores(as) lagunares), bem como a possibilidade de atuação direta nos fatores de vulnerabilização, de forma a prevenir impactos, por exemplo, nos cenários de descomissionamentos ou novos empreendimentos. Partindo do território, esse programa pode se conectar com redes regionais e nacionais de bandeiras de grupos sociais específicos.

Bloco 2 - Justificativa

GT3B2C1. *Acrescentar na justificativa o Projeto de Lei (PL nº131/2020).*

GT3B2J1: PL de iniciativa popular dos movimentos de pescadores e pescadoras, que traz menção à instrumentos de regularização fundiária dos povos tradicionais.

GT3B2C2. *Acrescentar na justificativa o conceito advindo da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM) sobre maretório.*

GT3B2C3. *Inserir o termo “saúde” no corpo do texto, como na justificativa, mais especificamente no trecho “[...] articulações que mitiga impactos que ocorrem no ambiente aquático e terrestre, considerando os elementos necessários ao processo produtivo e reprodução social das comunidades pesqueiras artesanais e de saúde [...]” e no trecho “[...] saúde para melhoria da qualidade de vida e do patrimônio natural sociocultural das comunidades [...]”.*

GT3B2J2J3: Não houve justificativa.

Bloco 3 - Participantes do Programa

GT3B3C1. *Incluir outras comunidades e povos tradicionais como participantes do Programa, considerando o uso da expressão “povos e comunidades tradicionais”, ao invés de focar apenas nos(as) pescadores(as) artesanais.*

GT3B3J1: A lista de impactos trazida no Documento 2-3 (pág. 70) demonstra que eles estão para além das comunidades pesqueiras.

GT3B3C2. *Reconhecer a escala do problema provocado pela entrada das empresas de petróleo e gás (ampliá-la de modo a considerar pescadores(as) de águas internas e não somente externas).*

GT3B3J2: Aponta para a necessidade de distribuição do investimento para as comunidades afetadas por essa exploração, que deveria ser feita antes da expropriação do recurso, com o planejamento de um ganho também para as comunidades, não apenas como uma compensação.

GT3B3C3. *Considerar a segurança territorial de outros grupos dentro do Programa.*

GT3B3J3. É possível estabelecer nexos causal de como estava a vida das populações tradicionais que o PEA trabalha e de como essa conjuntura de conflitos (diretos, indiretos ou sem relação com a cadeia produtiva de petróleo) afetam a segurança territorial de outros grupos além dos(as) pescadores(as) artesanais, como agricultores(as) familiares e quilombolas.

GT3B3C4. *Incluir grupos que não estão ligados diretamente à pesca, mas que podem auxiliar nas discussões e articulações por estarem mobilizados com o tema.*

GT3B3J4: Não houve justificativa

Bloco 4 - Objetivos geral e específicos

GT3B4C1. *Destacar o objetivo “mitigar a perda de acesso aos territórios”.*

GT3B4J1: Em alguns casos esses territórios e a pesca artesanal já foram completamente prejudicados e é essencial pensar, para além das ações de mitigação, ações de compensação.

GT3B4C2. *Criar um objetivo específico sobre o reconhecimento profissional dos(as) pescadores(as) artesanais.*

GT3B4J2: Contribuição a partir da vivência com o território pesqueiro em relação a questão de o território estar vinculado à pré e pós-captura, reprodução dos modos tradicionais de vida e do processo produtivo.

GT3B4C3. *Incorporar o gerenciamento costeiro como elemento dos objetivos (geral ou específicos).*

GT3B4J3: Em vista os projetos de lei em tramitação.

GT3B4C4. *Considerar assessorias de caráter regional, além da assessoria local no objetivo 7 (Assessorar a criação, estruturação e regularização de entidades para representação de pescadores e pescadoras artesanais).*

GT3B4J4: Incluir um objetivo específico que trate da geração de trabalho e renda.

GT3B4C5. *Considerar o seguinte texto no objetivo geral: “Mitigar a perda de acesso aos territórios pesqueiros e outros impactos que incidem sobre as co-*

comunidades pesqueiras artesanais, visando a defesa do território e a qualificação da participação popular nos espaços de decisão, contribuindo para a segurança territorial de comunidades pesqueiras artesanais”.

GT3B4J5: Melhoria na redação para garantir clareza no objetivo.

GT3B4C6. *Inserir como objetivo específico dos Programas a garantia nos planos de trabalho de recurso para logística, hospedagem e alimentação para os(as) SAE.*

GT3B4J6: Tem o objetivo de viabilizar a incidência política dos(as) participantes em âmbito regional, estadual, nacional/internacional. Assim, deve-se incluir passagens de ônibus/aéreas e hospedagem para a garantia de recursos financeiros e horas técnicas voltadas para o fortalecimento da incidência política dos(as) SAE em outras esferas, para além das municipais, como: participação em Conferências Estaduais e Nacionais que envolvam debater temas pertinentes a defesa dos territórios pesqueiros (CONSEA, CONAPE etc.).

GT3B4C7. *Inserir como objetivo específico dos Programas a garantia nos planos de trabalho um alinhamento para a elaboração integrada de uma Agenda Socioambiental entre os(as) SAE.*

GT3B4J7: De maneira que haja uma composição de forças e conhecimentos para o avanço de direitos. É importante incluir como meta nos planos de trabalho ações voltadas para a Agenda Socioambiental.

GT3B4C8. *Explicitar o objetivo de execução de projetos de reestruturação produtiva e fortalecimento da cadeia produtiva de pesca.*

GT3B4J8: Considera como sendo um impacto à pesca artesanal o aumento do esforço de pesca.

GT3B4C9. *Inserir no objetivo geral “[...] contribuindo para a segurança territorial de comunidades pesqueiras artesanais e o combate às desigualdades.”*

GT3B4C10. *Inserir a questão da renda nos objetivos específicos.*

GT3B4C11. *Incluir a assessoria jurídica no objetivo “Assessorar iniciativas de acesso à direitos e políticas públicas, incluindo o reconhecimento profissional das pescadoras artesanais.”*

GT3B4C12. *Abranger a assessoria à regularização sanitária do beneficiamento dos pescados como parte do processo educativo e enquanto instrumento de defesa.*

GT3B4J9J10J11J12: Não houve justificativa.

Bloco 5: Impactos e fatores de vulnerabilidade socioambientais

GT3B5C1. *Excluir os impactos “Diminuição do consumo de pescado” e “Diminuição do estoque pesqueiro.”*

GT3B5J1: Não são efetivamente impactos comprovados da indústria de petróleo e gás. Os projetos de monitoramento de pesca executados há muitos anos no âmbito do LAF não trazem indicações de que isto ocorra. Há um conjunto preponderante de outros fatores que implicam na diminuição do consumo de pescado e do estoque pesqueiro. Sugere-se a exclusão desses impactos, considerando-se sua improvável ocorrência.

GT3B5C2. *Inserir desigualdade de gênero nos fatores de vulnerabilização.*

GT3B5C3. *Avaliar se perda ou diminuição de qualidade de vida não seria um impacto cuja atuação é apenas direta.*

GT3B5J2J3: Não houve justificativa.

Bloco 6 - Escopo/ metodologia

GT3B6C1. *Prever recursos específicos para viabilizar a participação social de pescadores e pescadoras, considerando o objetivo específico 3 (Promover a participação qualificada dos(as) pescadores(as) artesanais nos espaços deliberativos e consultivos afeitos a sua realidade em nível municipal, regional, estadual e federal).*

GT3B6J1: Um dos desafios para a participação é o recurso para viabilizar esse processo.

GT3B6C2. *Considerar as áreas de fundeio quando se trata da designação de territórios pesqueiros.*

GT3B6J2: Aspecto que tende a cair em discussão de segurança jurídica.

GT3B6C3. *Realizar um encontro presencial das equipes técnicas que trabalham com a pesca artesanal para definição de conceitos, alinhamentos de questões tratando-se da geração de trabalho e renda (GTR) e para a distinção desta GTR quanto à competência do PCAP.*

GT3B6J3: Necessidade de discutir as dificuldades de promover a geração de trabalho e renda de forma uniformizada, em que as comunidades têm momentos diferentes para serem incluídas nos processos de geração de trabalho e renda e de reestruturação produtiva.

GT3B6C4. *Contemplar um espaço de diálogo com a equipe de fiscalização.*

GT3B6J4: Poder de contribuir com a mediação com a equipe de fiscalização do IBA-MA.

GT3B6C5. *Reforçar a questão da saúde no escopo do Programa, com ênfase para as mulheres marisqueiras.*

GT3B6C6. *Incluir as desigualdades sociais e de gênero e na perspectiva de mitigação solidária, considerando as diferenças regionais brasileiras.*

GT3B6J5J6: Em diversas comunidades, a Segurança Territorial está ligada à saúde territorial e do corpo, frequentemente desempenhada pelas mulheres, tendo como exemplo as mulheres marisqueiras.

GT3B6C7. *Alinhar a escrita do documento com o que foi apresentado durante a etapa presencial da Consulta Pública, explicitando as questões da Educação Ambiental Crítica e Geração de Trabalho e Renda.*

GT3B6C8. *Debruçar-se sobre o papel da Educação Ambiental na construção do(a) “sujeito(a) coletivo(a) como instrumento para mitigação de impactos”, inclusive com aprofundamento epistemológico junto com as comunidades, sem perder de vista os produtos esperados.*

GT3B6C9. *Garantir que as ações educativas partam das realidades locais, inclusive na autonomia dos grupos.*

GT3B6C10. *Considerar, para além do território terrestre, também a dimensão das águas (marítimo).*

GT3B6J7J8J9J10: Não houve justificativa.

GT4 - Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera

Aos itens que compõem o Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera foram direcionadas 26 contribuições, organizadas em oito blocos, são eles: Título (GT4B1); Justificativa (GT4B2); Participantes do programa (GT4B3); Objetivos geral e específicos (GT4B4); Impactos e fatores de vulnerabilidade socioambientais (GT4B5); Perspectivas de mitigação (GT4B6); Inter-relação com outros Programas do Eixo 4 (GT4B7) e Escopo/metodologia (GT4B8).

Bloco 1 - Título

GT4B1C1. *Reavaliar o nome “Observatório.”*

GT4B1J1: O nome proposto não dá conta do papel do Programa, que parece ser maior que “observar”.

GT4B1C2. *Renomear o Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera para Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica e Conflitos Territoriais (PMOT).*

GT4B1J2: Entende-se que o “Programa Macrorregional Observatório” permite mapear inclusive outras realidades vividas no campo pelos PEA, buscando uma leitura integrada considerando fatores extrínsecos aos empreendimentos de petróleo e gás, Ex.: acidente de Mariana, um novo porto ou projetos de eólica.

GT4B1C3. *Considerar “pesquisadores(as) articulados(as) a grupos tradicionais impactados” em substituição a grupos populares e representantes de movimentos sociais, destacando-se os grupos tradicionais.*

GT4B1J3: O conhecimento tradicional desempenha um papel significativo na compreensão dos impactos ambientais e das mudanças territoriais. Trata-se de um conhecimento profundo e ancestral sobre seus ecossistemas e territórios, incluindo o monitoramento ambiental, identificação de ameaças, mudanças climáticas, manutenção dos modos de vida etc. Portanto, tendo em vista qualificar a discussão a respeito dos riscos e impactos aos/nos territórios, entende-se que não será suficiente a utilização somente do saber técnico científico para monitorar os impactos e mudanças causadas pela dinâmica da indústria petrolífera.

Bloco 2 - Justificativa

GT4B2C1. *Considerar toda a estrutura física necessária ao bom funcionamento da cadeia produtiva de petróleo, mas que não se identifica facilmente com a atividade de exploração de petróleo: estradas, bairros, rodoviárias, aeroportos, restaurantes, redes hoteleiras, migração, transformações movidas em torno dos fluxos petrolíferos.*

GT4B2J1: Além de considerar os impactos da indústria do petróleo no meio biótico e abiótico (fatores físicos, químicos e geológicos), deve-se observar impactos no meio

socioeconômico, conforme Nota Técnica nº10/2012-CGPEG/DILIC/IBAMA. Por exemplo: a saúde, a segurança e o bem-estar das populações; a segurança alimentar das populações; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; o uso e a ocupação do solo; a infraestrutura de serviços básicos; a atividade pesqueira e aquicultura; áreas quilombolas, indígenas ou de populações tradicionais, demarcadas/homologadas ou não. Ressalta-se, ainda, que esse mesmo documento, assim como a literatura referente à Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) - instrumento técnico-científico e processo de avaliação que fornece subsídios na tomada de decisão no licenciamento ambiental –, aponta para a consideração de todas as variáveis do sistema ambiental.

GT4B2C2. *Considerar, em seu escopo, uma leitura integrada dos empreendimentos presentes nos territórios, bem como a percepção das interferências e ocorrências a eles associadas, de forma que se conheça a dinâmica e a interação entre eles e as comunidades diretamente impactadas.*

GT4B2J2: Os territórios marítimos e costeiros sofrem interferências de outras atividades econômicas, para além da indústria petrolífera, que também apresentam riscos e impactos, incidindo em conflitos nos territórios. Nesse cenário, é essencial que a leitura considere fatores extrínsecos aos empreendimentos de petróleo e gás, sem prejuízo à objetividade a ser dada para as atividades da indústria petrolífera. É necessário observar de forma integrada os territórios marítimos e costeiros ocupados por esta indústria, contribuindo com a gestão territorial. Entende-se que, assim, é possível identificar de forma mais objetiva e direcionada os riscos e impactos socioeconômicos associados à cadeia produtiva de petróleo e gás. Nesse sentido, busca-se promover participação popular mais qualificada para o debate público sobre a dinâmica, os riscos e os impactos da indústria de petróleo e gás nos territórios.

GT4B2C3. *Incorporar a seguinte redação na justificativa: “Assim, o programa tem o intuito de atuar nos impactos socioambientais da cadeia produtiva de petróleo e gás, sem prejuízo da percepção de impactos advindos de outras atividades ou empreendimentos nos territórios, considerando: a implementação de novos empreendimentos (...); o descomissionamento de empreendimentos (...).”*

GT4B2J3: Para uma leitura integrada é imprescindível uma leitura do todo. Em se tratando de territórios costeiros, há de se considerar que no todo existem outras diversas interferências oriundas de outras atividades presentes nos territórios que, mesmo não se correlacionando, por vezes, auxiliam no entendimento das interferências advindas da indústria de petróleo e gás, permitindo, assim, qualificar a participação popular frente à discussão.

GT4B2C4. *Evidenciar a produção de material pelo Programa na descrição do Programa.*

GT4B2J4. Não houve justificativa.

Bloco 3 - Participantes do programa

GT4B3C1. *Abranger comunidades tradicionais e grupos mais empobrecidos no escopo do programa ou nomear quais os grupos sociais vulnerabilizados ou impactados pela cadeia do petróleo*

GT4B3J1. Considerar diferenciação de região ou na escala do município ou entre municípios.

GT4B3C2. *Considerar um maior grupo de sujeitos(as) impactados(as) levando em conta as tragédias climáticas.*

GT4B3J2. Correlação com o aquecimento global e com a indústria do petróleo e demonstrar avanço no debate da socioeconomia.

GT4B3C3. *Priorizar as populações tradicionais como sujeitos(as) da ação, educandos(as) para os quais e com os(as) quais se constitui o processo educativo é fundamental para uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória.*

GT4B3J3: Parte fundamental da construção do processo educativo deste projeto de educação ambiental do LAF é identificar, dentre os diversos grupos impactados pela exploração de petróleo, aqueles em maior situação de vulnerabilidade. Isso quer dizer, por exemplo, que o acesso ao ambiente natural de onde aquele grupo tira seu sustento encontra-se comprometido; que o grupo não está suficientemente organizado para pautar a questão; há consenso sobre a impossibilidade de transformar a realidade; há disputa de território com grandes companhias e empreendimentos. Populações que têm seu modo de reprodução da vida diretamente ligado aos bens e recursos da natureza e vêm convivendo com as mais diversas transformações no território em função dos processos relacionados à ocupação do espaço marinho, à dinâmica demográfica, à ocupação e uso do solo, à pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços e a dependência econômica direta, através das rendas petrolíferas, e indiretas, como a influência desse setor na economia municipal.

Bloco 4 - Objetivos geral e específicos

GT4B4C1. *Inserir “contribuir para a participação na gestão ambiental” no objetivo geral.*

GT4B4J1: Dado que os indicadores mencionam participação e incidência política.

GT4B4C2. *Inserir “construir conhecimento e apoiar as redes e entidades profissionais”. No objetivo 3 (Apoiar redes de entidades e profissionais com interesse na assessoria aos grupos populares impactados por estes empreendimentos).*

GT4B4J2: Mesmo havendo o propósito limitado à sistematização e divulgação, considera que a decodificação de um conhecimento (exemplo EIA/RIMA) é papel do Programa; enquanto “construção de conhecimento” e enquanto atividades de preparação dos(as) sujeitos(as) para participação.

GT4B4C3. *Inserir o objetivo 5 (Promover eventos com vistas ao debate público sobre os resultados do monitoramento contextualizando o papel da gestão ambiental pública) dentro do objetivo 3 (Apoiar redes de entidades e profissionais com interesse na assessoria aos grupos populares impactados por estes empreendimentos).*

GT4B4J3. Considerando que o evento é uma atividade interna, apesar de compreender que deve haver outros formatos de atividades (exemplos: grupos de estudos, grupos de trabalhos).

GT4B4C4. *Editar o objetivo geral para “Construir processos de educação ambiental crítica, a fim de monitorar os impactos e a dinâmica da implantação de empreendimentos da cadeia produtiva do petróleo e gás, com vistas a promover a autonomia dos grupos sociais impactados e a institucionalização dos conflitos”.*

GT4B4J4: Ao utilizar metodologias da educação popular, busca-se criar um ambiente propício e acolhedor para investigação a respeito dos impactos percebidos por essas populações, bem como a afetação às suas atividades tradicionais, de modo que seja possível que os problemas ambientais tornem-se conflitos. Ou seja, que as disputas de interesses e necessidades dos diferentes atores(atrizes) sociais sejam explícitas, resultando em maior visibilidade dos grupos tradicionais e reconhecimento por parte do poder público sobre essas questões, com foco na ampliação da capacidade de influenciar na agenda política local a partir da organização social.

GT4B4C5. *Qualificar o “apoiar as redes” do objetivo 3 (Apoiar redes de entidades e profissionais com interesse na assessoria aos grupos populares impactados por estes empreendimentos).*

GT4B4C6. *Aprofundar a definição do objetivo.*

GT4B4J5J6: Não houve justificativa.

Bloco 5 - Impactos e fatores de vulnerabilidade socioambientais

GT4B5C1. *Considerar o referencial teórico e normativo da AIA, especialmente os critérios utilizados para definição dos impactos são : I) Classe (efetivo/operacional); II) Natureza (negativo/positivo); III) Forma de incidência (direto: quando os efeitos do aspecto gerador sobre o fator ambiental em questão decorrem de uma relação direta de causa e efeito/ indireto: quando seus efeitos sobre o fator ambiental em questão decorrem de reações sucessivas não diretamente vinculadas ao aspecto ambiental gerador do impacto); IV) Tempo de incidência (imediato/posterior); V) Abrangência espacial (local/regional/supra regional); VI) Duração (imediata/curta/média/longa); VII) Permanência (temporário/permanente); VIII) Reversibilidade (reversível/irreversível); IX) Cumulatividade (não-cumulativo/ cumulativo: nos casos em que o impacto incide sobre um fator ambiental que seja afetado por outro(s) impacto(s) de forma que haja relevante cumulatividade espacial e/ou temporal dos efeitos sobre o fator ambiental em questão/ indutor: nos casos que a ocorrência do impacto induz a ocorrência de outro(s) impacto(s)/ induzido: nos casos em que a ocorrência do impacto seja induzida por outro impacto/ sinérgico: nos casos em há potencialização nos efeitos de um ou mais impactos em decorrência da interação espacial e/ou temporal entre estes; X) Frequência (pontual/contínuo/cíclico/intermitente); XI) Magnitude (baixa/média/alta); XII) Importância.*

GT4B5J1. A citação desses critérios objetiva reforçar a compreensão sobre a complexidade e a relação entre os aspectos, fatores e impactos ambientais. No contexto de uma cadeia produtiva de tamanha importância socioeconômica, como é o caso do setor de petróleo e gás, a forma de incidência e a cumulatividade de impactos não devem ser desconsideradas durante a formulação do Plano Macrorregional. Principalmente quando se observa a extensa rede necessária para a produção, escoamento e transformação dessas matérias, resultando em uma série de atividades econômicas de apoio ao desenvolvimento dessa cadeia produtiva. Afinal, a exploração de petróleo e gás não ocorre de forma fragmentada, mas sim em rede. Isso significa que seu pleno funcionamento depende de estruturas físicas como terminais, portos, dutos, refinarias, dentre outros, mas também de uma oferta de serviços e arranjos territoriais que modificam as dinâmicas socioespaciais, cujos impactos recaem de forma desproporcional nos grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental. Portanto, ainda que as plataformas e embarcações de apoio estejam situadas no

mar, os impactos ambientais extrapolam os limites marítimos. Assim, além de pescadores(as) artesanais, outros grupos sociais que dependem dos recursos naturais para a manutenção dos seus modos de vida, têm baixo nível de organização social e capacidade de incidir politicamente e enfrentam dificuldades para acessar políticas públicas também são impactados por essa cadeia produtiva.

GT4B5C2. *Incluir na relação dos impactos de atuação direta a ocupação e uso do solo.*

GT4B5C3. *Inserir racismo ambiental como fator de vulnerabilização.*

GT4B5J2J3: Não houve justificativa.

Bloco 6 – Perspectivas de mitigação

GT4B6C1. *Considerar a escala espacial e temporal da mitigação.*

GT4B6J1. Mitigar significa tornar mais brando aquilo que já é um fato. As transformações que a produção de petróleo promove são irreversíveis, impactando a vida de comunidades inteiras de forma definitiva e demandando uma reorganização desses grupos. Assim, para mitigar é preciso criar um ambiente propício à transformação, à melhoria da qualidade de vida das pessoas e do ambiente, é necessário nomear os impactos, ler a conjuntura e isso se faz com as comunidades impactadas. É importante ressaltar que a mitigação se dá num espaço-tempo. É possível identificar essa indústria como agente transformador da organização territorial legitimada pelo Estado e que impacta nas possibilidades de reprodução de modos de vida tradicionais existentes sobre um mesmo recorte espacial.

Bloco 7 - Inter-relação com outros Programas do Eixo 4

GT4B7C1. *Incluir no texto de inter-relação com os demais Programas: “(...) Ainda pode se inter-relacionar com o Programa Macrorregional de Educação Ambiental de Trabalhadores (PMEAT), gerando subsídios e qualificando as informações a respeito dos impactos socioambientais da cadeia produtiva de óleo e gás abordadas anualmente com os(as) trabalhadores(as).”*

GT4B7J1: Os resultados produzidos pelo programa podem qualificar o conteúdo do PMEAT com relação aos impactos da cadeia produtiva, conteúdo mínimo anual que deve ser abordado com os(as) trabalhadores(as).

Bloco 8 - Escopo/metodologia

GT4B8C1. *Inserir o Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera no Eixo 2, juntamente com o PMAIS.*

GT4B8J1: Ao se considerar a necessidade de monitorar a dinâmica de implantação de empreendimentos da cadeia produtiva de petróleo e gás, entende-se que esse programa faz uma leitura abrangente dos territórios, permitindo reconhecer os riscos, impactos e conflitos associados a outras interferências e atividades econômicas, para além da indústria petrolífera. Composto o Eixo 2, juntamente com o PMAIS.

GT4B8C2. *Reavaliar a metodologia para construção do processo educativo, considerando os limites e possibilidades da construção de um observatório popular no âmbito do licenciamento ambiental federal.*

GT4B8J2: O Programa Macrorregional Observatório da Dinâmica da Indústria Petrolífera precisa de ajustes para atender às especificidades do que seria um programa de educação ambiental dentro da linha crítica, principalmente no que diz respeito ao público prioritário que aparece de forma mais abrangente na proposta dos documentos 2-3 do PARMIS, não mantendo o critério de vulnerabilidade e, consequentemente, não contemplando de forma clara os(as) sujeitos(as) prioritários(as) da ação educativa que atualmente são comunidades tradicionais e comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade socioambiental, categoria mais afetada quando se fala em impactos de grandes empreendimentos.

GT4B8C3. *Prestar assessoria de maneira mais individualizada a cada grupo atendido.*

GT4B8C4. *Considerar as universidades como um locus para os núcleos regionais do programa.*

GT4B8C5. *Avaliar a possibilidade de o programa migrar para o Plano Macrorregional de Comunicação Social (Eixo 3) ou para o Eixo de caracterização.*

GT4B8J3J4J5: Não houve justificativa.

GT5 - Programa Macrorregional de Formação Continuada

O Programa Macrorregional de Formação Continuada recebeu 30 contribuições, distribuídas em nove blocos, conforme segue: Justificativa (GT5B1); participantes do programa e abrangência (GT5B2); Periodicidade de avaliação do Programa (GT5B3); Objetivos geral e específicos (GT5B4); Perspectivas de mitigação (GT5B5); Articulação com demais Programas do Plano Macro (GT5B6); Observações (GT5B7); Indicadores (GT5B8); Escopo/metodologia (GT5B9).

Bloco 1 - Justificativa

GT5B1C1. *Criar uma linha de atuação conceitual, reunindo teoria e prática de forma diretiva e visando ao alinhamento das abordagens e à construção de uma identidade dos modos de condução dos projetos de socioeconomia.*

GT5B1J1. Essa ação contribuirá para criar uma política que favorece o nivelamento técnico-conceitual, o fortalecimento e o alinhamento do discurso e da instrumentalização, dado que os(as) participantes dos projetos ora atuam como agentes praticantes da cidadania, ora atuam como educador(a)/orientador(a) da ação.

Bloco 2 - Participantes do programa e abrangência

GT5B2C1. *Contar com a participação de especialistas das empresas petrolíferas e aqueles(as) vinculados à academia ou instituições privadas.*

GT5B2J1: Não houve justificativa.

GT5B2C2. *Rever o texto de forma a adequá-lo à abrangência e aos participantes do programa.*

GT5B2J2: No item participante do programa, não estão incluídos “municípios que são monitorados” e seu escopo não tem relação com “dinâmica de implementação dos empreendimentos da indústria petrolífera”, ambos pontos mencionados na periodicidade de avaliação do programa de formação continuada.

Bloco 3 - Periodicidade de avaliação do Programa

GT5B3C1. *Avaliar a cada ano o processo de formação continuada.*

GT5B3J1: Não houve justificativa.

Bloco 4 - Objetivos geral e específicos

GT5B4C1. *Explicitar os objetivos deste programa para que não se torne ingerível, inclusive considerar que “alinhamento” não é suficiente para dar a devida intencionalidade.*

GT5B4J1. A intencionalidade pedagógica precisa estar bem clara na redação do programa.

GT5B4C2. *Prever facultar o intercâmbio das práticas de ensino-aprendizagem (habilidades técnicas) e a difusão de boas práticas de ensino-aprendizagem.*

GT5B4J2: Objetiva o pleno desenvolvimento do(a) profissional, seu preparo para conduzir o exercício da cidadania e capacitação para os(as) trabalhadores(as) (capacitar-se para capacitar).

GT5B4C3. *Incluir no texto do objetivo geral “promover a formação continuada e o alinhamento entre os(as) participantes envolvidos(as) na implementação do Plano Macro, [...]”.*

GT5B4J3: Não houve justificativa.

Bloco 5 - Perspectivas de mitigação

GT5B5C1. *Incluir a perspectiva de “reduzir”.*

GT5B5J1. Os(as) trabalhadores(as) e os (as) comunitários(as) devem integrar as equipes de resposta à emergência de acidentes ambientais, envolvendo as descargas de óleo e produtos químicos no mar, guardadas as devidas proporções/responsabilidades, considerando ainda o cenário recorrente de desastres climáticos, cujo aprendizado pode servir para atuar diante desses cenários. Pode-se citar como exemplo: exercícios simulados (níveis 3 e 4)

Bloco 6- Articulação com demais Programas do Plano Macro

GT5B6C1. *Explicitar a articulação com o PEAT.*

GT5B6J1. O(a) trabalhador(a) é por natureza um(a) cidadão(ã), estando presente ou não nas áreas de influência dos empreendimentos. Ademais, é importante que haja integração entre os(as) profissionais do PEAT e os dos demais projetos, para troca de experiências e saberes, visando à implementação de melhorias sempre que cabível.

Bloco 7 - Observações

GT5B7C1. *Ressaltar a importância de uma formação unificada entre os(as) agentes executores(as) dos projetos com ênfase em eventuais temas específicos, como Educação Ambiental, Organização Social e Assessoria Técnica, Licenciamento Ambiental e Participação Social (incluindo Agenda Socioambiental e Incidência Política), Controle Social, ECOSOL e Cooperativismo, Letramento Digital/Cidadania Digital, Populações Tradicionais e Mapeamento de Comunidades, Técnicas em Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás (Mediação, Relatoria, Mobilização, Escuta Sensível, Processos Administrativos, Organização de processos).*

GT5B7J1. A prática dos(as) agentes implementadores(as) vem se consolidando ao longo dos anos e alguns balizamentos foram estabelecendo-se a partir das normativas, do direcionamento dado no acompanhamento da COPROD/IBAMA e da cultura institucional que foi criando-se nesse meio, tensionado entre as expectativas múltiplas do órgão regulador, das petrolíferas, equipes executoras e comunidades impactadas. Na minha inconclusa tese, identifiquei 16 atividades executadas pelos(as) educadores(as) ambientais, sendo que, para maioria delas, não existia um processo de formação específico no PEA ou em outros PEA que tive contato mais próximo, aspectos técnicos que visam a atender as demandas institucionais relacionadas à atividade, como a geração de evidências, relatórios, a escuta sensível no campo, mediação, mobilização. Ainda que, por vezes, houvesse tais formações elas, não eram contínuas e nem havia uma sistematização dos conteúdos administrados ao longo do tempo, essa proposta visa a trazer força ao debate de existir um módulo de formação básica para educadores(as). Essa ideia foi debatida no PEA em que atuo, mas não chegou em vias de implementação.

GT5B7C2. *Detalhar, no item 3 das Observações (recomenda-se que o programa tenha ações periódicas e continuadas de integração entre as equipes que atuam no Plano Macro), sobre quem são as equipes que atuarão na estrutura metodológica e formativa.*

GT5B7C3. *Inserir, no item 7 (recomenda-se que os processos de ensino-aprendizagem considerem os seguintes temas para serem abordados durante a formação continuada [...]), o contexto das mudanças climáticas como tema gerador da formação.*

GT5B7C4. *Incluir analistas das empresas petrolíferas enquanto sujeitos(as) no item 2 das observações (indica-se envolver a equipe técnica da COPROD/IBAMA na elaboração e execução da formação continuada [...]).*

GT5B7C5. *Incluir, no item 7 (recomenda-se que os processos de ensino-aprendizagem considerem os seguintes temas para serem abordados durante a formação continuada [...]), a discussão da produção de conhecimento (epistemologia) como caminho para decolonizar os processos formativos.*

GT5B7C6. *Recomendar o uso de tecnologias educacionais e que o processo de ensino-aprendizagem considere os princípios da psicologia da educação e da aprendizagem.*

GT5B7J2J3J4J5J6: Não houve justificativa.

Bloco 8- Indicadores

GT5B8C1. *Incluir indicadores específicos referentes a oportunidades de melhoria e pontos positivos.*

GT5B8J1: Não houve justificativa.

Bloco 9 - Escopo/metodologia

GT5B9C1. *Incluir no objetivo geral a promoção de um grupo de trabalho, contando com a participação também de educadores(as) de campo e SAE, que vise à comunicação e alinhamento para a construção conjunta teórica-metodológica.*

GT5B9J1. Sugere que o grupo de trabalho poderia iniciar os trabalhos o quanto antes, para a organização de questões teórico-metodológicas.

GT5B9C2. *Integrar o programa Observatório com o programa Formação Continuada.*

GT5B9J2. Considerando problemáticas comuns e o conhecimento produzido para uma agenda integrada e prioritária.

GT5B9C3. *Inserir o Programa Macrorregional de Formação Continuada no Eixo 3, juntamente com o Programa Macrorregional de Comunicação Social.*

GT5B9J3. Entende-se que a integração dos dados do PMAIS com as informações e experiências de campo do Eixo 4 consolida as boas práticas da educação ambiental no licenciamento e fomenta a integração das equipes de todos os eixos, considerando a formação continuada por público e estratégias diferenciadas.

GT5B9C4. *Incluir os PEA na curadoria dos conteúdos que virão a ser socializados.*

GT5B9C5. *Considerar a participação da PETROBRAS na construção metodológica dos Programas.*

GT5B9C6. *Realizar um encontro de conhecimento ecossistêmico para se entender de forma ampla e profunda o que é um “impacto ambiental”.*

GT5B9C7. *Elaborar agenda de trabalho, considerando a realização de dois encontros anuais setoriais e fóruns sobre produção científica e entendimentos que sejam importantes.*

GT5B9C8. *Construir uma plataforma on-line onde seja possível acessar um banco de dados de materiais (exemplo: plano de ensino, planejamentos e outras orientações metodológicas) para os encontros formativos.*

GT5B9C9. *Considerar que o Programa pode ser uma referência de valorização do trabalho dos(as) educadores(as), que aborda questões dos limites contratuais referentes à desvalorização desses profissionais de educação, que muitas vezes recebem um salário mínimo, questões de saúde mental desses(as) trabalhadores(as) (como o adoecimento das equipes de campo no pós-pandemia) e a sensibilidade da abordagem de questões como assédio sexual, assédio moral, violência de gênero e outros marcadores sociais que atravessam esses(as) trabalhadores(as).*

GT5B9C10. *Considerar formas que possibilitem o apoio nos processos iniciais dos PEA, como temas estratégicos do Programa de Formação Continuada.*

GT5B9C11. *Explicitar as orientações e quem fará a condução desses processos formativos.*

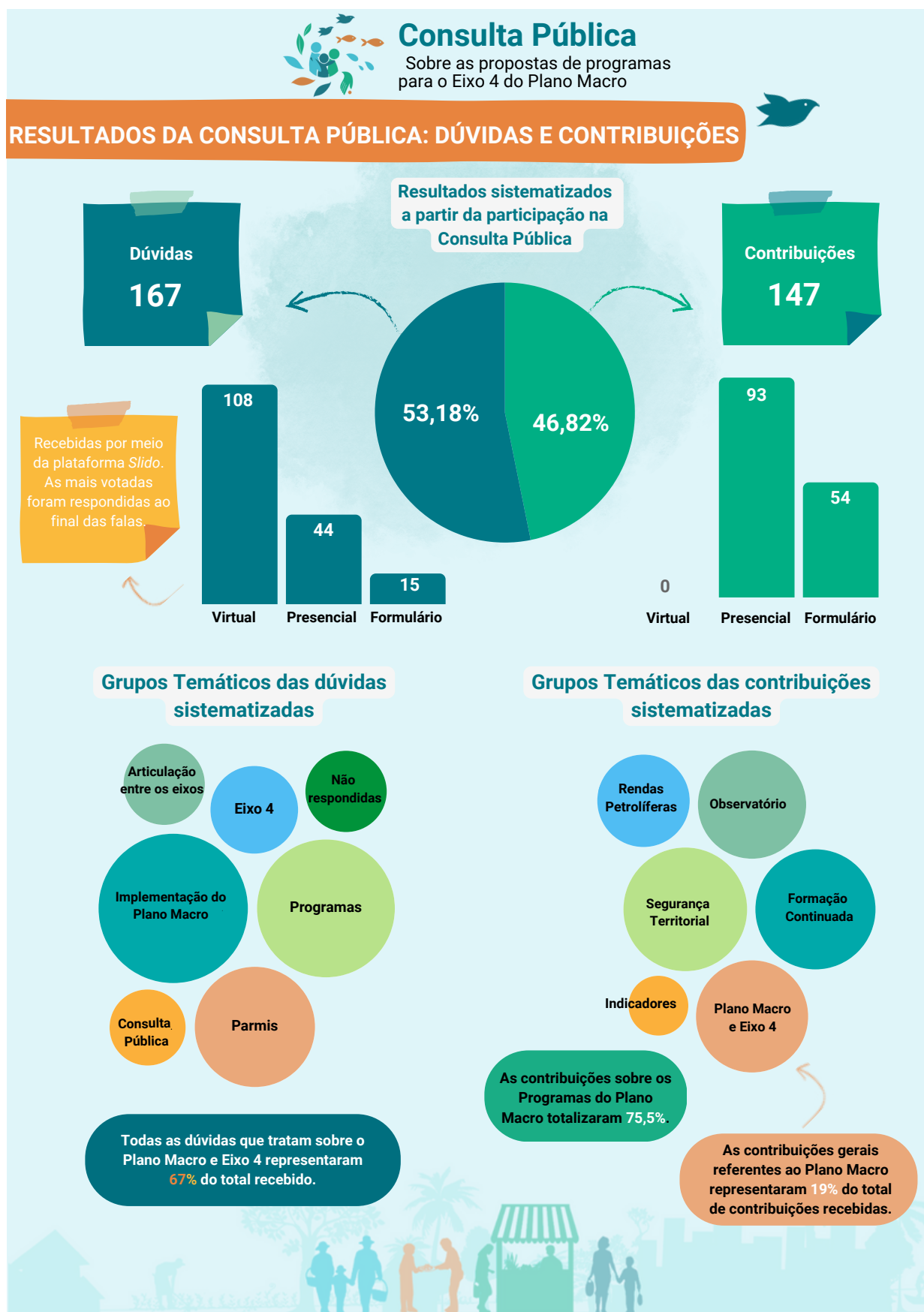
GT5B9C12. *Construir um projeto político pedagógico para o programa, com cronograma por etapas.*

GT5B9C13. *Contemplar reuniões estratégicas com a COPORD/IBAMA e representantes dos(as) sujeitos(as) da ação educativa, com critérios bem definidos, bem planejadas e tendo um objetivo específico, mas que eles(as) também participem desse processo de construção.*

GT5B9C14. *Consolidar os resultados do Programa de Formação Continuada em instrumento apropriado, logo após a conclusão dos eventos (exemplo: anais, relatório dentre outros).*

GT5B9J4J5J6J7J8J9J10J11J12J13J14: Não houve justificativas.

5. Análise dos resultados da Consulta Pública



O processo de Consulta Pública resultou no recebimento de 167 dúvidas e 147 contribuições, sistematizadas a partir das relatorias e dados coletados do “Seminário Virtual”, “Presencial” e formulário *on-line*. Em relação às dúvidas, é possível inferir que o maior número ocorreu na etapa virtual (108), seguida da etapa presencial (44) e do formulário *on-line* (15). Já, em relação às contribuições, o maior número foi na etapa presencial (93), seguida do formulário *on-line* (54). Não houve contribuições no Seminário Virtual.

A partir dessas considerações, destaca-se que o processo de Consulta Pública acerca das propostas de Programas macrorregionais para a composição do Eixo 4 do Plano Macro e da pesquisa do PARMIS ocorreu em largo período de vigência (82 dias), conciliou diferentes formatos de divulgação da proposta elaborada, bem como a recepção das dúvidas e contribuições para a qualificação do que estava sendo apresentado enquanto resultados da pesquisa do PARMIS. Nesse período, foram produzidos materiais informativos em linguagem adequada, seja na escrita dos textos, seja no aspecto visual e audiovisual da divulgação dos produtos do PARMIS. Ademais, garantiu ampla democratização do direito à fala e participação equânime das pessoas participantes, a partir de instrumentos virtuais e físicos.

Na etapa virtual, observou-se limites de interação entre o público participante e os(as) mediadores(as), pois mesmo utilizando uma plataforma específica para o recebimento das considerações, em alguns casos, não foi possível identificar o contexto da manifestação do(a) participante, fato este evidenciado pelo conjunto de dúvidas não-respondidas, totalizando 7,4% (8) das 108 dúvidas recebidas. Analisa-se que, de forma geral, esse é um dos limites do formato virtual que busca em sua metodologia, integrar participantes e mediadores(as).

Por outro lado, na etapa presencial, identifica-se uma participação qualificada dos(as) participantes do evento, com dúvidas e contribuições contextualizadas e justificadas atribuindo ao debate maior intencionalidade no processo de qualificação dos Programas do Eixo 4 do Plano Macro, igualmente, em relação ao formulário *on-line*.

Dito isso, analisa-se que, conforme a Consulta Pública foi transcorrendo, a participação foi intensificando-se, bem como a apropriação dos documentos, reverberando em um processo democrático e transparente promovido e executado pela equipe técnica do PARMIS.

Por fim, observa-se que os resultados atendem ao objetivo da Consulta Pública, ao garantir a participação social das pessoas que fazem parte da política pública do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás, contribuindo para elucidar as dúvidas e receber as contribuições. Destaca-se ainda que as contribuições serão debatidas de maneira colaborativa nas próximas fases do processo de elaboração das metodologias e qualificação dos Programas do Eixo 4 do Plano Macro.

6. Próximos passos

A primeira fase do Plano de trabalho do PARMIS finaliza em 31 de março de 2024. Quando do encerramento das suas atividades, serão concluídos alguns produtos da pesquisa, destacando o relatório final, em que irá constar a sistematização dos principais documentos produzidos pelo PARMIS até o momento.

Dito isso, é importante registrar que o fim das atividades referente a 1ª fase do PARMIS indicam o início do processo de elaboração e qualificação das metodologias e operacionalidades administrativas para os Programas do Eixo 4 do Plano Macro. Para tal, a equipe técnica da COPROD/IBAMA em diálogo com a *Trident Energy do Brasil* e a equipe do PARMIS delimitaram ações para a 2ª Fase do PARMIS, cujo plano de trabalho foi aprovado em 12 de Março de 2024. Nesta, ocorrerá o detalhamento do Programa macrorregional que trata do controle social das rendas petrolíferas, de maneira colaborativa com os PEA que tem acúmulo nesta temática. Nesse sentido, as contribuições realizadas ao longo da Consulta Pública constituirão uma base para continuidade de elaboração dos Programas, seja no sentido de readequar aspectos do seu escopo atual, seja em relação ao seu desenvolvimento metodológico.

Após este, a COPROD/IBAMA em diálogo com a equipe do PARMIS estará construindo o plano de trabalho e o cronograma para elaboração dos demais programas, cuja proposição se dará a partir desta primeira experiência.

Oportunamente, agradecemos a participação de todos(as) na Consulta Pública, considerando as diversas contribuições recebidas.

Apêndice 1 - Metodologia da elaboração do formulário *on-line* da Consulta Pública

Este apêndice apresenta a sistematização metodológica do formulário *on-line* disponibilizado durante a Consulta Pública do PARMIS. Para tal, primeiramente foi descrito como os formulários foram criados e, logo, passamos para a metodologia da sistematização dos dados coletados.

Estruturação dos formulários da Consulta Pública

Os formulários *on-line* (Figura 1) foram construídos na plataforma Coletum, contendo algumas questões que poderiam ser respondidas enquanto contribuição individual ou coletiva/institucional, e consistiu em quatro blocos sendo eles:

1. Informações do(a) participante da consulta pública;
2. Documento 1 - “Resultados e fragilidades da implementação da Nota Técnica 01/2010”;
3. Documento 2-3 – “Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro”;
4. Você observou lacunas a partir da leitura dos Programas e do apêndice 3?

Figura 1. Print do espelho do Formulário On-line (Coletum)

A imagem mostra a interface de um formulário online no Coletum. No topo, há um cabeçalho com o logo "Consulta Pública" à esquerda e uma barra de informações à direita que diz: "A realização do Plano de Avaliação e Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS) é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento federal, conduzido pelo IBAMA". O título principal do formulário é "Consulta Pública sobre as propostas de programas para o Eixo 4 do Plano Macro". Abaixo do título, há uma explicação sobre o objetivo da consulta pública e uma seção para o usuário se identificar, com campos para nome e e-mail. Há também uma seção de agradecimento e uma opção para o usuário escolher se deseja uma contribuição individual ou coletiva/institucional. No final, há um botão verde com o texto "Enviar".

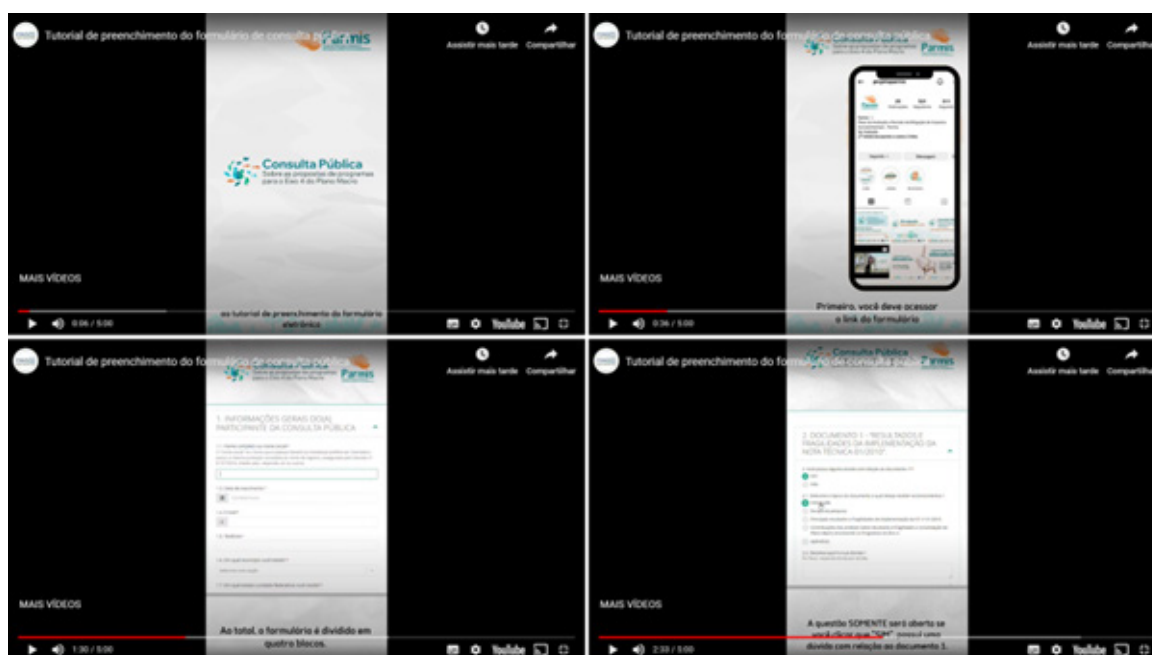
Fonte: PARMIS (2023).

No bloco 1, buscou-se coletar os dados pessoais ou coletivos do(a) responsável pelo preenchimento. No bloco 2, verificou-se se havia alguma dúvida com relação aos itens que compõem o documento “Resultados e fragilidades da implementação da Nota Técnica N°01/2010”. Já o bloco 3, além de verificar se havia alguma dúvida, também foi questionado se havia alguma contribuição com relação aos itens que compõem o documento “Proposição de Programas Macrorregionais

para comporem o Eixo 4 do Plano Macro”, visto que os Programas ainda estão em processos de construção. Por último, o bloco 4 permitiu que as pessoas respondessem com relação às lacunas que porventura observassem quanto à mitigação dos impactos socioambientais a partir da leitura dos Programas.

Os itens de cada documento foram elaborados em formato de “escolha única”, o que facilitou o vínculo com as respostas na sequência. As questões sobre “Dúvidas” ou “Contribuição”, bem como a justificativa, foram elaboradas com campo em formato descritivo. As instruções para o preenchimento foram disponibilizadas no formato de vídeo ilustrativo e dinâmico, divulgado na página do Laboratório Interdisciplinar MARéSS e nos outros meios de comunicação do projeto.

Figura 1. Prints do vídeo tutorial para o preenchimento do formulário da Consulta Pública



Fonte: PARMIS (2023)

Após o prazo de preenchimento dos formulários da Consulta Pública, as respostas recebidas foram sistematizadas em um banco de dados para posteriormente compor o relatório da consulta pública.

Sistematização dos dados da consulta pública

Posteriormente à finalização do período de contribuição da Consulta Pública, foram encaminhados um total de 10 formulários via *Coletum*, entre eles um e-mail contendo a descrição de algumas contribuições, o qual posteriormente foi inserido em formulário e um preenchimento foi encaminhado em branco. Os formulários do *Coletum* foram exportados em planilhas do *Microsoft Office Excel* (xls.), organizado em banco de dados, separado em abas conforme o bloco de questões. Além disso, também foi realizada padronização, quando necessário, para possibilitar a sistematização e análise. Essa padronização envolve, por exemplo, questões de formatação digital e ortográfica, quanto a letras maiúsculas e minúsculas, palavras repetidas, questões de gênero, singular e plural etc.

Em seguida, as planilhas foram organizadas e padronizadas no *Excel*, o banco de dados foi importado para o *Power BI Desktop* e editado na interface do *Power Query*, o que possibilitou a transformação e a preparação inicial dos dados. Além disso, foram sistematizadas as respostas por categoria de “dúvida” ou de “contribuição” para cada tópico descrito dos documentos. Exemplo:

3.1. Você possui alguma consideração em relação aos tópicos que subsidiaram a formulação dos Programas?			
Tópico	Consideração	Descreva	Justifique
Características do Plano Macro que orientam os Programas do Eixo 4	Contribuição	Substituir “o desenvolvimento do Portal <i>on-line</i> é do Subcomitê Portal.” por “... o desenvolvimento do Portal <i>on-line</i> é do Subcomitê do Programa Macrorregional de Comunicação Social.” Página 14.	O subcomitê do Portal foi redesignado na XIII Reunião Ordinária do CCI, ocorrida em 14/09/22, passando a ser nomeado Subcomitê do Programa Macrorregional de Comunicação Social.

Apêndice 2 - Relação de empresas petrolíferas e coordenações dos PEA convidados(as) para o “Seminário Presencial”.

Neste apêndice, é apresentado o conjunto de empresas petrolíferas e coordenações dos PEA que foram convidados(as) para o “Seminário Presencial”. A escolha das empresas petrolíferas e coordenações dos PEA levou em consideração a abrangência do Plano Macro, sendo definida em conjunto com a equipe técnica da COPROD/IBAMA. Os convites foram realizados por meio de *e-mail* específico do evento junto ao formulário *on-line* para a inscrição.

Destaca-se que as seguintes empresas indicaram dois(duas) representantes para participar do “Seminário Presencial”: 3R Petroleum; BW Energy; Enauta; Equinor (Foco); Karoon (Rumo); Perenco; PETROBRAS (Gerência Licenciamento e Conformidade Ambiental do E&P – Sede); PETROBRAS (NEA-BC); PETROBRAS (PEA BG); PETROBRAS (PEAC); PETROBRAS (Pescarte); PETROBRAS (Projeto Redes); PETROBRAS (Redes de Cidadania); PETROBRAS (Rendas); PETROBRAS (Territórios); Prio (Rede Observação); Shell (Quipea); Total Energies (Redes da Baía); e *Trident Energy* (PARMIS).

Igualmente, as coordenações dos PEA indicaram três representantes para participarem do evento, considerando a abrangência do Plano Macro: Baía da Guanabara; Foco; NEA-BC; PEAC¹; Pescarte; QUIPEA; Rede Observação; Redes; Redes da Baía; Redes de Cidadania; Rendas do Petróleo; Rumo; e Territórios.

Para além disso, outros pedidos de participações foram avaliados e, face ao espaço do evento, não foram aceitos.

¹ O PEAC, apesar de não estar na abrangência do Plano Macro, foi convidado pela COPROD/IBAMA.

Apêndice 3 - Sistematização da avaliação da quarta etapa da Consulta Pública: “Seminário Presencial”

Para avaliação do “Seminário Presencial”, foi entregue um formulário impresso, não-identificado, constando as seguintes perguntas: i) como você avalia a organização do evento considerando a sua divulgação, recepção, pontualidade e condução; ii) como você avalia o conteúdo apresentado e nitidez de exposição pelo(as) palestrantes e/ou debatedores(as); iii) houve tempo suficiente para as discussões; iv) na sua opinião, o seminário cumpriu com os objetivos traçados; v) para os(as) hospedados(as), como você avalia a hospedagem; e vi) outras colocações.

Para realizar a sistematização, primeiro, os formulários respondidos foram digitalizados e, logo, fez-se a leitura deles. A partir disso, foi possível identificar que as pessoas utilizaram respostas diretas, destacando algumas observações, dessa forma foi possível agrupar, em cada pergunta, as respostas com os seus respectivos destaques.

Em relação à primeira pergunta (como você avalia a organização do evento considerando a sua divulgação, recepção, pontualidade e condução), 31 pessoas responderam que consideraram “muito boa” e 24 “boa”, com destaque para a condução do evento no sentido de ter sido positiva, respeitosa e esclarecedora. Outra observação foi sobre a divulgação prévia do local e de uma programação detalhada do “Seminário Presencial”, duas das pessoas gostariam de ter recebido com maior antecedência.

A segunda pergunta, (como você avalia o conteúdo apresentado e nitidez de exposição pelos(as) palestrantes e/ou debatedores(as)), 16 participantes responderam que consideraram “muito boa”, 31 “boa” e nove pessoas indicaram ser “razoável”. A principal observação descritiva dessa pergunta foi a necessidade de se deliberar sobre um cronograma para os próximos encontros. Em relação aos(as) palestrantes e/ou debatedores(as) a maioria das pessoas considerou que as explanações foram esclarecedoras, sendo que uma pessoa considerou que os(as) mediadores(as), por vezes, se sentiram desconfortáveis com as perguntas. Sobre a apresentação dos Programas para o Eixo 4 do Plano Macro, duas pessoas consideraram muito sucinta e a maioria apontou ser suficiente, sendo que o material para leitura (Documentos 1 e 2-3) foram divulgados com antecedência, possibilitando a leitura e análise dos(as) participantes.

Na terceira pergunta, (houve tempo suficiente para as discussões), 49 participantes afirmaram que sim, seis disseram não haver tempo suficiente e uma pessoa não respondeu. Destaca-se que a maioria das pessoas disseram que a condução foi “muito bem realizada”, respeitando as falas dos(as) participantes e que a dinâmica de poder se inscrever novamente em diferentes blocos do mesmo Programa foi positiva para promover o debate. Outra observação dos(as) participantes foi a respeito de continuar a discussão sobre os Programas com mais encontros, pois identificaram que ainda tem vários pontos que precisam ser discutidos de maneira participativa. Uma pessoa apontou que considerou três dias de debate “exaustivo”.

Em relação à quarta pergunta, (na sua opinião, o seminário cumpriu com os objetivos traçados), 49 pessoas garantiram que o seminário “alcançou seus objetivos”, cinco pessoas responderam que “parcialmente”, uma pessoa afirmou que “não foram atingidos os objetivos”, porque não teve definições e encaminhamentos sobre os pontos debatidos, e uma pessoa “não respondeu”. Destaca-se que uma pessoa disse não saber qual era o objetivo do evento, que sentiu falta desse esclarecimento. A maioria dos(as) participantes enfatizaram sobre a importância de realizar encontros presenciais para troca de experiências, dúvidas e esclarecimentos, como também, assinalaram a necessidade de manter esses encontros para os próximos passos do Plano Macro e dos Programas do Eixo 4.

A quinta pergunta foi direcionada para as pessoas que ficaram hospedadas no hotel onde aconteceu o evento e foram financiadas pelo PARMIS, 22 pessoas responderam que a hospedagem foi “muito boa”, uma pessoa respondeu que foi “boa” e 32 pessoas disseram que não estavam hospedadas no hotel. Em relação a essa pergunta foi colocada apenas uma observação sobre a disponibilização de alimentação não somente para quem estava hospedado(a) no hotel, mas para todos(as) os(as) participantes, ressaltando que se sentiu constrangida quando não recebeu o “voucher”.

A última pergunta foi para (outras colocações), das 55 pessoas que responderam o formulário, 24 “não responderam”. Das considerações, 16 pessoas agradeceram e parabenizaram a organização do evento, logística, esforço intelectual da equipe técnica do PARMIS e da COPROD/IBAMA e 15 pessoas apontaram colocações mais específicas: sobre a continuidade dos debates com a participação das equipes técnicas, dos(as) SAE e executores(as) dos PEA; em relação aos lanches que tivessem opções para pessoas com necessidades específicas (veganos, vegetarianos, intolerância à lactose e/ou glútem); destacou-se a necessidade de pensar outros formatos de encontros, para além de plenária, e foi sugerido grupos de trabalho com um número menor de pessoas e depois apresentação em plenária; sobre o formato de plenária do evento, uma pessoa sugeriu que a disposição das cadeiras fossem em formato de círculo para contribuir com o debate; que os próximos encontros tenham na programação espaço para a apresentação das coordenações dos PEA; identificaram a necessidade que as perguntas e respostas fossem compartilhadas pós evento; sugeriram promoção de encontros entre a COPROD/IBAMA e os(as) representantes dos(as) SAE; apontaram receio de como será realizada a transição dos PEA para os Programas do Eixo 4; dúvidas de como ficarão os(as) trabalhadores(as) dos PEA; dúvidas sobre a segurança jurídica do Plano Macro. Igualmente, foi destacado: maior frequência de reuniões; que outros grupos tradicionais sejam incluídos enquanto sujeitos(as) dos Programas do Eixo 4 do Plano Macro; e que, durante os eventos, sejam pensados espaços de recreação infantil.

Dessa forma, conclui-se que, de maneira geral, os objetivos do seminário foram alcançados, garantido a intencionalidade do debate e que, sendo esse um debate inicial sobre os Programas do Eixo 4 do Plano Macro, foram esclarecedores. Em praticamente todas as respostas foram apontadas a necessidade de ter um cronograma indicando os próximos passos e reuniões/encontros para avançar em relação aos Programas apresentados para o Eixo 4 do Plano Macro.

